



ANISTIA



Dario Böttcher: é um dos muitos microempresários que vai ficar fora do perdão.



Albino Belon, um dos vários produtores que poderá ser anistiado

VITÓRIA DOS PEQUENOS DEVEDORES

A Constituinte aprova anistia aos pequenos produtores e microempresários endividados. Governo reage, suspendendo crédito agrícola e financiamentos especiais. E ameaça aumentar impostos.

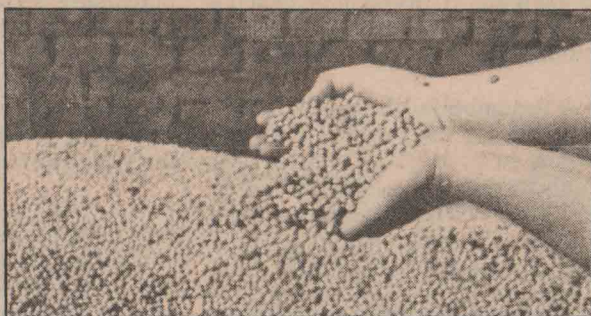
Páginas 4, 5 e 6

TRIGO

Governo mantém fim do monopólio, mas só para o ano

Até dia 7 de agosto governo encerra estudos sobre a privatização. Enquanto isso, cooperativas calculam prejuízos.

Páginas 8 e 9



Produtores continuam vendendo com cautela

SOJA

Mercado continua agitado

Fechou o mês de junho em baixa, deu a volta por cima e voltou a cair.

Página 10



As carroceadas na região e muitas historinhas da criançada

COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, 1513 Cx. Postal 111
Ijuí, RS - Fone: PABX (055) 332-2400
Telex: 0552199
CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA N° 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:
Oswaldo Olimiro Meotti
Vice-presidente/Pioneira:
Celso Bolívar Sperotto
Superintendente/Pioneira:
Walter Frantz
Vice-presidente/Dom Pedrito:
Oscar Vicente Silva
Superintendente/Dom Pedrito:
Eduardo Augusto Pereira de Menezes
Vice-presidente/MS:
Nedy Rodrigues Borges
Superintendente/MS:
Lotário Beckert

Conselho de Administração (Efetivos):
Egon Eickhoff, Jorge Alberto Sperotto, João Santos da Luz, Félix Gotardo, José Atafdes Concelção, José Jorge Riehl de Oliveira, Irani dos Santos Amaral, Deniz Espedito Serafini, Oscar Otto Hoerlle, Luiz Carlos Roos, Ovídio Moraes, Frederico Antônio Stefanello, Paulino Stralotto, Nilton Vieira de Souza, Leonildo Anor Pötter, Luiz Forcin e Edgar Severo.

Suplentes:

Onorildo Zangrolami, Carlos Leodoni Andrighetto, Arlindo Valk, Enor Camiel, Jorge Cleiton Gonzales, Hélio Antônio Weber, Jair Castro Rinaldi, Jaime Braz Sperotto, Pedro Gulotto, Sérgio Tesser, Cláudio Pradella, José Edmar do Nascimento, Noé da Silveira Peixoto, Omar Cunegatti, Jorge Verardi Perez, Cândido de Godoy Dias e Florício Barreto.

Conselho Fiscal (Efetivos):

Realdo Cervi, Pedro Afonso Pereira e Jayme Wender.

Suplentes:

Ivo Vicente Basso, Antônio Carlos Xavier Hias e Amário Becker

Diretores contratados:

Rui Polidoro Pinto, Orlando Romeu Etgeton, Ari Zimpel, Clóvis Roratto de Jesus, Vilmar Hengdes e Paulo Roberto da Silva.

LOJAS COTRIJUI

Regional Pioneira.....	26
Dom Pedrito.....	3
Mato Grosso do Sul.....	7
Total.....	36

CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM

Regional Pioneira.....	584.800 ton.
Rio Grande.....	220.000 ton.
Dom Pedrito.....	91.000 ton.
Mato Grosso do Sul.....	476.150 ton.
Total.....	1.371.950 ton.

COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 15.000 exemplares

Associado da ABERJE



Associado da

AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

REDAÇÃO

Dária C. Lemos de Brum Lucchese
Carmem Rejane Pereira

REVISOR

Sérgio Corrêa

CORRESPONDENTE

Campo Grande: Rosane Hem
Porto Alegre: Raul Quevedo
Composto no Jornal da Manhã de Ijuí e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

AO LEITOR

Tão polêmica quanto a questão da Reforma Agrária, a emenda da anistia aos devedores do Plano Cruzado, também agitou a Assembléia Nacional Constituinte, que acabou aprovando o perdão das dívidas aos produtores rurais e empresários urbanos, no dia 29 de junho. A decisão dos parlamentares, no entanto, saiu mesmo, porque, na última hora, foi apresentada uma emenda aditiva, limitando a anistia, somente para os pequenos e mini proprietários rurais e para os pequenos e microempresários. A aprovação da emenda agradou os setores beneficiados que andavam em Brasília pressionando os parlamentares, através de entidades como a Fecotriga e Fetag e associações de microempresários. Por outro lado, grupos muito salientes na ANC, como a União Democrática Ruralista, teve que engolir a derrota de ter ficado de fora dos benefícios, embora prometa voltar, protestando na justiça. Assim como a UDR, também os próprios autores da emenda inicial não gostaram dos resultados, pois viram ir por água abaixo uma proposta que beneficiava grandes produtores, e que era considerada demagógica pelos próprios setores anistiados. Mas quem não gostou mesmo da decisão dos parlamentares foi o Ministério da Fazenda, que antes da votação da emenda já anunciava, através da imprensa nacional, que a conta seria paga pelos contribuintes, anistiados ou não. Mas, a aprovação da emenda, com as limitações de valores de financiamentos e tamanho da propriedade, obrigou o governo a refazer os cálculos, chegando a uma soma, hoje estimada em 377 bilhões de cruzados, do qual o Tesouro Nacional e os bancos oficiais aparecem como os maiores credores. Antes de chegar a este cálculo, no entanto, o governo tratou de ampliar o seu jogo de pressão, suspendendo todas as novas operações de crédito agrícola e de financiamentos especiais destinados as pequenas empresas, além de anunciar prováveis aumentos na carga tributária. Até quando o Governo vai levar as suas represálias não é possível dizer. É certo, porém, que o seu objetivo recai sobre o segundo turno de votações da Constituinte, que deve iniciar nos últimos dias deste mês quando, então, a emenda poderá ser referendada ou revogada pelos parlamentares. A situação do produtor, a opinião das suas entidades, além da palavra do microempresário estão nas páginas 4, 5 e 6.

Uma notícia no mínimo consoladora para os triticultores: a compra estatal do trigo deverá ser mantida ainda neste ano. Mas é só para este, alertam as autoridades. Ano que vem, o governo fica de fora da comercialização e os produtores vão ter que negociar direto com as indústrias moageiras o trigo produzido. A privatização do trigo é um assunto polêmico e que ainda vai gerar muita discussão, embora o governo faça questão de tapar os ouvidos às manifestações que tem gerado. Semana passada, lideranças do setor se reuniram com representantes do governo para discutir o assunto e o máximo que conseguiram foi a garantia de que a mudança tem o objetivo de buscar um sistema mais eficiente. Matéria sobre a reunião do dia 23, nas páginas 8 e 9.

Haja coração para segurar tantas altas e baixas do mercado da soja que, depois de uma queda feia, voltou a reagir, levando, no final da primeira semana de julho outra queda violenta. As causas desse desce e sobe da cotação da soja na Bolsa de Chicago continuam as mesmas: as notícias de previsão de chuvas no meio-oeste americano, região onde estão localizadas as lavouras de maior produtividade do país. Diante deste quadro de pressão alta, de mercado agitadoíssimo, o produtor que ainda tem soja para vender, e quer compensar as perdas com a seca com bons preços, que abra muito bem os olhos.

Oque representou para o Rio Grande do Sul, as perdas na soja, no milho, no arroz, no feijão desta safra passada que ficou muito mais nas lavouras do que nos armazéns? Um prejuízo de um bilhão de dólares, para quem ainda não sabia. Nesta região do Estado, só na área de atuação da Cotrijuí — onde a estlagem foi mais forte nos municípios de Jóia, Augusto Pestana e Ijuí —, muito pouca produção sobrou para ser colhida neste ano em que os prejuízos, calculados pela diretoria de Comercialização e Operações da Cotrijuí, podem alcançar 36,5 milhões de dólares ou 7,1 bilhões de cruzados — apenas com a soja. Das 300 mil toneladas de produto que a Cotrijuí estava acostumada a receber em anos de safra normal, 142 mil deixaram de ser colhidas. As matérias sobre os prejuízos da seca na região e a lavoura de inverno estão na última página.

DO LEITOR



Sebastião Oliveira Lima é presidente da Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul e vice-presidente da Confederação Nacional de Gado de Corte

Enquanto não houver uma política agrícola de longo prazo, séria, estável e realista, o Brasil não deslanchará nem ocupará o seu lugar no contexto mundial de produção de alimentos.

A Assembléia Nacional Constituinte não trouxe nada de positivo para o setor rural e está parindo um monstro cheio de contradições, sem delinear um caminho claro e realista. Está-se perdendo um tempo precioso e uma grande oportunidade para traçar o futuro da Nação, com discussões de cunho ideológico, sem espírito de brasilidade e sem praticidade.

Os assuntos da área rural estão sendo decididos quase que somente por constituintes alheios ao setor. Tudo está sendo votado sob pressão, cada grupo sempre apagando incêndios e quase sempre a redação final não é a que interessa ao País como um todo e muito menos a produção do campo.

Os juristas terão uma "roça maravilhosa" para trabalhar, tamanho são as contradições inseridas na Carta Magna, com material farto para questões intermináveis. E achamos que logo após a sua promulgação já se iniciarão as emendas e se formará uma

grande colcha de retalhos.

Nenhuma política agrícola mais clara seria deliberada, e sim tópicos isolados, não afinados entre si. E essa lei ordinária terá que ser acionada para juntar esses cacos, e então se perderá um tempo enorme tentando fazer algo para a agricultura brasileira, se assim nossos legisladores o desejarem.

Não se criou mecanismos operacionais de produção, armazenagem, comercialização, estoques estratégicos e reguladores, fomentos, pesquisas, orçamentos, garantias de retorno, seguros, enfim não se criou na Constituinte condições para que a agropecuária brasileira se tornasse plenamente empresarial. Existe na Carta uma divergência muito grande nas relações de preservação do meio ambiente versus produção. As questões aprovadas para as aplicações contradizem em vários pontos como os da área rural.

O capítulo da Reforma Agrária foi tratado isoladamente, quando deveria estar inserido na lei agrícola. Não atende a situação nacional, não dá segurança a quem quer produzir realmente e não dá chance aos legítimos trabalhadores rurais, mas somente au-

mentará a grande debandada de pequenos produtores que estarão vindo para os centros urbanos em maior quantidade que os assentamentos propostos pelo governo. Será muito difícil, em se baseando na nova Constituição, cujo esqueleto já está delineado, compatibilizar a produção de alimentos, ecologia, relação trabalhista e abastecimento.

O conceito de terra produtiva e dimensão das propriedades ficou evasivo, dando margem a várias interpretações, proporcionando margem de dúvidas que continuarão a ser tratadas no Legislativo, exigindo uma atenção permanente pelas lideranças rurais.

Num País como o nosso, privilegiado territorialmente com topografia apropriada e com vários ecossistemas climáticos e ainda sem ter sido explorado em dois terços de sua área, deveríamos estar preocupados em investir pesadamente na produção de alimentos para ocupar uma liderança mundial no setor, alimentando melhor nossa população e nos tornando um grande exportador. Esse é o único caminho viável para conseguirmos parar nossa dívida externa e proporcionarmos o bem-estar de toda a população brasileira.

Um banco de germoplasma

Pesquisadores de forrageiras do Cone Sul, do qual fazem parte o Brasil, a Argentina, o Chile, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia, estiveram reunidos de 23 a 27 de maio, em Porto Alegre, discutindo a formação de um banco de dados com as instituições que participam do programa. O encontro contou com a participação de 30 pesquisadores e foi convocado pelo Prociur - Programa de Incentivo a Pesquisa do Cone Sul, com sede em Montevideú, no Uruguai. Assumiram a responsabilidade da organização do encontro a Cotrijuf, representada pelo gerente da Área de Produção Vegetal na Regional Pioneira, o engenheiro agrônomo João Miguel de Souza, as universidades federais do Rio Grande do Sul e de Pelotas, a Embrapa e a Secretaria de Agricultura do Estado. A Cotrijuf é a única empresa privada que participa destas reuniões do grupo de pesquisadores do Cone Sul, graças a sua tradição na área de forrageiras e também pelo volume de pesquisas nestas áreas que vem acumulando no Centro de Treinamento.

Do encontro, segundo João Miguel, nasceu a idéia destas instituições, envolvidas com a pesquisa de forrageiras, realizarem um trabalho conjunto a nível de coleta de plantas e de experimentos. Os trabalhos vão começar com um levantamento do germoplasma forrageiro disponível em cada uma destas instituições, seguido da coleta de plantas forrageiras, nativas ou naturalizadas, terminando com a aplicação desta pesquisa na rede formada pelos seis países. "Com a formação dos bancos, tanto de germoplasma como de informações, explica o engenheiro agrônomo, todas as instituições envolvidas no programa, terão acesso a todo o material forrageiro disponível". Todo o material genético que existir e as informações armazenadas em relação aos trabalhos em andamento, vão circular entre esses seis países e suas instituições que integram o programa. Mas a grande preocupação dos pesquisadores, e levantada durante o encontro de cinco dias, ficou por conta do nível de erosão genética que vem ocorrendo em função do avanço das lavras, do uso indiscriminado dos recursos naturais - queimada, drenagem, subpastoreio e superpastoreio. "Essa constatação, explica João Miguel, vem comprovar a necessidade urgente de se fazer a coleta destes materiais antes que eles se percam".

CURTAS

A direção da Cotrijuf e especialmente o engenheiro agrônomo Ilário Gasparin, receberam cumprimentos pelo trabalho que vêm fazendo na área de reflorestamento de Ijuí. O requerimento, parabenizando a cooperativa é de autoria do vereador de Ijuí, Fioravante Batista Ballin.

Quem ainda não lembra da polêmica que a ferrovia Norte-Sul conseguiu desencadear neste país afora, gerando inclusive, um inquérito para investigar as fraudes na concorrência para a sua construção? Pois é, o inquérito que investigava as fraudes foi arquivado por ordem do procurador-geral da República Sepúlveda Pertence.

Criada em 1980, a Cooperativa Central Gaúcha de Carnes, a CCGC, é hoje constituída pela Cotrijuf, pela Castilhense, de Júlio de Castilhos e pela Coagrijal, de Jaguari. Na presidência Tânio José Bandeira e na vice-presidência Antônio Cassanta Berni. O conselho de administração está formado por Jurandir Nadalon, da Coagrijal, Sérgio Rosa Guimarães e Hélio Salles, da Castilhense e Theobaldo Rott, da Cotrijuf. Servio Lixinski Dallavalle, da Coagrijal, Enio Sadi Tiecker, da Cotrijuf e José Luiz Wetterlle Leal, da Castilhense, formam o conselho fiscal.

O governador da Argentina veio conhecer o CTC

Conhecer o Centro de Treinamento da Cotrijuf e em especial a Estação de Piscicultura. Este o motivo que trouxe até Ijuí, nos dias 11 e 12 de junho, o governador do estado de Formosa, na Argentina, Vicente Joga. Por trás da visita, a possibilidade de assinatura de um convênio de cooperação internacional entre a Cotrijuf e a Província de Formosa.

A idéia de uma visita a Cotrijuf nasceu no ano passado, quando um representante do governador de Formosa passou por vários estados do sul, buscando informações que pudessem servir de ponto de referência para uma futura criação de peixes naquela região. Naquela ocasião, chamou a atenção do representante do governador a experiência da Cotrijuf na atividade e no trabalho que vem realizando na região. Também somou, na hora da decisão do governador, a semelhança existente entre a região e o estado de Formosa, caracterizado pela presença do rio Paraguai e um grande número de lagos naturais, represas e açudes. "A nossa região, explicou o governador, apresenta um grande potencial para a criação de peixes e é para melhor aproveitar estes

recursos que temos, que viemos até a Cotrijuf para buscar subsídios". No Centro de Treinamento, onde passou todo o domingo, dia 12, Vicente Joga e sua equipe formada por 19 pessoas foram recebidos pela direção da Cotrijuf. As informações a respeito dos trabalhos desenvolvidos pela Estação de Piscicultura e do sistema de criação de peixes na região foram fornecidas pelo Altamir Antonini, técnico agrícola responsável pela atividade junto ao CTC. Ele falou das vantagens e desvantagens da criação de peixes. Vicente Joga ficou sabendo que só neste ano a Cotrijuf já distribuiu mais de 300 mil alevinos entre seu quadro social, podendo originar uma produção de 200 toneladas de peixes. Conheceu a unidade de multiplicação artificial de peixes e as várias espécies de carpas com as quais a Cotrijuf vem selecionando e introduzindo na região.

Como a intenção do governador de Formosa é de instalar em seu estado um programa semelhante ao da Cotrijuf, Altamir Antonini procurou



Vicente Joga foi recebido pela direção da Cotrijuf

alertá-lo de que a piscicultura, para ser rentável, precisa ser levada muito a sério, inclusive com manejo da água.

CONVITE

Como resultado da visita, Vicente Joga deixou uma proposta para a Cotrijuf, onde, através de uma espécie de convênio, a cooperativa ficaria no compromisso de mandar um técnico com conhecimento da atividade, para assessorá-los na instalação de uma Estação de Piscicultura e treinamento de pessoal. Também deixou uma proposta para aquisição de cerca de 100 mil alevinos neste ano. A direção da Cotrijuf continua estudando as propostas, avaliando também, a possibilidade de, ainda este ano, retribuir o convite feito pelo governador para uma visita ao estado de Formosa.

A Credipel em Ijuí e Jóia

A Cooperatiava de Crédito Rural Pestanense Ltda. já não é mais um privilégio apenas dos produtores associados do município de Augusto Pestana. Desde abril passado a Pestanense, através de um posto de extensão, passou a atuar em Jóia, um município vizinho, onde já conta com quase 50 associados. Sob a responsabilidade do funcionário Joemar Wildener, ela vem funcionando junto ao escritório da Unidade. Mas a extensão da Pestanense não parou por aí. Em julho ela chegou a outro município vizinho: Ijuí. E foi uma reivindicação dos próprios produtores. No primeiro dia de instalação, ela já contava com associados. A Pestanense de Ijuí, para quem ainda não sabe e tem intenções de fazer parte do seu quadro social, está funcionando junto aos guichês da



O posto da Pestanense em Ijuí

Unidade. É só falar com o Renato Luís Gabbi ou com o Darci Carlos Leal da Silva. Entre os benefícios oferecidos por uma cooperativa de crédito estão: financiamentos para crédito rural; crédito pessoal e investimentos com

taxas abaixo do mercado; aplicações financeiras; ordens de pagamento; seguros; cobranças de títulos; cheques compensados em todo o país; crédito direto dos valores do leite, entre outros.

A prova do melado

"Uma delícia! Nunca tinha comido um doce tão gostoso", disse Médard Lebot, o representante da cooperativa francesa La Cana, ao colocar na boca, pela primeira vez, melado de cana. A "prova do doce" aconteceu na propriedade do seu Estanislaw Przybytowicz, localizada em Povoado Santana, interior de Ijuí. Marc Ravaud e Médard Lebot, os dois dirigentes da cooperatiava francesa, acompanhados do vice-presidente da Cotrijuf na região, Celso Sperotto e do diretor do Departamento Agrotécnico, Léo Goi, chegaram, para uma visita na propriedade, bem na hora em que a dona Emília, a esposa do seu Estanislaw, retirava do fogo um tacho de melado de cana. Curiosos,



Ravaud também não resistiu a prova do melado

os franceses não esperaram um convite e provaram o melado, repetindo a "prova" por várias vezes. Para Lebot, o mais entusiasmado com o "doce" e que fez questão de levar junto alguns pedaços de cana, o melado é tão bom "quanto o melhor mel produzido na França".

ANISTIA

A espera da segunda votação

A Constituinte aprova a anistia aos pequenos devedores, no seu primeiro turno de votações. O governo reage e suspende o crédito agrícola por tempo indeterminado.

Anistia. Esta foi uma das palavras mais ouvidas em Brasília, no mês passado, e que poderá tirar do sufoco um número razoável de mini e pequenos produtores que se endividaram durante a vigência do Plano Cruzado. Como os produtores, também os pequenos e microempresários que se entusiasmaram com a ausência da correção monetária nos empréstimos realizados em 86, poderão respirar aliviados, deixando para trás dívidas impagáveis, que já lhes renderam cobranças judiciais. A anistia para os débitos dos empresários e produtores foi aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, no dia 29 de junho, numa atitude que surpreendeu tanto os seus defensores como os seus adversários.

Causadora de uma grande polémica, a proposta da anistia gerou muitas discussões, ganhou o apelido de calote e originou ameaças por parte do governo, através de possíveis aumentos de impostos e depósitos compulsórios. Mas, a mobilização dos microempresários e dos produtores também foi grande, levando a ANC a aprovar a emenda por 286 votos a favor, 163 contra e 22 abstenções. A decisão dos parlamentares, contudo, saiu mesmo com as alterações finais que a emenda recebeu. Apresentada inicialmente pelo senador pernambucano Mansueto de Lavor (PMDB) e pelos deputados mineiros Humberto Souto (PFL) e Ziza

Valadares (PSDB), o texto da anistia das dívidas ganhou um aditivo apresentado pelo deputado, também pernambucano, Roberto Freire (PCB), que limitou os setores a serem beneficiados, de acordo com o volume do empréstimo e o tamanho da propriedade.

QUEM GANHA A ANISTIA

Pelo texto aprovado neste primeiro turno de votações da Constituinte, serão anistiados os pequenos e mini produtores que contraíram dívidas no valor de até cinco mil OTNs (o que equivale hoje a sete milhões e 991 mil e 300 cruzados), no período compreendido entre 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro de 1987 e que possuam propriedades com uma extensão de até cinco módulos rurais. No Rio Grande do Sul, esta medida vai de 20 a 25 hectares, dependendo da região. O mesmo valor do empréstimo vale para os pequenos e microempresários que serão anistiados, porém dentro do período exato de vigência do Plano Cruzado, ou seja, de 28 de fevereiro de 1986 a 28 de fevereiro de 1987.

Segundo o texto da nova Carta, é considerado microempresário, as pessoas jurídicas e firmas individuais com receita anual de até 10 mil OTNs, enquanto as pequenas empresas, tem um teto limite de até 25 mil OTNs. As propriedades rurais também não escapam de uma outra classificação, que será



Anistia teve defensores como Humberto Souto (PFL/MG) e Vicente Bogo (PMDB/RS)

feita de acordo com o crédito rural vigente na época do empréstimo. Em 86, por exemplo, o mini produtor deveria ter uma receita anual de até 200 MVRs (Maior Valor de Referência), excetuando-se os avicultores e olericultores, que eram classificados como minis, se apresentassem uma renda limite de 800 MVRs, e os suinocultores, de 1.000 MVRs.

Mas as determinações da emenda que polemizou o Congresso, ganhando adeptos como a União Democrática Ruralista e adversários como o alto empresariado, tem ainda um outro item que está preocupando os setores beneficiados. É o parágrafo que estabelece a execução da anistia, somente para quem a instituição financeira julgar que não possa pagar a dívida. Outro parágrafo diz respeito ao possível protesto de quem já quitou as suas dívidas, determinando o seu impedimento através de recurso judicial. Mas, quem provar que não pode pagar a dívida, a Constituinte estabelece um prazo para quitação dos débitos, de 90 dias após a promulgação da nova Carta.

NA DEPENDÊNCIA DO 2º TURNO

Embora a limitação da anistia para pequenos produtores e microem-

presários tenha tranquilizado os banqueiros das instituições privadas, os desdobramentos da aprovação da emenda indicam que a polémica ainda não chegou ao fim. Estes sintomas podem ser confirmados pela posição do Ministério da Fazenda, um dos maiores adversários da anistia, que calcula o valor total do prejuízo, em 377 bilhões de cruzados. Um rombo menor do que o previsto anteriormente, mas prejudicial aos cofres públicos, argumenta o governo, que suspendeu temporariamente as operações de crédito agrícola e financiamentos especiais, ganhando ainda uma justificativa para tomar medidas mais drásticas de tributação.

No entanto, adversários e defensores da anistia, esperam o segundo turno de votações da Constituinte, que está programada para o final deste mês. Neste período, então, a emenda poderá ser referendada ou rejeitada pelos parlamentares. As opiniões, neste sentido são variadas. Há quem afirme que a emenda, por ser aprovada com uma escassa maioria, possa ser revogada. Por outro lado, vale lembrar que a supressão de uma emenda, na próxima fase da Constituinte, exige uma soma de 280 votos favoráveis, o que já não é necessário para a sua aprovação.

Os encalacrados

É difícil imaginar quem não possa escapar de uma execução judicial por causa de 16 mil cruzados. Mas este é o caso do seu Albino Belon, proprietário de 2,5 hectares na Esquina São João, no município de Coronel Bicaco. O produtor fez um financiamento no Banco do Brasil, em julho de 86, no valor de quatro mil e 800 cruzados, para comprar oito toneladas de calcário. "Quería melhorar o solo onde ia plantar a soja", conta seu Albino, que ainda arrenda mais 2,5 hectares de sua irmã.

Confiante na estabilidade que o Plano Cruzado oferecia, seu Albino realizou o financiamento, ganhando três anos de prazo para efetuar o pagamento. Portanto, ele somente se preocupou em pagar a primeira parcela da dívida, em março de 87, depois de colher a soja. Com a colheita desta safra, o produtor pagou o custeio da lavoura e deixou um dinheirinho para pagar a primeira parte da conta, ou seja, dois mil e 200 cruzados. Ao mesmo tempo, levou um susto, quando lhe disseram no Banco, que devia mais duas parcelas do mesmo valor, pois o seu débito já ultrapassava os seis mil cruzados.

Sem poder quitar esta dívida, o produtor que possui apenas uma vaca leiteira, uma novilha e uma junta de boi, além dos suínos e aves para o consumo da família, esperou chegar o próximo ano para resolver o problema. Mas, as suas perspectivas de liquidar as contas foram por água abaixo. Nesta última safra ele co-

lteu 17 sacos de soja, os quais pagaram somente o custeio. "Não deu nem para tirar o aluguel da colheiteira", lamenta seu Albino explicando que esta outra dívida equivale a três sacos de soja. Como ainda devia duas parcelas, o produtor foi até o Banco e quase caiu de costas. Corrigida mensalmente, a sua dívida já andava por volta dos 16 mil cruzados. "Eles queriam que eu pagasse de qualquer jeito", diz o produtor que tem que trabalhar de bôia-fria para ganhar uns quatrocentos cruzados por dia.

Vendo a sua dívida crescer dia-a-dia, o seu Albino não consegue achar uma solução para quitar o débito junto ao Banco. "A gente vai se esgrimando", diz ele explicando a situação difícil de quem só planta trigo para, "pelo menos tirar o pão da família". Por isso, pensar em pagar a dívida não dá, pois só se eu me desfizer da novilha que vale uns dez mil cruzados".

ESPERANÇA

Em Ijuí, os irmãos Jurandir e Ernani Meincke, proprietários de 40 hectares na Linha 6 Leste também acreditaram nas facilidades oferecidas pelos empréstimos realizados durante o Plano Cruzado. Em julho de 86, por exemplo, eles contraíram um empréstimo no Bradesco, no valor de 158 mil cruzados, utilizando para a compra de um trator Massey Ferguson - 275. Com juro de dez por cento e dois anos de prazo para pagamento da dívida, os Meincke pagaram cerca de 90 mil cruza-

dos como primeira parcela, em julho do ano passado, deixando o restante para pagar este ano.

Nesta última safra, a quebra da soja ocasionada pela seca fez com que os Meincke colhessem

Belon: com medo de perder a novilha

juntos uns 500 sacos de soja, que também serviriam para pagar a conta, agora estimada em 400 mil cruzados. Só que este dinheiro da safra tem que cobrir ainda outros empréstimos, realizados em 86, e que agora já dobraram de valor. É o caso dos 45 mil cruzados, mais que o seu Ernani emprestou do Unibanco, para comprar uma carreta agrícola e outros equipamentos agrícolas, tendo um ano de prazo para saldar o débito.

Como outros produtores que também fizeram empréstimos nestas condições, seu Ernani também se surpreendeu. "Quando fui ao Banco em junho do ano passado, a minha dívida tinha passado para 110 mil cruzados", afirma. Como não dispunha do valor cobrado pelo Banco, o produtor bateu pé, acabou pagando somente 60 mil cruzados, e obteve também uma prorrogação de um ano para quitar o restante, calculado por ele em 120 mil cruzados. Este valor, no entanto, não é o mesmo que o Banco lhe apresenta, pois atualmente a sua dívida anda ao redor de 200 mil, que ele não admite pagar.



Belon: com medo de perder a novilha



Os Meincke: esperando se livrar de várias dívidas



Uma vitória parcial

A anistia beneficia o produtor, mas deixa muita gente de fora

Comemorando, mas com um pé atrás. Esta é a posição geral dos sindicatos de trabalhadores rurais sobre a anistia da correção monetária dos financiamentos contraídos pelos mini e pequenos produtores, durante 86 e 87. O tesoureiro da Fetag, Luiz Martins, diz que a anistia, de modo geral, é uma medida que atende os interesses dos agricultores. Mas ele não deixa de levantar algumas preocupações, com relação ao que chama de falha da emenda constitucional. A primeira considerada por Luiz Martins é a de ter deixado de fora aqueles produtores que já pagaram as suas dívidas, sacrificando os seus bens, muitas vezes de manutenção da família. Por isso, garante ele, um bom número de agricultores não vai ser beneficiado.

Além da restrição imposta aos pequenos produtores, Luiz Martins comenta também a determinação da emenda que estabelece a anistia somente para quem conseguir provar junto aos bancos que não pode pagar a dívida. "De repente, diz Martins, um produtor que adquiriu alguma poupança com uma safra anterior a 86, terá que se desfazer dele para pagar a conta que o banco julga que possa ser efetuada". Isto pode confirmar um comportamento que o produtor, através das suas entidades, tem negado há um bom tempo: a de que o agricultor não pode trabalhar somente para pagar o banco. "Na execução desta anistia, pode ocorrer uma grande injustiça", pensa o tesoureiro da Fetag.

Suspensão do crédito é medida precipitada

Calculada inicialmente em valores substancialmente maiores, a anistia da correção monetária sobre os débitos pendentes realizados durante o Plano Cruzado, já aparece agora, com um valor bem menor. Segundo os dados do Ministério da Fazenda, o valor da anistia deve sair por volta de 377 bilhões de cruzados, dos quais, o tesouro nacional e os bancos oficiais aparecem como os maiores credores, totalizando um volume de 322 bilhões de cruzados. A seguir vêm as instituições particulares, com 55 bilhões.

Embora estes cálculos tenham tranquilizado alguns banqueiros privados, o governo, por sua vez, continua mantendo as suas represálias decretadas no mesmo dia da aprovação da emenda. Até agora, todas as novas operações de crédito agrícola e financiamentos especiais às pequenas empresas continuam suspensas, estando liberados somente os contratos em andamento e as operações de EGFs e AGFs. Até quando persistirão estas represálias ninguém sabe, mas, segundo a opinião de alguns técnicos do próprio Ministério da Fazenda, elas podem acabar logo, ou permanecer até o início do segundo turno de votação da Constituinte.

PRECIPITAÇÃO

Sem causar grandes alarmes nos setores envolvidos com o benefício da anistia, as represálias do governo são vistas como uma atitude precipitada do Ministério da Fazenda. Esta é a opinião do presidente da Fecotriço, Terciso Redin, que esteve em Brasília, durante a votação da emenda, acompa-

REVISÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA

Também o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, Regional da Fetag, Carlos Karlinski, questiona a execução da anistia e a restrição que ela impõe aos produtores que já saldaram as suas dívidas, completando a sua preocupação com o fato da União Democrática Ruralista, a UDR, se empenhar no segundo turno de votações da Constituinte, para in-



Carlos Karlinski



Alencar Gross

cluir também os grandes produtores. Um fato positivo que a anistia traz, segundo Karlinski, é a revisão da política agrícola, que é exigida pelos pequenos produtores. A começar por questões mais urgentes, como pelo menos a eliminação de 50 por cento da correção monetária sobre os empréstimos de emergência, solicitados por causa da seca desta última safra. "Se ouvissem os agricultores", diz o sindicalista, eles teriam muitas outras su-

gestões, como a prorrogação das dívidas contraídas antes mesmo do Plano Cruzado e que até hoje contribuem para a crescente descapitalização do setor.

A posição de Karlinski é reforçada pela opinião de um outro sindicalista, Alencar Gross, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miraguaí, município que concentra um grande número de produtores envolvidos em cobranças judiciais. De acordo com Alencar, a anistia pode beneficiar cerca de três por cento do total de agricultores que fazem parte do Sindicato, o que equivale a um total de cinco milhões de cruzados devidos aos bancos. Mas, o grande problema, continua sendo as dívidas de custeio de qualquer época, que não são saldadas porque o pequeno e mini produtor não têm ainda uma política agrícola voltada para o setor.

Citando um exemplo da precariedade econômica em que vivem os produtores da sua região, Alencar lembra a última safra, afetada pela seca e com preço compensador nos últimos dias. Mesmo que tivessem colhido bem, 98 por cento dos produtores venderam a soja quando ela estava em um mil e 300 cruzados a saca, pois era preciso manter a família e também porque as dívidas de custeios passados, cobradas em OTN, precisavam ser saldadas o quanto antes, para evitar o acréscimo, a possível insolvência e por fim a falta de financiamento para o trigo.



Terciso Redin

vertindo o governo de que a correção monetária inviabiliza a produção", destaca Redin.

Além das represálias do governo, o presidente da Fecotriço contesta ainda os adversários da emenda da anistia aos pequenos produtores. Redin faz questão de salientar que a sua inclusão na Constituição deve ser questionada comparativamente a outras emendas aprovadas pelo Congresso. "Muitos que estão condenando a anistia ao pequeno produtor, que trabalha para uma sociedade onde a grande maioria vive de um salário escasso, estão esquecendo o quanto representa a aprovação de outras emendas, como o artigo 54, das Disposições Transitórias, que perdoa os sonegadores de impostos.

De acordo com este dispositivo, as pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que estão devendo aos cofres públicos da União, estado e municípios, terão seis meses de prazo após a promulgação da Constituinte, para devolver, sem juros ou multas, o que não recolheram dentro da época estabelecida. "Ora ironiza Redin, esta sim é uma medida que lesa o dinheiro público, porque, finaliza ele, quem tem receita, certamente tem lucro, e se não pagou é sinal de que logrou o Estado".



Severino Grechi

Fetag quer isonomia

Não é à-toa que a anistia da correção monetária sobre os empréstimos realizados pelos pequenos produtores e empresários durante o Plano Cruzado cause tanta polêmica. Pois além de ser um prato cheio para o governo anunciar possíveis aumentos de tributação, ela também traz à tona uma discussão que ficou alheia à maioria dos constituintes. A questão se refere a duas resoluções do Conselho Monetário Nacional, que decretaram anistia aos produtores rurais, de todas as categorias já no ano passado.

A primeira delas é a resolução de nº 1.352, de 1º de julho de 87, que determinou o perdão da correção monetária sobre as dívidas contraídas durante a vigência do Plano Cruzado. A segunda resolução, de nº 1.411, de 29 de outubro, complementava o benefício, estendendo o prazo de isenção para até 30 de julho de 87. A maioria dos pretensos beneficiados, no entanto, não teve as determinações desta lei aplicadas em seus contratos, o que leva as entidades representativas do setor, a reivindicarem junto ao Banco Central, uma isonomia do perdão decretado pela Constituinte.

FALTOU INTERESSE

A Fetag, por exemplo, está mostrando ao Banco Central, que as resoluções do CMN não foram aplicadas porque faltou comunicação justamente aos mais interessados na medida. "Quando se realiza um contrato, e ele sofre alterações, pressupõe-se que ambas as partes sejam notificadas destas mudanças", diz o assessor da Fetag, Severino Grechi, avaliando que, por causa desta omissão, apenas 10 por cento dos produtores que deveriam ser anistiados no Rio Grande do Sul, conseguiram recomparar seus contratos, dentro de prazo estabelecido. Os demais ficaram a mercê da burocracia bancária, que chega a levar até um mês para pôr em prática uma carta circular do BC.

Embora seja difícil calcular o número de agricultores que deixaram de ser anistiados, no ano passado, é certo que muitos dos quatro mil e 500 pequenos produtores registrados pela Fetag, poderiam ser enquadrados numa reconsideração do Banco Central, pois não foram poucas as execuções ocorridas, em 87, por causa de dívidas contraídas na época do Plano Cruzado, com fins de investimento na propriedade como compra de máquinas, equipamentos e insumos para melhoramento do solo, além das dívidas de custeio.

ANISTIA

Boa solução, mas atrasada

Como os sindicalistas rurais, o coordenador do Departamento de Microempresas da Associação Comercial de Ijuí, Sadi Boff, também gostou da decisão da Constituinte, porque ela vai resolver alguns problemas mais urgentes do setor, porém, lamenta que ela



Sadi Boff

tenha vindo com um ano de atraso. Segundo o proprietário da Safi Indústria e Comércio de Vidros Ltda., dos mais de mil micros registrados em Ijuí, cerca de 40 deles realizaram empréstimos durante o Plano Cruzado. A maioria, no entanto, já quitou suas dívidas, sendo obrigados a se desfazer de seus instrumentos de trabalho ou bens particulares para pagar as contas, e enfrentando hoje, sérios problemas de descapitalização.

De qualquer forma, Sadi pensa que a anistia é uma forma de reparar um erro cometido pelo próprio governo, que fez as pessoas acreditarem que o País estava dando oportunidade para quem quizesse produzir e gerar empregos. Como isto não aconteceu, continua analisando Sadi, muitos microempresários foram obrigados a fechar as portas, contribuindo através da sua quebra, para uma crise econômica em que a conta sempre é paga pelos menores. Sem acreditar que os bancos oficiais ou privados tenham grandes prejuízos com a anistia das dívidas, Sadi diz que a conta vai ser paga por quem ainda não contribuiu com a crise, e que ano a ano, comprova

isso, através de ótimos resultados de balanço.

REDUÇÃO DE DIVIDENDOS

Entretanto, o empresário vai ainda mais longe na sua análise sobre a anistia. Ele acha, por exemplo, que, se a anistia vai propiciar uma redução dos dividendos repassados aos acionistas, o governo pode reduzir também a taxa de depósitos que os bancos recolhem semanalmente ao Banco Central. O que não significa que o governo tenha motivos para tributar ainda mais o contribuinte, porque, se existe mais dinheiro circulando na mão deste, é sinal de que ocorre um maior volume de IPI e de ICM.

INCENTIVO À PRODUÇÃO

Para o empresário, portanto, a anistia é uma forma de "deixar dinheiro na mão de quem também produz", num País onde a economia não gira em torno da produção, mas sim da correção do capital. Neste cenário, acentua ele, a situação do microempresário não é nada fácil, pois com juros de 20 a 25 por cento, mais correção monetária, ninguém consegue manter um capital de giro, e por isso ficam sem condições até de repor as mercadorias ou fazer algum investimento necessário. Citando a sua própria empresa, Sadi se queixa: "Não tenho condições de comprar uma máquina lapidadora de vidros que custa hoje cerca de um milhão de cruzados. Se a compro, vou pagar certamente quatro



Dario Böttcher: sem dinheiro e sem mercadoria

E quem fica de fora?

Numa situação semelhante a do pequeno produtor, o microempresário em geral, também passa por graves problemas de descapitalização, sendo diretamente atingido por uma situação de instabilidade econômica e enfrentando alguns entraves de mercado que eles consideram como tabus de legislação. Esta maioria pode ser representada pelo microempresário Dario Böttcher, proprietário da Sopé Calçados, uma pequena fábrica de Ijuí, instalada em um porão que não ultrapassa os quarenta metros quadrados e onde, além do dono e sua esposa, trabalham apenas dois funcionários.

Produzindo cerca de 500 pares de calçados por mês, não totalmente colocados no mercado, Dario não chega a alcançar um faturamento de um milhão e meio de cruzados por ano, limite de receita estabelecido pela legislação da microempresa e que envolve volume de vendas, prestação de serviços, resultados financeiros e vendas do ativo imobilizado. Como outros empresários do ramo, Dario enfrenta os problemas particulares da sua categoria e o dos altos custos da matéria-prima.

QUEIMANDO AS NOTAS

Atraído pelo congelamento da OTN em 1986, o microempresário começou a se endividar com dois empréstimos realizados neste ano, os quais já foram pagos, mas que lhe deram uma boa dor de cabeça. Depois destes dois primeiros, um no valor de 30 e outro de 40 mil cruzados, Dario fez mais outros três, de 20, 25 e 30 mil cruzados, que custaram cerca de 700 mil cruzados só de juro e correção monetária.

"A maioria destas notas já queimei", diz ressentido, o microempresário, "pois nem quero me lembrar o quanto isso me custou". Com exceção de um financiamento, todos os outros foram feitos através do Fundo Nacional de Microempresa, Fename, que empresta dinheiro para fins de capital de giro, recursos que praticamente desapareceram dos orçamentos dos pequenos estabelecimentos. "Fiz estes financiamentos para comprar mercadoria", conta Dario, "mas como a OTN não parou de subir, não consegui pagar em dia e o resultado todo mundo já sabe: uma parcela de um mil e 600 cruzados se transforma em 16 mil cruzados".

Para se aliviar um pouco, o microempresário também resolveu refinar algumas dívidas. Aí, no entanto, passou a pagar o que ainda devia do principal, o juro deste, e mais o juro do que foi refinanciado. A compensação deste desfalque poderia sair pelo lado da produção, mas aí vem a dificuldade de manter estoque da matéria-prima, que no caso do couro e da borracha, andam nas alturas. Comparando

com os níveis que mantinha em 85,

Dario não deixa de apontar para a pequena prateleira onde fica guardado o couro, comentando: "deste pouco que tenho hoje, nada está pago".



Luís Carlos Fabrin

Mesmo sabendo que não vai ser beneficiado pela anistia, Dario não deixa de opinar sobre a medida. "É muito fácil saber quem precisa dela. É só ver quem está no cartório", diz ele se queixando da falta de dinheiro, de mercadoria e de nome para fazer novos empréstimos. "Pagamos uma correção desonesta e ainda passamos por caloteiros", afirma o microempresário, que atualmente não recebe nem talão de cheques dos bancos. "A situação tá balançando, pois ninguém consegue vencer os títulos no dia 30", conclui Dario, que ainda não pode aumentar as instalações da fábrica, porque o banco fica com todo o seu lucro.

ALTOS CUSTOS

Como Dario Böttcher, também Luís Carlos Fabrin, proprietário da Indústria de Calçados Ijuí Ltda., reclama dos altos custos da matéria-prima, do custo do dinheiro e da falta de mão-de-obra especializada. "A maior parte do nosso lucro fica nas duplicatas", fala o microempresário, confirmando a dificuldade de manter estoque do couro. O tipo mais comum, conhecido como crosta ou raspa, anda custando dois mil e 400 cruzados, enquanto o mais caro, o chamado cromo, ainda ao redor de quatro mil e 800 cruzados, sendo que a sua elevação se dá, mensalmente, numa proporção de 70 por cento.

Mas não é somente o couro que preocupa os pequenos fabricantes de calçados. O preço da borracha também disparou, estando hoje a um mil e 50 cruzados o quilo, considerando o tipo Eva, material mais utilizado pelos "sapateiros". Por fim, o terceiro componente indispensável da fábrica, a cola, custa hoje quinze mil cruzados a lata de 15 quilos, suficiente para abastecer uma produção de apenas 400 pares de calçados. Vendendo o seu produto em toda a região, Fabrin, como todo o microempresário não paga ICM, o que evidentemente subsidia um pouco os custos da sua produção. Por outro lado, este benefício acaba gerando o que ele qualifica como tabu do mercado, porque as firmas "normais", ou seja, empresas de comércio de médio e grande porte, evitam comprar a sua mercadoria, uma vez que a microempresa não possui o crédito deste imposto.

Perdida nas contas

Dos microempresários ijuienses que poderão ser beneficiados pela anistia, um deles é Dulce De Pauli, proprietária da loja Kika Confeções, que fez um financiamento no Badesul (recursos do BNDS, via Banrisul), no valor de 400 mil cruzados. Utilizado para a construção do prédio da loja, o financiamento foi realizado em outubro de 86, com um ano de carência, três para amortização da dívida e cinco por cento de juro sobre o principal.

Quando fez o empréstimo, através do Programa de Microempresa, o Promicro, Dulce já sabia que tanto o valor da dívida como o saldo devedor seriam pagos em OTNs, que, no seu caso, totalizavam três mil e 773 moedas, devendo os juros serem pagos a partir do primeiro ano. Em novembro de 86, portanto, Dulce pagava a primeira parcela de juros, com a OTN congelada, valendo 106 cruzados.

DISPARADA DA DÍVIDA

Em fevereiro de 87, no entanto, acabou oficialmente o Plano Cruzado, levando a OTN a acompanhar mensalmente a inflação, e fazendo com que Dulce pagasse 70 por cento a mais pelo juro devido. Este salto da sua dívida, piorou ainda, quando chegou outubro de 87 e a microem-

presária passou a pagar o valor principal da dívida, estabelecido em 108 moedas, ou seja cerca de 46 mil cruzados. "Aí sim a coisa ficou apertada", diz Dulce que teve que vender o carro para não atrasar as prestações.

Mas isso não bastou. Em abril deste ano, Dulce aproveitou o refinanciamento das dívidas dos microempresários estabelecido pela resolução 8574, de 28 de abril de 88, e conseguiu economizar 500 mil cruzados, podendo saldar 500 OTNs devidas, congeladas em 50 por cento, em seis meses. Descontando o que já pagou pelo juro e por parte do principal, que já alcança a casa dos três milhões, Dulce deve ainda pelas duas mil e 173 OTNs ao banco, uma soma que ela nem consegue calcular direito.

Esperando uma solução da Constituinte ou do governo, Dulce pensa até em se desfazer da loja, mas lamenta. "Comigo seriam quatro pessoas desempregadas", diz a microempresária que ainda não conseguiu terminar a construção.



Dulce De Pauli

Preços não cobrem custos de produção

Concorrida reunião realizada pela Regional de Dom Pedrito, analisou problemas vividos pelos produtores. Valores de adiantamento para quem entregou a preço médio, agradaram.

Apesar da safra de arroz colhida no município de Dom Pedrito (só a Cotrijuf recebeu mais de um milhão e 100 mil sacos), os orizicultores deverão enfrentar inúmeras dificuldades para saldar os compromissos financeiros. Os preços mínimos estabelecidos pelo governo são considerados inferiores à realidade dos custos de produção.

Esse é um pensamento generalizado entre a classe dos arrozeiros, que vêm com muita apreensão o que o futuro lhes reserva. E o temor é ainda mais acentuado entre os produtores que plantam em terras arrendadas, pois em média, 30 por cento da produção é destinada para pagamento de terra e água de irrigação.

A Cotrijuf promoveu concorrida reunião no último dia 20, tendo por local a sede da Afucotri, como tema básico a análise dos preços mínimos do arroz, os valores de adiantamento e critérios para a comercialização da safra, uma das maiores já recebidas pela cooperativa, em Dom Pedrito. No transcorrer da reunião, vários assuntos do interesse direto dos arrozeiros foram abordados.

Instalada pelo vice-presidente da Regional, Oscar Vicente e Silva, ele deu as boas vindas aos presentes e passou a palavra ao superintendente Eduardo Augusto Pereira de Menezes, que passou a discorrer sobre a pauta dos assuntos de interesse dos associados. Causou forte im-

pressão de contentamento a informação transmitida pelo diretor superintendente, Eduardo Menezes, das providências que estão sendo tomadas para uma boa comercialização dos produtos recebidos dos associados.

O superintendente informou também a liberação, por parte da diretoria, do

montante de Cz\$ 205 milhões e 989 mil, como complementação de adiantamento feito aos arrozeiros por entrega do produto. Com essa complementação já chega a Cz\$ 1 bilhão, 229 milhões e 505 mil, os repasses feitos aos produtores, por antecipação, para quem optou pelo preço médio. E os produtores que optaram

Meses	Agulhinha B	Agulhinha V	Agulha	Japonês
Abril	193,00	193,00	181,00	171,50
Malo	202,00	202,00	189,50	180,00
Junho	203,50	203,50	191,00	181,00

Diversificar, a saída

Mas se os produtores estão satisfeitos com a atuação da cooperativa, já não ocorre o mesmo em relação a política governamental de preços. O conselheiro da Cotrijuf, Pedro Afonso Pereira, disse que muitos orizicultores só conseguirão pagar os compromissos financeiros com outros recursos, pois é certo que o arroz, ao preço estabelecido de mercado, é insuficiente.

O conselheiro Pedro Afonso esteve recentemente em Brasília, fazendo parte da comitiva de produtores

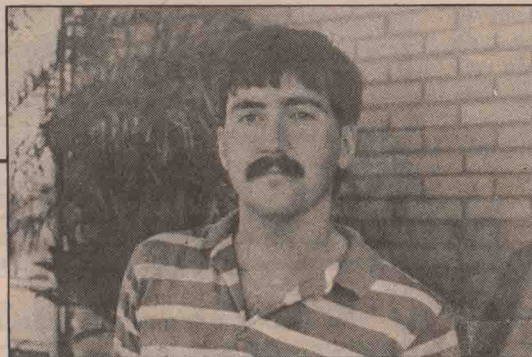
que viajou com a finalidade de expor às autoridades da área econômica, as dificuldades enfrentadas pelos produtores de arroz para cumprir com seus compromissos. Ele salientou durante a reunião na Afucotri, com a aprovação de todos os participantes, que o preço mínimo do arroz é fator de desestímulo para produzir.

O mesmo raciocínio é feito pelo associado e membro do conselho de representantes, agrônomo Jorge Peres, que prevê sérias dificul-



Uma lavoura cara, mas segura

pelo preço médio em abril, e tiraram adiantamento, estão recebendo o saldo corrigido, conforme mostra a tabela a seguir.



Pedro Afonso: fator de desestímulo



Gentil: diversificar

nicos chamam de verdadeira policultura. Usando terras em que parte é própria e parte arrendada, Gentil Possebon & Irmãos criam gado de corte (charolês), plantam arroz, soja, trigo e pastagens. Ainda na área da pecuária, são criadores de ovinos, com boa produção de lã e de cordeiros para abate.

Nesta última safra, Gentil Possebon & Irmãos colheu o produto de 180 quadras de soja, 11 mil sacos de arroz, cultivou 500 hectares com pastagens diversas, 160 quadras de arroz, além de manter um plantel de engorda de 700 cabeças de bovinos.

dades para a sobrevivência financeira dos orizicultores, notadamente aqueles que insistem em permanecer praticando monocultura. Segundo ele, o aproveitamento mais racionalizado do solo é fundamental para que haja resposta econômica em qualquer atividade agropecuária.

A SOLUÇÃO É A DIVERSIFICAÇÃO

A mesma filosofia de trabalho é recomendada pelo associado Gentil Possebon, que pratica em sua propriedade, em trabalho conjunto com os irmãos, o que os téc-

Lubrificação de Máquinas Agrícolas

Aqui estão os óleos do seu dia-a-dia.



Shell Rimula CT

É o mais recomendado para motores diesel turbinado ou de aspiração normal que operam em condições extremamente severas. Modernos aditivos detergente-dispersantes reduzem ao mínimo a formação de lacas e vernizes nos êmbolos, cilindros, válvulas e a colagem dos anéis. Por sua vez, os poderosos aditivos antioxidantes do Rimula CT praticamente eliminam ou reduzem ao mínimo a formação e o depósito de lacas e borras resultantes da oxidação do lubrificante e do combustível.

Shell Spirax

Óleo lubrificante para engrenagens tipo hipóide. É recomendado para caixas diferenciais, caixas de redução, de câmbio, caixas de direção e juntas universais. **Proteção contra a corrosão e umidade.** Spirax HD oferece proteção adequada contra a corrosão das engrenagens e outros componentes de eixos sujeitos à ação prejudicial da umidade. Apresentam também excepcional resistência à deterioração por uso prolongado.

Shell Tellus 68

Óleo lubrificante para sistemas hidráulicos. É fabricado com básicos parafínicos altamente refinados e contém aditivos antioxidantes, antiferrugem, antidesgaste e antiespuma.



Cooperativas já calculam prejuízos

Mas o governo mantém a medida e encerra estudos sobre a privatização dia 7 de agosto

Textos: Moisés Santos Mendes
Fotos: Emílio Pedroso

A inquietação de produtores e cooperativas, diante da decisão do governo de extinguir o monopólio da compra estatal do trigo, não será suficiente para que a medida seja revogada. Isto ficou bem claro num encontro realizado dia 23 de junho em Porto Alegre, quando mais de 50 dirigentes do setor debateram o assunto com dois representantes do governo federal. A reunião, na sede da Fecotrigo, serviu para que fosse feito um balanço — nada alentador — das conseqüências da privatização, e foi encerrada com um consolo: a compra estatal deve ser mantida, pelo menos até a comercialização da safra deste ano.

“A mudança tem o objetivo de buscar um sistema mais eficiente”, repetiu várias vezes o titular da Seap — Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, Edgar de Abreu Cardoso. As explicações dadas por ele e Oiram Campos Cruz, superintendente nacional da Sunab (que pouco falou), não convenceram as lideranças das cooperativas. Na verdade, como admitiu Fernando Coutinho, diretor do Departamento de Trigo da Sunab — também presente à reunião —, a privatização transfere de imediato para o cooperativismo os altos custos financeiros da administração de estoques.

QUALIDADE

A privatização, que conseguiu, logo depois de anunciada, reunir manifestações contrárias de produtores, cooperativas, indústrias e inclusive políticos — tanto conservadores como os considerados de esquerda — ainda não tem data marcada. Mas desde já surgem as especulações sobre seus efeitos (veja matéria nesta página). “Vamos nos tornar uma presa fácil para os grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros”, disse Pedro Lugoch, superintendente da Cotrirosa. Oswaldo Meotti, presidente da Cotrijuf, lamentou que o “trigo esteja sendo usado como bode expiatório, num momento em que a meta agora era a melhora de qualidade”.

O governo não deverá levar em conta o alarme provocado pela medida, pelo que deu a entender Edgar Cardoso. Isto porque, segundo ele, o fim da compra estatal faz parte de um conjunto de medidas que “irão reduzir a interferência oficial na economia, e devolver aos empresários o poder de decisão”. O argumento leva em conta ainda a política de controle do déficit público, que abrange também áreas do álcool, açúcar e café.

CUSTO FINANCEIRO

O titular da Seap demorou a explicar que, com o fim do subsídio ao trigo, o governo recebe hoje de volta um preço equivalente, pago pelos moinhos, ao do custo do trigo que lhe é vendido pelos produtores. Numa conta simplificada, poderia se dizer que há um empate entre o preço de compra e o preço de venda, no sistema de cotas, considerando-se o valor pago ao produtor e o que é cobrado da indústria. Mas não é bem assim, pois o governo concentra as compras num período de cerca de quatro meses, e depois vai vendendo o trigo aos poucos aos moageiros. É na administração deste estoque, desovado levemente, que está o fu-



Nesta reunião os dirigentes de cooperativas relataram suas preocupações ao governo

Guardar o trigo custa dinheiro, e a despesa financeira desta armazenagem envolve uma soma que nenhum dos emissários de Brasília soube dizer. Se comprasse o trigo e imediatamente repassasse o produto às indústrias, na próxima safra, por exemplo, o governo gastaria algo ao redor de 1 bilhão e 100 mil dólares, e teria uma receita igual ou parecida com este valor. Mas a defasagem de tempo entre a compra do grão e sua entrega aos moinhos faz com que haja uma diferença contra os cofres federais.

A PASTA SUMIU

Este é o custo que será, de imediato, passando às cooperativas, que são pagas pelo governo, desde 1968 (quando se instituiu a compra estatal), para armazenar o trigo. O problema é que não foi dada pelos representantes do governo, na reunião do dia 23, a dimensão desta despesa financeira. Tanto Edgar como Coutinho argumentaram que a pasta com este dado foi “esquecida em Brasília”, numa explicação que não convenceu ninguém, nem mes-

mo os jornalistas que acompanharam a reunião.

A privatização do trigo fará com que este grão tenha — a exemplo do que acontece com a soja, o milho, o arroz — uma livre comercialização. Assim, desaparece, é claro, a figura do governo como único comprador. E desaparece também, automaticamente, o cartel do trigo, formado a partir de 1968, quando se estabelece o sistema de cotas. Quem produz trigo venderá a quem bem entender, o que pode — na visão de Edgar Cardoso — favorecer as cooperativas, pois estas controlam a produção, desde a formação das lavou- ras, e poderão investir em moinhos regionais.

As previsões feitas no encontro em Porto Alegre não indicam nesta direção, pois há toda uma estrutura de industrialização nas mãos de fortes grupos. O próprio Edgar caiu em contradição, ao dizer, ao mesmo tempo, que as multinacionais, como a Cargill e a Anderson Clayton (citadas por ele) podem investir pesado na área. Como



Edgar: problema é o déficit



Coutinho: onde ficou a pasta?

competir — sem qualquer estrutura montada pelas cooperativas — com estes e outros grupos?

UMA BOMBA

Esta bomba vai estourar nas mãos das cooperativas e dos produtores”, disse Hélio Zawatski, presidente da Cotrimaio. A bomba poderá lançar seus primeiros estilhaços no dia 7 de agosto, quando uma comissão interministerial concluirá estudos, iniciados 60 dias antes, sobre a privatização. Para Terciso Redin, “mesmo que o monopólio seja extinto, o governo deve continuar comprando, ao lado da iniciativa privada, para atuar como mediador no mercado”. As cooperativas — disse Redin — querem ser ouvidas pela comissão interministerial, formada por decisão do Ministério da Fazenda. Uma das queixas a serem feitas a esta comissão está relacionada com as importações de trigo da Argentina, que vem concorrer com o produto nacional, exatamente quando o governo altera o sistema de comercialização.

As ameaças à produção nacional

Desde 1968 o trigo nacional tem um comprador — o governo — e preços garantidos. Com a privatização, este grão destinado ao consumo interno é entregue ao jogo do mercado, com todos os riscos que outros produtos já enfrentam. Abaixo, uma síntese de alguns dos problemas que surgem com a medida para as cooperativas e os produtores, de acordo com as questões levantadas na reunião do dia 23 na Fecotrigo:

- As cooperativas recebem o trigo, cuidam da armazenagem e são pagas pelo governo para cumprir esta tarefa. São elas que guardam mais de 80 por cento da safra. As indústrias de moagem têm capacidade para armazenar trigo, em média, no máximo por 15 dias. Isso quer dizer que as cooperativas — mesmo que não industrializem, é que continuarão guardando o trigo. E sem receber por este serviço. É claro que, de imediato, o cooperativismo e os produtores perdem, e bastante, e as indústrias são beneficiadas, pois a armazenagem tem altos custos.

- O Brasil deve importar da Argentina, anualmente, até 1993, 1 milhão e 450 mil toneladas de trigo, como prevê o acordo assinado no ano passado. Como concorrer com este produto importado e reconhecidamente de melhor qualidade? O risco é este: a preferência que as indústrias podem dar ao trigo estrangeiro. O governo diz que este trigo argentino, além de ser de melhor qualidade, é mais barato (o nosso custa 180 dólares, e o importado 130 dólares).

- A pesquisa para melhoria de variedades e busca de melhor tecnologia para o trigo está nas mãos de entidades oficiais e privadas (no último caso, o CEP/Fecotrigo, em Cruz Alta). O dinheiro para estas instituições sai hoje diretamente da conta-trigo do Banco do Brasil, administrada pelo Ctrin (Departamento de Comercialização do Trigo). Com a privatização, como fica o dinheiro para a pesquisa? Edgar Cardoso acha que “as cooperativas devem investir nesta área e arcar com os custos do serviço”.

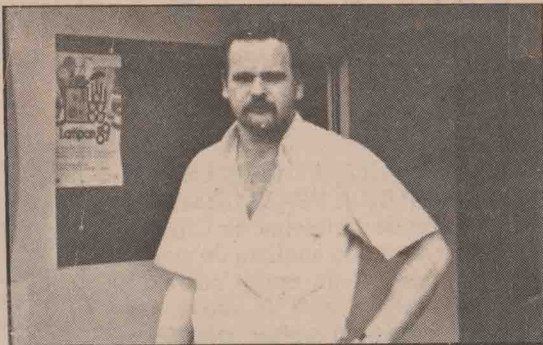
- Com a comercialização do trigo sendo controlada pelo governo, fica mais difícil a sonegação de impostos. “O Ctrin é nosso melhor fiscal”, disse Edgar em Porto Alegre. Com a privatização, a sonegação de ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) pode ser transformar em prática rotineira, com prejuízos para estados produtores, como o Paraná e o Rio Grande do Sul.

- A privatização derruba o sistema de cotas, e a industrialização passa a ser livre. A concorrência que, em tese, poderia fortalecer os moinhos regionais (os hoje coloniais), que estão pertos das áreas de produção, talvez se concentre mais ainda entre poucas indústrias. É o temor das cooperativas e de técnicos, como o economista Dejalme Andreoli, da FEE — Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Ele acha que haverá uma “concentração industrial”, e fala em “desarticulação da produção nacional” e ameaça ao abastecimento.

O consumidor prejudicado

O governo federal anunciou há algum tempo sua intenção de transferir a iniciativa privada a compra e comercialização do trigo nacional que até hoje vem sendo gerida pelo estado. Muita polêmica se criou a partir de então, com os triticultores reclamando da possível medida e o governo alegando como objetivo a diminuição do déficit público. Nada há ainda de concreto, e provavelmente esta atual safra seja administrada como as anteriores, mas os agricultores estão atentos às prováveis mudanças.

No Mato Grosso do Sul a questão se torna ainda mais delicada, principalmente pelo fator geográfico, que coloca o Estado longe dos moinhos e dos grandes centros consumidores. Esta distância será extremamente prejudicial caso a produção de trigo venha a ser comprada pela iniciativa privada e não mais pelo Banco do Brasil, como ocorre hoje. Os moinhos se localizam predominantemente próximos à costa litorânea, porque o Brasil sempre dependeu das importações do cereal para o consumo interno. Com uma possível privatização, essas empresas (em sua maioria multinacionais) deterão o poder de compra e centros produtores como o Ma-



Otto Werner: em defesa da compra estatal

to Grosso do Sul certamente ficarão a um segundo plano por causa do custo com o transporte do produto.

Atualmente a cultura do cereal tem ocupado o lugar principal como opção de inverno e se há dez anos o Estado produziu apenas 30 mil toneladas, na safra passada esta produção atingiu as 530 mil toneladas. Este ano o Mato Grosso do Sul deverá colher em torno de 550 mil toneladas, mas na próxima safra a previsão a ser feita vai depender diretamente das medidas que o governo tomar daqui para frente.

Na opinião de Otto Werner a privatização vai acabar com a agricultura e o consumidor será o principal prejudicado porque os pequenos moinhos vão desaparecer e conseqüentemente haverá redução de produtos deriva-

dos do trigo, como o pão por exemplo. Werner fala de cadeira pois é dono de um moinho, o Catarinense, fundado em 1960 no município de Dourados e até hoje o único existente no Mato Grosso do Sul.

Com sua produção voltada para o consumo dentro do Estado, o Moinho Catarinense tem capacidade para moer 76 toneladas de grãos em 24 horas e produz farinha comum, especial e farelo de trigo. A estrutura compreende dois módulos de moagem e o moinho recebe 227 toneladas de trigo a cada semana.

Otto Werner lembra que com o fim do subsídio ao trigo, o consumo reduziu em 30 por cento, se vier a privatização e não existir mais o tabelamento do produto como até agora, os preços vão ser ditados por quem estiver com as cartas na mão e isto é muito preocupante, continua Werner. Para ele o melhor seria o Banco do Brasil continuar com a atual política de compra e comercialização.



Olvio Boschetti



Dimas de Arruda

Preço mínimo justo

O associado Olvio Boschetti plantou nesta safra 170 hectares de trigo, 120 financiados e o restante com recursos próprios. Ele tem sua lavoura em Caarapó e acha que a privatização não vai ser boa para o agricultor. Ele só vai continuar plantando o cereal se o governo garantir um preço mínimo justo, uma vez que a cultura de trigo é de alto risco e exige investimentos muito altos. A sua lavoura já está comprometida este ano, pois 80 por cento foi queimada com a geada que atingiu o sul do Estado no mês de junho. Situação pior é a do associado Dimas Matias de Arruda. Sua lavoura no distrito de Indápolis em Dourados ficou totalmente queimada pela geada e sua produção de trigo frustrada. Dimas plantou 45 hectares do cereal e afirma que só vai plantar trigo no próximo ano se houver incentivo do governo.

Se vier a privatização, o associado tem certeza que a cultura terá uma redução muito grande no Mato Grosso do Sul e só vai confirmar que o governo federal quer mesmo é desestimular o agricultor, preferindo importar trigo de outros países e não dando importância ao desenvolvimento que a triticultura gera no país.

Por essas e outras incertezas que o produtor rural passa é que Dimas aposta na diversificação da sua propriedade. Hoje os seus 48 hectares são totalmente utilizados com lavouras e também com suinocultura e gado de leite. Atualmente estas duas atividades ainda não são rentáveis, mas poderão ser no futuro, conclui o associado.

É preciso cautela

A controvérsia que divide opiniões a respeito da intenção governamental de privatizar a comercialização do trigo, um dos destaques presentes nas páginas de economia dos jornais do Rio Grande do Sul, deverá prosseguir aparecendo no noticiário ainda por muito tempo. No entanto, talvez fosse bom lembrar que a estatização do trigo, vinculado ao Banco do Brasil, corrigiu uma série de desmandos e ações desonestas cometidas pelo setor privado, então o único comprador.

O presidente da Cotrijul, economista Oswaldo Meotti, disse que não é contra a privatização de nenhum setor da economia. Mas lamenta o fato de que tantas vozes poderosas estejam verberando, em uníssono, pela privatização do mercado de compra de um cereal que em nosso país sempre enfrentou tantos inimigos.

O fato, em si, lhe parece suspeito. A triticultura, por tudo que representou e representa como elemento propulsor de economia de escala, que estimulou o desenvolvimento de tecnologia não só na agricultura, mas serviu também para patrocinar indústria de máquinas agrícolas e a expansão do uso de insumos modernos, e credora de um tratamento mais responsável. Meotti entende que o governo deve agir com muita cautela e imparcialidade ao tratar da questão do trigo. "Mas — lamentou — não é o que parece estar ocorrendo".

Citou, como exemplo, o convênio assinado com a Argentina, para importar trigo até 1993, quando o país já conquistou auto-suficiência na produção do cereal. Aliás, um tratado tão suspeito, que foi assumido à revelia de autoridades da área, como os ministros da Agricultura, da Fazenda, da Indústria e Comércio e das entidades representativas da agropecuária, diretamente interessadas.

PREOCUPAÇÕES

"Essa idéia do governo não nos agrada", dizia Valentino Ghiotto, agricultor em São Miguel, interior de Augusto Pestana, referindo-se a questão da privatização do trigo. Diz que antes do governo pensar em "cair fora" da comercialização do trigo, ele precisa acabar com as importações do produto. "Estamos muito perto da auto-suficiência, então, não justifica importar trigo. O que o governo deve fazer é incentivar ainda mais a produção interna".

Ghiotto ainda levanta uma outra preocupação: onde armazenar essa produção, caso as indústrias comecem a forçar uma baixa nos preços. "Se vamos ficar nas mãos das indústrias moageiras e à mercê de seus interesses, vai chegar um momento que vamos ter de segurar o produto e esperar melhores preços".

Agora, uma única injeção mata vermes, sarna e piolhos.

Ivomec, aplicado nas
porcas 7 a 14 dias antes
do parto, mata:

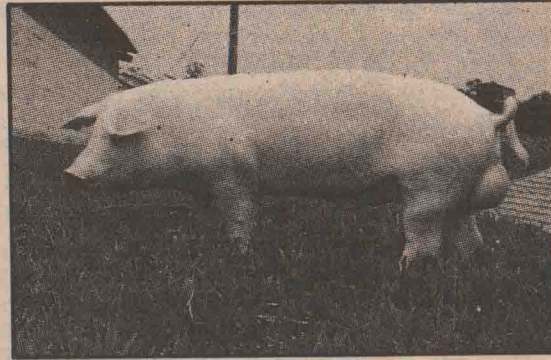
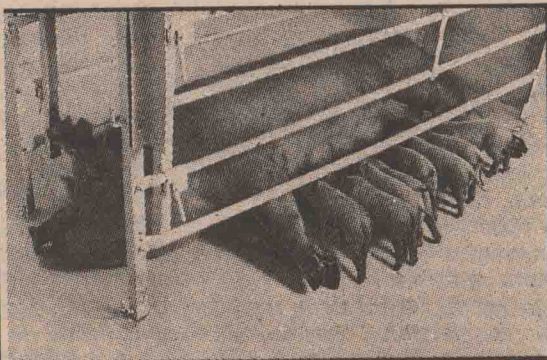
- Vermes redondos gastrintestinais (Ex.: *Ascaris suum*)
- Vermes renais (*Stephanurus dentatus*)
- Vermes pulmonares (*Metastrongylus* spp.)



Ivomec controla
sarna e piolhos:

- Sem as trabalhosas tarefas de aspersão.
- Atingindo os ácaros da sarna e piolhos nas dobras da pele das orelhas e corpo.

Um bom início para um grande final.



ivomec
Injetável para Suínos

MSD AGVET
DIVISÃO DE MERCK SHARP & DOHME
Farmacêutica e Veterinária Ltda.

*Marca Registrada

(B)AR-IVCS-32/86

SOJA

Mercado tumultuado

O mercado da soja sofreu uma baixa violenta no final de junho, deu a volta por cima e fechou a primeira semana de julho com uma nova queda, daquelas de deixar qualquer produtor desorientado

O agricultor que ainda tem soja para vender e continua à espera de novas altas nas cotações, não pode se descuidar e muito menos desligar suas antenas de Chicago. Está certo que a primeira queda feia da Bolsa já ficou para trás, só que ninguém pode garantir que as cotações não voltem a cair, como aconteceu neste final de junho e início de julho, quando o mercado trabalhou tumultuadíssimo, deixando muito produtor de coração na mão e nervos à flor da pele. A primeira destas quedas na Bolsa de Chicago aconteceu no fechamento de terça-feira, dia 28, quando a cotação caiu em 45 pontos. A segunda, ainda mais perigosa, foi a do dia seguinte, 29, quando a cotação, depois de ter quase encostado em 11 dólares por bushel caiu para 9,31 dólares. Dia 8 de julho, o mercado voltou a cair em 34 pontos.

O mercado deu a volta por cima, "mas continua trabalhando muito nervoso", alerta José Carlos Treiguer, gerente de Comercialização da Cotriexport. "Toda a cautela é pouca, diz ainda, principalmente se considerarmos que o comércio do milho e da soja continua na dependência do chamado "weather market" — expressão americana que relaciona o comportamento da Bolsa com as notícias de clima.

NEM TUDO ESTÁ PERDIDO

Treiguer tem suas razões para alertar os agricultores e sugerir muita cautela, pois ao visitar, há cerca de um mês atrás, várias lavouras americanas,

atingidas pela seca, pode constatar que os prejuízos realmente são sérios, "embora nem tudo esteja perdido". Voltou impressionado com a qualidade das terras e com a certeza de que se a seca fosse aqui, a estas alturas os prejuízos seriam muito maiores.

A seca nos Estados Unidos, que hoje já vem sendo considerada pelos americanos como maior que a de 1885, é grande em função de sua área de abrangência, atingindo terras férteis e de alta produtividade, como as localizadas no meio-oeste. Os estados mais atingidos são Illinois, Indiana, Ohio, Iowa, Missouri e Nebraska e ainda o Delta Mississipi, onde ocorrem as mais altas produtividades do país. As demais regiões apresentam menor produção.

Mas na ocasião em que o Treiguer visitou as lavouras americanas, isso em meados de junho, os analistas já estimavam uma quebra de 4 por cento para a soja e 10 por cento para o milho. De oficial, na verdade, nada ainda existe e a grande expectativa gira em torno do relatório do USDA — o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos —, que deverá sair neste dia 12 e que certamente, trará informações sobre essas perdas. Mas a grande preocupação dos agricultores americanos, no entanto, é com as lavouras de milho que, embora não ocupem a mesma área de soja, apresentam uma produção 4 vezes superior.

MAIS PARA RUMORES DO QUE PARA PROBLEMAS

O grande problema de Chicago e por isso o alerta do analista de mercado da Cotriexport de muita cautela e rapidez nos negócios, é de que o mercado continua sendo muito mais suscetível aos rumores do que aos problemas. Assim, quando um rumor chega a se transformar em problema real, o mercado já descontou o valor nesta notícia, como aconteceu, dias atrás, com a previsão de que poderia chover no meio-oeste americano. A cotação do mercado caiu, só voltando a reagir dias mais tarde, quando ficou constatado que as chuvas, além de esparsas, ocorreram em apenas algumas regiões.

Mas as preocupações com relação ao comportamento do mercado não páram por aí. Criada em 1848, a Bolsa de Chicago só bateu acima dos 10 dólares por bushel — 27,32 quilos de soja — em três ocasiões e sempre que subiu rapidamente, também desceu nas mesmas proporções. Esse fato tem preocupado os especuladores e comerciantes que estão visualizando uma situação semelhante, já que em março a cotação do dólar por bushel era de 6,5 (em média) e em fins de junho encostou em 11.

AINDA NERVOSO

O que se pode esperar do mercado de Chicago daqui para frente? Por enquanto, segundo o Treiguer, ele vai continuar muito nervoso, pelo menos até o momento em que forem definidos



Uma lavoura de soja, no estado de Illinois que, em meados de junho não tinha recebido nenhuma chuva

os estoques de grãos de soja dos Estados Unidos para o ano que vem e ainda o preço de equilíbrio de Chicago em relação a oferta e a procura. "E até o mercado assimilar e trabalhar estas informações, observa, ele vai continuar operando nervoso e em função do clima. Ele acrescenta ainda que é preciso levar em conta que até agora o mercado ou fechou em alta ou em baixa e nunca num limite médio. "Mas o sentimento de mercado que existe atualmente é de que vamos ter um preço real entre 7 a 9 dólares por bushel".

Contando os prejuízos

Em meio ao burburinho que movimentou a cooperativa na manhã do dia 29 de junho, quando o preço da soja resolveu dar umas guinadas e cair de Cz\$ 3.500,00 para Cz\$ 3.000,00, se encontrava o seu Norberto Becker, arrendatário de 30 hectares de terra na localidade de Rincão dos Becker, interior de Ijuí. Ele foi mal com a soja, colhendo apenas 40 por cento da produção estimada e acostumado a tirar em anos anteriores. Dos 350 sacos de planta, vendeu, ainda em maio, 40 por cento ao preço de Cz\$ 1.530,00. Dias depois vendeu mais 20 por cento a Cz\$ 2.090,00. O restante, ele vinha segurando na "espera de uma reação ainda maior nos preços".

Só que o "estado nervoso do mercado" no final do mês de junho ainda chegou o seu Norberto mais nervoso. No dia 29, bem cedinho, ele já estava na cooperativa liquidando o restante da soja. "Esse preço de Cz\$ 3.000,00, para quem deixou de ganhar mais Cz\$ 500,00, é até razoável e ainda serve", dizia, sem no entanto, deixar de lamentar o prejuízo que teve por não ter segurado os Cz\$ 3.500,00 de dois dias antes. "Só mesmo um bom preço, de perto de Cz\$ 4.000,00, poderia aliviar o produtor dos prejuízos que teve nesta safra". Ele fez a maior parte da sua lavoura com recursos próprios.

MAIS TRANQUÍLO

O seu Silvestre Antonello Netto, proprietário de 30 hectares na localidade de Boa Esperança, também Ijuí, foi um dos poucos agricultores que não esquentou a cabeça

com o tumulto no mercado da soja daquela semana. Com 330 sacos de soja — colheu 180 nesta safra, mas ainda tinha do ano passado 150 sacos — ele ainda continuava tranqüilo, apostando numa reação do mercado. Ele já havia negociado 70 sacos pelo preço de Cz\$ 2.090,00. Dias depois, como precisasse de dinheiro para pagar o arrendamento de cinco hectares de terras e também a reforma do maquinário, vendeu mais 49 sacos. Na quinta-feira tumultuada, ele veio até a cooperativa para liquidar, "só por garantia" mais 60 sacos. "Não vou vender tudo ainda hoje. Não estou precisando de dinheiro no momento e como já tive prejuízo nestas vendas, ainda vou continuar insistindo numa nova reação do mercado".

BOA MÉDIA

O seu Egon Pedro Heuser também não se afobou com o susto do mercado e ainda continuava acreditando numa reação. Ele já havia vendido parte da produção, fazendo uma média, considerada "boa", de Cz\$ 2.600,00 por saco. "Acho que fiz bons negócios", dizia ele enquanto liquidava mais um tanto de soja. Ele planta em 43 hectares de terra, em Ponte do Ijuizinho, interior de Augusto Pestana, onde colheu 350 sacos com uma queda de produtividade ao redor dos 70 por cento. Em maio ele negociou 34 sacos ao preço de Cz\$ 1.510,00 e em fins de junho vendeu outros 65 sacos, pegando Cz\$ 3.360,00. No dia 29 vendeu mais 100.

Seu Egon tem ainda, por vén-



Silvestre



Sabino



Egon



João Emílio

der, outros 150 sacos que está segurando até nem tanto pelo preço, mas mais por garantia, "pois o ano ainda é comprido e tenho toda a planta de verão para fazer com esse dinheiro, que não planto financiado. Admite que Cz\$ 3.500,00, diante dos custos de produção e dos prejuízos da seca, ainda é um preço que deixa a desejar. "Para o agricultor recuperar os prejuízos da seca, a soja tinha que valer no mínimo Cz\$ 4.000,00".

O seu João Emílio Schneider, proprietário de 100 hectares e arrendatário de outros 95 em Rincão São João, também Augusto Pestana, vivia uma situação diferente da do seu Egon. Chegou cedinho na cooperativa, no dia da baixa, e liquidou todo o resto da produção. Dos 2.500 sacos de soja, ele já havia negociado 800 a Cz\$ 1.510,00 e um outro lote grande a Cz\$ 3.380,00. Não ficou satisfeito com os negócios, pois achou que vendeu muito mal a produção. "De Cz\$ 1.510,00 para Cz\$ 3.380,00, tem uma diferença grande que deixei de ganhar, lamentava.

A PRODUÇÃO É QUEM ATRAPALHO

"Não perdi dinheiro", garantia Adauto Bilibio, proprietário de 900 hectares de terra distribuída entre Monte Alvão, interior de Ajuricaba e Santa Lúcia, em Ijuí. De 600 hectares de planta, ele tirou 13.200 sacos. Vendeu a soja em duas

vezes, pegando na primeira, para 4.500 sacos, Cz\$ 2.180,00. Na segunda venda, a do dia 28 de junho, pegou Cz\$ 3.300,00 pelos restantes 9.000 sacos.

Seu Adauto acha que neste ano a produção é que atrapalhou os negócios, "porque o mercado correu favorável". Mas mesmo tendo certeza de que o mercado ainda vai reagir, seu Adauto não quis segurar a produção por mais tempo por duas razões: a reação pode demorar a acontecer e o custo do dinheiro.

O seu Sabino Bonfada, proprietário de 14 hectares em Vila Salto, interior de Ijuí e arrendatário de mais 40 em Esquina Ivaí, município de São Luiz Gonzaga não esquentou a cabeça com o nervosismo do mercado da soja nestes últimos dias. E garante que só vendeu a sua produção neste início do mês de julho porque estava precisando de dinheiro para pagar uma terra que comprou em São Borja. Por causa deste negócio, ele vendeu toda a soja de Ijuí — 380 sacos — no dia 6, pegando Cz\$ 3.200,00. Mas um dia antes, ele já tinha liquidado a soja colhida em São Luiz, ao preço de Cz\$ 3.350,00. Nem mesmo quando o preço foi a Cz\$ 3.500,00, o Sabino pensou em fazer negócio. "O meu interesse era comprar uma área de terra. Vender e colocar o dinheiro na poupança não me atrai", diz ele.

O "primo pobre" da soja

Cotrijuí quer resgatar a cultura do feijão na região, incentivando os produtores a melhorarem a produtividade

Da mesma família da soja, com semeadura possível na mesma época e perfeitamente adaptada a região, o feijoeiro pode ter muitas semelhanças e até parentesco com a soja, mas anda esquecido pelos cantos de terra dobrada das lavouras, transformado em cultura de subsistência. A soja, muito pelo contrário, ganhou excepcional avanço tecnológico em todas as suas fases de produção, transformando-se num produto de exportação com mercado quase sempre garantido. Tem assistência técnica plena e é hoje, a cultura de número 1 deste país, onde o prioritário é produzir para exportar. Mas quais os entraves que andaram atrapalhando a expansão da cultura do feijoeiro? Que perspectiva a cultura pode oferecer e o que o produtor pode esperar da Cotrijuí em relação a cultura?

Sem dúvida alguma, observa o supervisor de produção de Sementes de culturas de lavouras da Cotrijuí na Pioneira, o engenheiro agrônomo Adão Acosta, o feijoeiro é a mais importante leguminosa de grãos alimentícios e uma cultura típica da pequena produção. Na região o feijoeiro é tradicionalmente cultivado para o consumo da propriedade "e com excedentes variáveis para o mercado, dependendo de estímulos de preços e condições climáticas". Este segundo aspecto, de acordo com o engenheiro agrônomo é decisivo para o feijoeiro, considerando a sua extrema sensibilidade ao fator clima em todas as suas safras.

ENTRAVES

O Adão considera algumas questões tecnológicas, como o uso de inoculação com *Rhizobium*, manejos em consórcios, controle de pragas, ainda não muito bem resolvidas. Outras, com suficiente resposta da pesquisa, como o não uso de sementes melhoradas, adubação, encontram entraves de difusão típicos de culturas marginalizadas. Mas mesmo assim, em algumas regiões a cultura tem certa importância e justifica o empenho de algumas cooperativas — caso de Erechim, Sobradinho, Frederico Westphalen — na sua manutenção e luta pela garantia do bom mercado situado em São Paulo e Rio de Janeiro. Estas cooperativas vêm propiciando um aprimoramento do processo produtivo, procurando beneficiar os produtores de feijão de suas regiões.

A média de produtividade, segundo o Adão Acosta, tanto no Rio Grande do Sul como no Brasil, não ultrapassa aos 600 quilos por hectare "e as estruturas da pesquisa e da assistência



A média de rendimento do feijão em todo o Estado não ultrapassa os 600 quilos por hectare

técnica são extremamente tímidas se olharmos a real importância da cultura. Dada esta condição de baixa produtividade, existe, com o conhecimento disponível e com um maior empenho da assistência técnica, grande possibilidade de se obter rendimentos maiores.

E assim, utilizando-se as informações da pesquisa, já plenamente conhecidas, acrescida apenas da irrigação, é possível se chegar a 4.000 quilos por hectare. "Portanto, diz ainda o Adão, é indispensável o uso da irrigação se quisermos obter altas produtividades, sem com isso sofisticar a produção, a irrigação, associada a vistorias rígidas e diárias para o controle das pragas — vaquinha e cigarrinha verde — e as doenças — antracnose e ferrugem — são quase que garantia de uma produção compensatória".

Resolvida a questão da produção, o produtor enfrenta o problema da comercialização. O mercado, alerta o agrônomo, apesar de remunerar bem —

a soja está ao redor de 2,11 OTNs e o feijão normalmente paga mais do que isso em época de safra —, é exigente no que se refere ao padrão e a qualidade do grão, "só conseguidos com uma produção bem cuidada".

A tabela 1, abaixo, mostra que o único ano em que o feijão ultrapassou 4 OTNs, chegando inclusive até 5 OTNs, foi em 1981. Com esse estímulo, no ano seguinte, o recebimento da Cotrijuí fechou em 1.200 toneladas — o maior recebimento dos anos em análises —. Nesse mesmo ano os preços chegaram a metade da safra anterior.

SITUAÇÃO NA COTRIJUI

A Região Pioneira da Cotrijuí, segundo o Adão, é contemplada com três zonas agroecológicas, sendo que duas delas são favoráveis climaticamente para o cultivo do feijoeiro. Nestas duas regiões encontram-se as unidades de Tenente Portela, Santo Augusto, Coronel Bicaco e suas áreas de influência, no caso Redentora, Erval Seco, Miraguaí, entre outros.

Mas apesar destas regiões apresentarem um considerável potencial para a cultura, que pode perfeitamente se integrar aos sistemas de produção dos minifúndios, o que se observa na prática, destaca, é quase que um completo descaso e abandono do feijoeiro, tanto na questão assistência técnica, difusão de tecnologia como na produção de sementes à política de recebi-

mento de grãos. Adão entende que iniciativas como o Projeto Feijão, de 1977 e o zoneamento para a produção de sementes, instituído em 1987, tiveram resultados muito aquém do esperado. "Assim, o produtor é o único responsável, por influências do clima e mercado, pelas oscilações de área", diz o agrônomo, citando como exemplo os números da tabela 2. Já na tabela 3, pode-se observar as oscilações no recebimento do produto por parte da cooperativa, que vão de 100 toneladas até 1.200 toneladas. Também é possível observar que, na maioria dos anos, a produção de Tenente Portela e Coronel Bicaco corresponde, sempre a mais da metade de todo o recebimento da Cotrijuí.

INTENÇÕES

A intenção da cooperativa é estimular seus produtores a melhorar a produtividade do feijão e receber um maior volume de produção. Mas para tanto, o Adão lembra que algumas medidas deverão ser tomadas, principalmente nas regiões tradicionalmente produtoras como Erval Seco, Tenente Portela e Coronel Bicaco. "É por este motivo, reforça o agrônomo, que estamos convidando todos os produtores tradicionais para virem até a Cotrijuí conversar com os departamentos técnicos das suas unidades. Precisamos, na prática, tirar o feijão da incômoda posição que ocupa hoje na região".

TABELA 1 — PREÇOS DE FEIJÃO A NÍVEL DE PRODUTOR

EM OTN	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
JAN	1,16	2,45	4,46	2,55	2,37	3,04	3,35	3,75	3,10	2,68
FEV	1,20	2,36	4,26	2,42	2,24	2,78	2,98	3,22	3,10	3,02
MAI	1,15	2,12	5,05	2,64	1,76	3,23	3,68	2,82	2,02	3,70
JUNHO	1,27	2,90	4,76	2,51	2,24	2,97	3,35	2,82	2,05	— 0 —

Fonte: Assessoria DIOPE

TABELA 2 — ÁREAS DE FEIJÃO R. P. 1980/88 (ha.)

	87/88		86/87		85/86		84/85		83/84		82/83		81/82	
	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª
Ijuí	600	300	1.000	300	560		300	300	300	250	500	300	500	200
S. Aug.	50	60	120	50	150		45	50	100	50	100	100	500	200
T. Port.	300	100	800	300	800		505	605	400	300	400	500	—	70
Jóia	200	80	200	40	100		48	—	80	36	160	40	200	—
C. Bicaco	400	80	400	150	100		300	96	300	200	300	250	300	—
Chilapetta	285	45	30	—	170		50	30	200	50	120	80	—	—
Ajuricaba	360	100	500	200	200		140	—	140	—	140	—	120	—
A. Pestana	250	100	200	50	100		60	40	100	50	210	70	300	300
B. Pioneira	2.945	865	3.250	1.090	2.160	1.250	1.448	1.121	1.620	936	1.930	1.340	1.920	770

Fonte: Boletim safras

Tabela 3 — Recebimento de feijão de associados (quilos)

Unidades	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Ijuí	17.448	57.600	128.342	93.097	5.771	9.964	60.212	33.425	28.373	71
S. Aug.	4.575	8.100	40.905	152.08	12.298	1.662	11.539	27.057	2.123	4.997
T. Portela	53.057	58.300	77.817	765.238	3.261	23.713	95.864	8.794	6.972	2.000
Jóia	—	—	420	4.294	321	—	—	110	709	673
C. Bicaco	21.210	36.700	55.142	28.149	2.337	14.349	18.395	59.482	12.067	11.480
Chilapetta	198	200	9.031	20.054	1.405	382	1.087	15.332	1.975	—
Ajuricaba	662	2.000	1.635	25.013	2.446	—	2.008	14.145	2.949	133
A. Pestana	432	400	1.846	9.605	2.593	—	—	1.728	170	51
E. Embu	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	97.582	63.300	415.138	1.197.458	40.432	50.070	189.105	160.073	55.358	19.405

Fonte: Assessoria DIOPE

A saga da imigração japonesa no Brasil

Os 781 primeiros imigrantes japoneses chegaram ao Brasil no dia 18 de junho de 1908, com contratos para trabalharem nas plantações de café do estado de São Paulo, por dois anos. A segunda leva de imigrantes — 906 ao todo —, chegou dois anos depois. Hoje, o Brasil sedia a maior população de descendentes japoneses do mundo.

Ganhar muito dinheiro no menor espaço de tempo possível e voltar imediatamente à terra natal foi o sonho que acalentou a vinda dos 781 japoneses que chegaram no Brasil em 18 de junho de 1908. Trazidos no navio Kasato Maru, depois de uma viagem que durou quase dois meses, estes primeiros imigrantes aqui chegaram já com contratos para trabalharem nas plantações de café que então predominavam no Estado de São Paulo.

Incentivados pelos governos dos dois países, o Japão porque já então enfrentava problemas com o excesso de população em um território bastante reduzido e o Brasil e mais especificamen-

te São Paulo, porque a abolição libertava os escravos e era necessário mão-de-obra barata para o trabalho braçal nos cafezais dos grandes latifundiários. Logo estes imigrantes descobriram a dura realidade que teriam que enfrentar e que dificilmente com o trabalho escravo a que eram submetidos, poderiam fazer fortuna e voltar ao Japão.

Obrigados por contrato a trabalharem na lavoura durante dois anos, muitos não resistiram e fugiram antes, os imigrantes se viram na contingência de recomeçarem suas vidas num país estranho, onde além de não entenderem o idioma, enfrentaram todas as adversidades provenientes de um país com cul-



Uma réplica do navio Kasato Maru. Ele trouxe os primeiros imigrantes em 1908

tura, tradições e costumes totalmente diferentes da sua pátria. A solução foi arregaçar as mangas e partir para a luta pela própria sobrevivência. Assim começou a saga dos japoneses no Brasil, e mais e mais imigrantes foram chegando ao país. Dois anos após a chegada do Kasato Maru, mais 906 imigrantes chegaram e no ano de 1925 a colônia japo-

nesa no Brasil já totalizava 40 mil pessoas. O auge da imigração aconteceu em 1941, quando 150 mil japoneses chegaram ao país. Este fluxo foi interrompido com o advento da Segunda Guerra

O trabalho na construção da ferrovia

Após a desilusão inicial dos imigrantes que haviam enfrentado as lavouras de café, muitos abandonaram a agricultura para trabalhar como estivadores no Porto de Santos. Foi quando souberam que o governo procurava trabalhadores para a construção da ferrovia que ligaria o Estado de São Paulo ao Mato Grosso. O salário oferecido era compensador e um dia de trabalho equivalia ao salário de um mês inteiro no Japão. Ali estava a chance de enriquecimento rápido como os imigrantes imaginavam. C que não sabiam eram as dificuldades que teriam no longínquo Mato Grosso (naquela época ainda um só Estado) onde em muitos lugares a civilização não tinha chegado. O grupo de 75 japoneses foi transportado de navio, saindo da Argentina e subindo o Rio Paraguai, numa viagem que iniciou em 1910.

Depois de dois meses de travessia chegaram ao Porto Esperança, em pleno pantanal matogrossense, na divisa com a Bolívia. O trabalho era bastante árduo e muitos morreram vítimas da malária e por outras doenças. As obras continuaram em ritmo lento e só prosseguiram graças a obstinação do líder Hoshiro Koki e sua mulher, a única entre os 75 japoneses.

Cinco anos após o início da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil no Mato Grosso, foi feita a ligação com as obras da ferrovia que vinha sendo construída também de São Paulo. O encontro dos dois trechos foi entre Campo Grande e Ribas do Rio Pardo e foi denominada a partir de então Estação Ligação. Com a conclusão do trabalho, os sobreviventes do grupo se dispersaram e muitos se radicaram

em Campo Grande.

Naqueles tempos a capital sulmatogrossense era um inexpressivo vilarejo e a terra podia ser adquirida a preços irrisórios. Com as economias feitas durante a construção da ferrovia, alguns nisseis (os imigrantes) compraram uma propriedade no local chamado Mata do Segredo. Como até então nada se produzia na agricultura em Campo Grande, e todos os alimentos vinham de fora a preços exorbitantes, os japoneses começaram plantações de batata, mandioca, cana-de-açúcar e mais tarde arroz e café. O empreendimento obteve sucesso e muitos imigrantes foram atraídos dando impulso ao surgimento de outros núcleos na região, formando um grupo bastante homogêneo, uma vez que a maioria de seus integrantes era originária da província de Okinawa, uma das quatro ilhas que formam o Japão. Aos poucos eles foram colonizando outros municípios como Dourados e Ponta Porã, no sul do Estado.

CAMPO GRANDE TEM A TERCEIRA COLÔNIA DO PAÍS

Hoje 70 por cento da colônia de Campo Grande é descendente de japoneses de Okinawa, afirma o nissei Roberto Koshimizu, 47 anos. Ele nasceu em São Paulo e seus pais chegaram ao Brasil em 1938, vindo de Hiroshima. Koshimizu credita este fato à perfeita adaptação dos imigrantes ao Estado, causada em grande parte pela semelhança de temperatura ambiental, porque em Okinawa também o clima é tropical.

Campo Grande representa a terceira maior colônia de japoneses no Brasil atualmente, continua Koshimizu,

com uma população em torno de 20 mil pessoas, a maioria composta de nisseis, sanseis e ionseis (os filhos, netos e bisnetos dos imigrantes).

A atividade econômica é diversificada, do comércio à indústria e à pecuária. Os descendentes de japoneses estão presentes em todas as áreas, sem esquecer o cultivo e comercialização de hortifrutigranjeiros, cujo monopólio praticamente detêm.

Esta presença marcante na agricultura tende a diminuir nos próximos anos porque outras atividades, em função do retorno financeiro, se tornaram mais atrativas. Por isto hoje os descendentes são incentivados a estudar e cursar faculdades. Seitoku Ishikawa, de 77 anos, é um exemplo disto. Todos os seus filhos fizeram curso superior e não seguiram a carreira do pai.

Seitoku Ishikawa veio de Okinawa em 1929 diretamente para Campo Grande a pedido de um tio. Tinha então 18 anos e durante 20 anos derrubou mata para fazer lavoura. Foram tempos difíceis e a saudade muitas vezes se transformou em lágrimas, lembra o imigrante que logo chamou a noiva que deixara na terra natal. Ele recorda ainda as perseguições políticas que os imigrantes sofreram durante a Segunda Guerra Mundial e não esquece que foi preso duas vezes porque contestava os americanos, que no final venceram a guerra.

Atualmente Seitoku Ishikawa dedica todo o seu tempo à Associação Cultural Esportiva Nipo Brasileira, da qual é presidente do Conselho Deliberativo, e onde a prioridade básica é a preservação da cultura japonesa. Além disto ele presidiu a Comissão Organizadora das Festividades dos 80 anos da imigra-

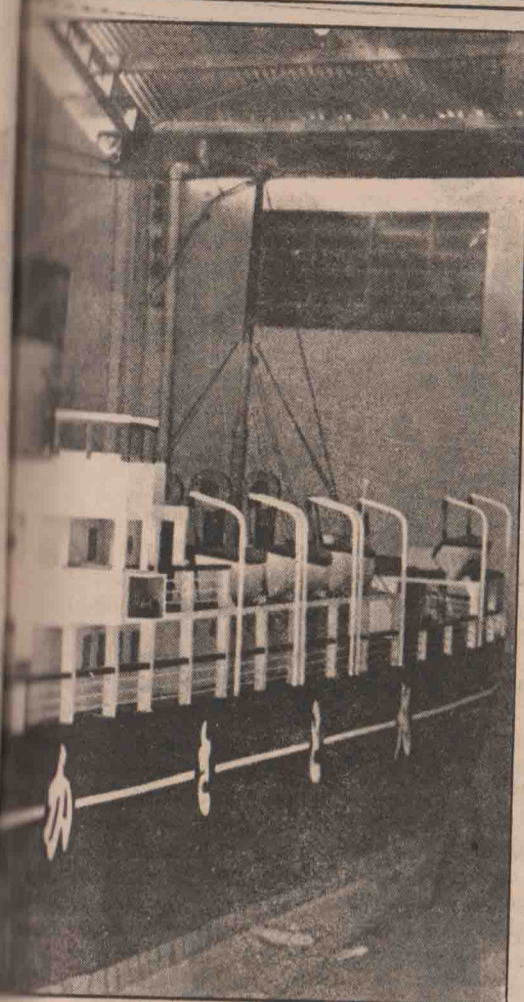


Ishikawa: muitas saudades

ção japonesa no Brasil. Uma programação variada foi organizada e dela constou o desfile de carros alegóricos, com destaque para a participação de uma réplica do navio Kasato Maru, que trouxe os primeiros imigrantes há 80 anos.

Seitoku Ishikawa afirma que preservar a tradição, os costumes e principalmente a língua são imprescindíveis para os descendentes que vivem tão distantes da terra de seus antepassados, donos de uma filosofia e cultura milenares. Ishikawa é um representante autêntico destes pioneiros e confessa com sua simplicidade oriental que mesmo estando perfeitamente integrado à sociedade brasileira, não se naturalizou porque quer terminar seus dias como um legítimo japonês.

Sua contribuição e a de tantos outros que para cá vieram, colaborando na construção e desenvolvimento do país, é merecidamente reconhecida e tem lugar de destaque no processo histórico da nação brasileira.



Mundial, recomeçando somente em 1952 progressivamente em menor escala devido ao acelerado desenvolvimento industrial que o Japão teve a partir da década de 60.

Em terras brasileiras os japoneses expandiram seus limites geográficos para além de São Paulo, fundando cidades como Assaf no Paraná e participando do desenvolvimento de outras tantas, como Campo Grande e Aquidauana no Mato Grosso do Sul.

O cooperativismo na colônia nipônica

A união é uma característica fundamental da colônia japonesa e nada mais natural que deste fato decorresse a associação de seus integrantes em torno de objetivos comuns. Assim nasceram várias cooperativas que se espalham onde a concentração da comunidade nipônica é mais acentuada.

No Mato Grosso do Sul duas delas se destacam, a Cooperativa Agrícola Cotia e a Cooperativa Agrícola Mista Várzea Alegre. A primeira, criada em 1927 é a mais antiga cooperativa agrícola do país e foi fundada por 83 japoneses bataticultores em São Paulo. Hoje é o maior grupo cooperativo da América Latina com 16 mil associados e atua em 15 estados da federação.

A Cotia é atualmente uma Central de Cooperativas e se instalou no MS na década de 60 através de sua filiada Copersum — Cooperativa Agrícola Mista Sul-matogrossense. Na época era proibida a instalação de grupos cooperativos de fora, lembra o atual presidente Katsuhiko Kodama, que dirige a regional em Dourados, salientando que além desta há também uma sede regional em Dois Irmãos.

Hoje a Cotia conta com 700 associados no Estado, e ao contrário do que se pensa, apenas a metade destes cooperados são da colônia japonesa. A estrutura da cooperativa conta com capacidade para armazenar 31 mil toneladas de grãos, uma usina de algodão em Fátima do Sul, uma estação experimental de 180 hectares onde são pesquisa-

A COLÔNIA JAPONESA NOS DIAS DE HOJE

Oitenta anos após a chegada dos primeiros imigrantes no Porto de Santos, o Brasil sedia a maior população de descendentes de japoneses do mundo e São Paulo é a maior cidade japonesa fora do Japão. Segundo dados do IBGE, a colônia é formada por 1.168.000 pessoas, sendo que a Região Sudeste concentra 78,3 por cento (quase a totalidade no Estado de São Paulo), seguida pela Região Sul com 142 mil pessoas (a maioria no Estado do Paraná) e a terceira maior colônia de japoneses se localiza no Centro-Oeste, com uma predominância no Mato Grosso do Sul.

A atividade econômica dos imigrantes sempre teve como prioridade a agricultura, e em especial o cultivo e comércio de hortifrutigranjeiros, mas isto em tempos passados porque hoje apenas 10 por cento da colônia japonesa se dedica à agricultura e a maioria da sua população vive nos grandes centros urbanos, dedicando-se à indústria, ao comércio e às profissões liberais. Apesar da crescente mudança de atividades econômicas, a agricultura ainda tem enorme importância no contexto nacional e a colônia japonesa foi responsável por 4 por cento do PIB (Produto Interno Bruto) agrícola do Brasil no ano passado. Na área bancária ocupa posição de destaque o Banco América do Sul (situado entre primeiros 25 bancos do país) formado com capital oriundo exclusivamente da colônia japonesa no Brasil, além de se destacarem no ramo industrial, várias empresas como a fábrica de relógios Seiko, a National/Panasonic que produz eletrodomésticos, as fabricantes de motos Honda e Yamaha e mais algumas empresas com matriz no Japão e que movimentam milhões e milhões de dólares por ano no Brasil. Atualmente o Japão é um dos maiores investidores (o terceiro) em nosso país, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Alemanha Ocidental.



Konaka: o enriquecimento veio com a soja

As famílias de Dourados

Na região da grande Dourados se localiza a segunda maior população de japoneses do Estado e no distrito de Indápolis, onde a Cotrijuf tem um Posto de Recebimento, a colônia totaliza 24 famílias. Muitos destes imigrantes hoje são associados da cooperativa. É o caso do japonês naturalizado brasileiro Mutsuo Konaka, que chegou no Brasil em 1958, aos sete anos de idade. Ele veio junto com a família de Wakayama diretamente para o Mato Grosso, onde passou muita dificuldade como tantos outros conterrâneos.

A família de Mutsuo trabalhava como arrendatária nos cafezais então existentes em grande quantidade no Estado. Durante vários anos tentaram obter sucesso com a lavoura sem conseguir êxito e em 64 uma grande geada assolou a plantação e fez com que os Konaka abandonassem de vez a cafeicultura. Venderam os 120 hectares que haviam comprado e foram tentar a agricultura em outra localidade. A família comprou então 36 hectares e arrendou mais terras com o passar do tempo, mas as coisas só começaram a dar certo quando o "boom" da soja estourou no país inteiro, no início dos anos 70 e eles se instalaram definitivamente em Indápolis.

Hoje os Konaka possuem mais de 600 hectares de lavouras onde plantam soja, trigo e feijão, mil cabeças de gado e mil hectares ocupados com pastagens. Mutsuo está há trinta anos no Brasil e

nem ele nem a família pretendem voltar ao Japão, a não ser a passeio, frisa ele. Opinião idêntica tem o imigrante Yasuji Urano, associado na Cotrijuf desde 81 e que está no Brasil desde os 13 anos. Vindos da Wakayama, com a maioria da colônia de Indápolis, Yasuji e seus pais e irmãos chegaram em São Paulo em 1955, mas tiveram mais sorte porque foram contratados para trabalhar numa fazenda cujo dono era também japonês, o que contribuiu para não serem tratados como escravos, como era comum na época.

A família Urano trabalhou três anos nos cafezais em São Paulo e rumou ao Mato Grosso do Sul, onde arrendou lotes na Fazenda Wakayama que foi estruturada para receber os imigrantes provenientes daquele estado japonês. Em 1963 Yasuji se instalou em Indápolis e cultivou algodão e café até o ano de 75. De lá para cá a família tem se dedicado a plantação de soja, trigo e feijão, além de lidar também com pecuária nos 900 hectares que adquiriram nestes 30 anos que estão no Estado.

Os Konaka e os Urano servem como exemplo de persistência e abnegação ao trabalho e retratam com fidelidade a atual situação da maioria da colônia japonesa que vê realizado o sonho de enriquecimento dos pioneiros do Kasatu Maru, mas ao contrário daqueles primeiros imigrantes, os japoneses de hoje não pretendem voltar ao seu país de origem e adotaram o Brasil definitivamente como sua pátria.



Okishima: exemplo

das novas culturas, escritório de insumos em Campo Grande e um efetivo de 130 funcionários.

Sobre a participação do quadro social na cooperativa, Kodama afirma que ela deveria ser mais efetiva e reclama do excessivo individualismo que caracteriza muitos produtores rurais no Mato Grosso do Sul.

Este, entretanto, não é o problema da Camva — Cooperativa Agrícola Mista de Várzea Alegre, fundada em dezembro de 1961 por 37 imigrantes japoneses no município de Terenos, a 23 km de distância de Campo Grande. A participação do associado é integral, afirma o presidente da cooperativa, Yoshito-

mo Okishima.

Ele está há 29 anos no Brasil, e acompanhou todo o desenvolvimento da Camva desde a sua fundação, ocupando cargos na diretoria ininterruptamente nestas últimas duas décadas. Okishima lembra que quando ele e outros imigrantes vieram para o Estado, cada família comprou um lote de 25 hectares na Fazenda Várzea Alegre com a intenção de se dedicar à agricultura. Após a frustração das primeiras safras de arroz e algodão, decidiram abandonar a atividade para encontrar um negócio mais lucrativo.

Com a ajuda da Jamic (Japan Imigração e Colonização) empresa responsável por sua vinda, concluíram que a avicultura poderia ser um investimento com bastante retorno, pois Campo Grande, então com 40 mil habitantes, tinha seu consumo de ovos suprido pela importação de outros estados. Assim nasceu a Cooperativa Agrícola Mista de Várzea Alegre, que no início comercializava outros produtos de seus associados, mas hoje é a única cooperativa do Brasil

a trabalhar exclusivamente com ovos. Atualmente a Camva conta com 32 associados, todos oriundos da colônia japonesa, e que possuem 500 mil poedeiras com uma produção de 270 mil ovos por dia e responsável por 70 por cento do abastecimento do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Para atendê-los plenamente a cooperativa montou uma eficiente rede de distribuição que conta com frota própria, postos de venda em Rondonópolis e Cuiabá no Mato Grosso e uma fábrica de rações em Campo Grande, que produz 1.500 toneladas por mês com fornecimento exclusivo aos seus associados.

Esta estratégia tem dado certo e a receita líquida no ano passado foi de quase 125 milhões de cruzados. Na avaliação de Okishima o associado está perfeitamente integrado com o sistema cooperativista e satisfeito com o desempenho da cooperativa. Prova disto é que todos eles entregam 100 por cento de sua produção para ser comercializada pela Camva.

Os incentivos à exportação

Até hoje não se tem conhecimento exato do montante dos subsídios concedidos à indústria, em seus mais variados segmentos, privilegiando as exportações. Conseqüentemente, também não se tem conhecimento do que os estados têm deixado de receber em termos fiscais. Como é sabido (já nos ocupamos do assunto na edição anterior), a Resolução 68 do Conselho de Comércio Exterior (Concex), disciplinadora das normas administrativas constantes do Comunicado nº 182 da Cacex, não só isenta de tributos todo o produto exportado, na categoria "durável", como também financia o exportador e importador, no destino.

Alguns dados esparsos divulgados pela Cacex, em caráter oficial, servem para que se faça idéia dos valores aproximados que os estados de economia mais acentuadamente primária, deixam de receber de retorno. No início do mês passado, em sua coluna no Diário do Sul, o jornalista Affonso Ritter levantou uma pontinha do "iceberg", ao enumerar alguns números reveladores.

Segundo a informação, o Rio Grande do Sul é o estado que mais contribui para o saldo da balança comercial brasileira, em índices bem maiores do que se imagina. De 1981 a 1987 o saldo acumulado da balança brasileira somou 53,5 bilhões de dólares, e o RS sozinho chegou aos 10,5 bilhões. Isso equivale a 19,65 por cento do total. E esse montante — revelou o jornalista — já chegou a ser ainda maior. A necessidade do país fazer lastro-dólar para garantir os empréstimos internacionais, germinou nessa política irracional de reduzir artificialmente os preços dos industrializados para competir em preços no exterior, a custa dos setores primários.

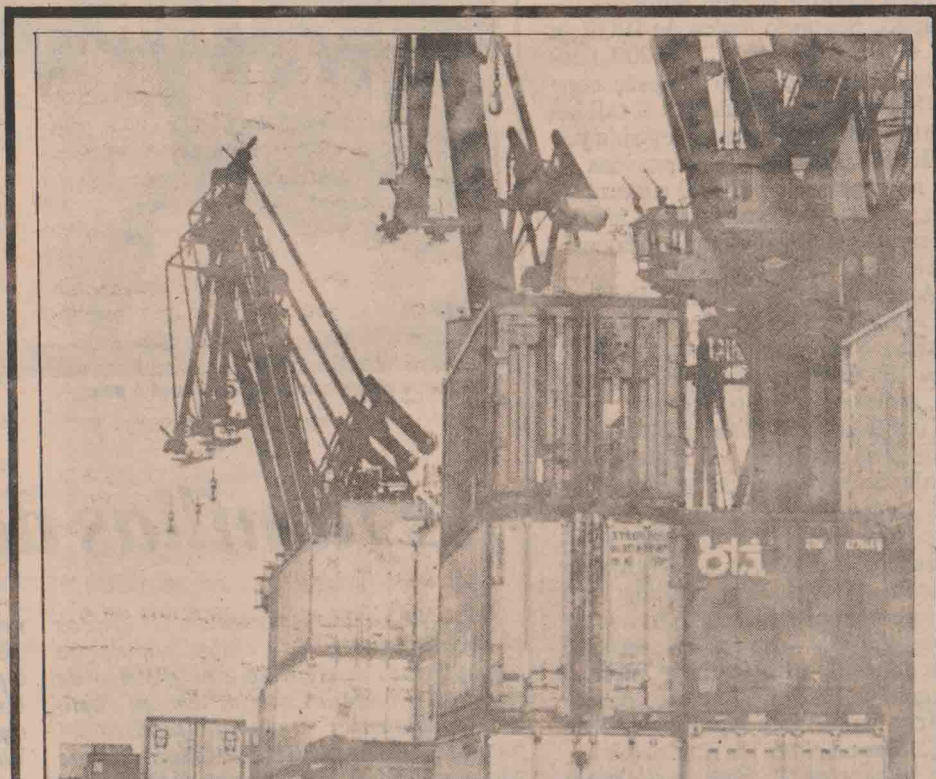
Essa realidade, no caso do Brasil pós-64, leva a uma conclusão tácita: enquanto os países ricos protegem a agropecuária de maneira a permanecerem no topo da pirâmide que sustenta o pleno desenvolvimento, nós agimos ao contrário. Insistimos no subsídio às exportações — privilegiando uma indústria não genuinamente nacional — numa corrida louca em busca de moedas fortes que, no geral, gastamos mal.

Na referida edição do Cotrijornal publicamos os valores dos tratores vendidos no nosso país e no vizinho Uruguai, cuja diferença a favor dos compradores naquele país é de quase 50 por cento. Dá para fazer uma idéia de como a indústria do país é favorecida em busca do mercado externo. Infelizmente, quem arca com o peso dessa vantagem é a agropecuária, que acaba pagando a diferença.

A POLÍTICA DOS INCENTIVOS FISCAIS

A política diferenciada de exportações começou a partir de 1964 pela atuação do governo através da concessão de incentivos de várias naturezas e amplitude. Numa primeira fase, ou seja, de 1964 a 1968, as medidas adotadas revestiram-se de características intituladas de "desgravadoras".

Pesquisa recente feita por estudantes de Administração de Empresas da Unisinos — cadeira de especialização em comércio exterior, acrescenta uma série de dados importantes a respeito do assunto. Sob a coordenação didática do professor Flávio Paim Falcetta, os alunos José Paulo Zigmundo, José Adão Bieluczyk e Lufs C. S. Amengual, construíram a tese, em esti-



Quem sabe em quanto monta, exatamente, os subsídios concedidos à indústria? Ou o quanto os estados têm deixado de receber em termos fiscais? O Rio Grande do Sul é o estado que mais tem contribuído para o saldo da balança comercial brasileira, acumulando, de 1981 a 1987, sozinho, 10,5 milhões de dólares, o que representa 19,65 por cento do total

lo monográfico, intitulada, "Incentivos fiscais à exportação".

De direito, os incentivos à exportação existiam desde 1957. Na prática, porém, só se concretizaram em 1964. Num primeiro período, os incentivos consistiram em medidas desburocratizantes, pela simplificação dos trâmites administrativos, que resultou na redução de custos operacionais; isenção do IPI e ICM nos manufaturados, extinção de taxas adicionais que não correspondessem a contra prestação real de serviços, regime de "draw-back", etc.

A partir de 1969 os incentivos receberam novo impulso, com a concessão de verdadeiros subsídios às empresas: a isenção do imposto de renda na proporção total da parcela exportada e a criação de uma linha de financiamento ao capital de giro das empresas exportadoras a taxas de juros simbólicas (Resolução nº 71 do Banco Central). O novo incentivo permitiu às empresas industriais — que já estavam isentas do pagamento do IPI, mas que mantinham contabilizados, a seu crédito, os impostos devidos na compra de matérias-primas e respectivos componentes, creditarem-se em suas escritas fiscais das somas correspondentes à aplicação das alíquotas do IPI aos valores dos produtos exportados, CIP ou FOB.

Desse modo, bastava a empresa exportar parcelas significativas de sua produção, que não lhe restaria nenhum saldo devedor de impostos. Os pesquisadores detectaram casos de firmas que, conforme o volume de suas exportações, em relação as vendas internas, que além de não pagarem nem um centavo de impostos ainda ficavam credoras do governo. Bastava a "acumulação" dos valores incentivados dos componentes de matérias-primas.

MAIS INCENTIVOS ÀS INDÚSTRIAS

No início de 1970 o governo federal conseguia, através de convênio com os estados, estender os benefícios do crédito fiscal também ao ICM, dentro da alíquota do IPI (máximo de 15 por cento). E da mesma forma ficou assegurado às empresas a manutenção dos créditos de ICM relativos à aquisição dos insumos utilizados na produção das mercadorias exportadas, à semelhança do IPI, que antes lhes era vedado. Por outro lado, ampliavam-se, a cada ano, as disponibilidades de recursos sob a proteção da Resolução nº 71, nos moldes iniciais do prêmio, isto é, a

taxas de juros negativas em termos reais.

O aprofundamento da política de incentivos continuou sendo feito sempre em favor dos produtos manufaturados, ficando os produtos agropecuários excluídos da quase totalidade dos incentivos. Entre 1971-72 os estímulos foram ainda mais reforçados. Vieram sob a forma de isenções fiscais e amplas facilidades à implantação de programas de ampliação da capacidade produtiva ou montagem de novas unidades industriais.

Os documentos básicos sobre o assunto são os decretos-lei nº 1.219 (Beflex) e 1.236 (Transferência de Indústrias). Assume o governo, a partir de então, a disposição de atuar mais diretamente nas decisões de ampliação da capacidade produtiva, visando o mercado externo.

SE FORTALECEM AS "TRADE COMPANIES"

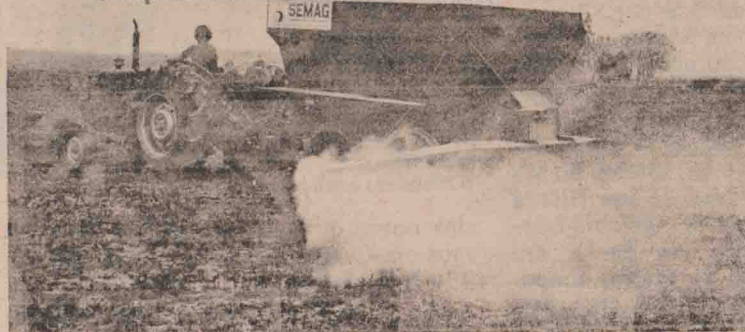
Outra medida de grande importância e proveito para quem opera em comércio exterior foi a regulamentação das empresas chamadas "trading companies". Também aí o governo incentivou mais diretamente novos investimentos, sob o argumento de preencher uma lacuna até então existente na política de promoção de exportação. E neste caso, até que sobrou uma lasquinha para o setor agropecuário. Porém, através da economia de escala. Quer dizer, as grandes empresas agropecuárias, com indústrias próprias (só estas), enquadravam-se — como se enquadravam ainda hoje — nos incentivos à exportação.

São também dessa fase da política de exportação a regulamentação de alguns programas setoriais especiais, tais como os da indústria automotora, de construção naval e de extração de minérios. Evidentemente, tal procedimento contrastou com as normas antes vigentes de concessão de incentivos de forma não seletiva. Somente se explica, apesar de não se justificar, pelo fato do governo ter necessidade imperiosa de criação de divisas em moedas fortes.

É preciso considerar, no entanto, que o setor agropecuário nacional foi tremendamente afetado pela prevalência do setor manufaturado de exportação.

CAÇAMBA DE CALCÁRIO SEMAG

adaptável a caminhão ou trator



Em apenas 15 minutos você distribui, aduba e até semeia pra não colher tempestade.

A caçamba de calcário SEMAG, é pioneira no Brasil, o que lhe dá total segurança e a garantia de uma excelente safra.

Capacidade: até 15 ton

SEMAG: 18 anos de tecnologia com qualidade.

Linha de Produtos: Caçamba forrageira, de ração, secagem, limpeza e movimentação de granéis.

SEMAG
EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS LTDA.

Eixo principal com eixo secundário A
Fone: (0512) 88.2299 Telex (051) 1828
DISTRITO INDUSTRIAL DE GRAVATAI
GRAVATAI - RS

Benefícios da indústria

tação. Enquanto a indústria é isentada a partir da compra de componentes e ainda contemplada com financiamentos para auto-promoção nos mercados externos, o setor primário paga a conta. Adquire insumos a preços de mercado, assumindo todos os ônus, sujeita-se às condições e circunstâncias de clima, e fica condicionado às decisões finais do governo no momento de comercializar o produto no mercado interno. Quem não se lembra dos VBCs irreais, dos preços mínimos desatualizados, dos contingenciamentos de produtos de exportação na base de 3x1, e etc. sob o argumento de não se poder desarticular o mercado interno de gêneros de primeira necessidade destinados à alimentação.

Esse procedimento — como muito bem constataram os jovens estudantes da Unisinos — “serve para lembrar que as metas econômicas não são independentes, que determinados objetivos têm seus custos e que a ênfase a determinados setores estará sempre subordinada à fixação de objetivos globais pelo governo. As variáveis e os parâmetros se influenciam, de forma a tornar pouco realistas, em alguns casos, as análises meramente parciais”.

E MAIS OS INCENTIVOS A TÍTULO DE CRÉDITOS

Além dos benefícios já mencionados, que estimulam as exportações, as indústrias ainda se beneficiam da isenção dos seguintes tributos: Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), atingindo as operações de seguro de crédito à exportação e as de seguro de transporte de mercadorias, bem como resseguros e adiantamentos sobre contratos de câmbio. Imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e energia elétrica; nos fornecimentos de combustíveis a embarcações marítimas nacionais — quando em linhas internacionais e as embarcações estrangeiras, abastecidas em portos brasileiros. A isenção alcança, igualmente, os barcos pesqueiros nacionais ou afretados por empresas brasileiras, quando o produto da pesca for destinado, todo ou em parte, ao mercado externo. Vem sendo atribuído ao sistema financeiro nacional um papel essencial no fomento às exportações. Basicamente, tudo o que é exportado da área industrial é por forte impulso dos incentivos. Os incentivos abrangem tanto o financiamento à produção exportável, como à comercialização externa. O primeiro é reconhecido como pré-financiamento, e o segundo, como financiamento propriamente dito.

O exportador tem fácil acesso ao crédito, com taxas de juros bem inferiores às vigentes no mercado financeiro. Destinam-se, tais financiamentos, a juros simbólicos, a fornecer capi-

tal de giro a produtores de “exportáveis”.

A Resolução nº 71 do Banco Central, de 21 de agosto de 1967, dado o volume de recursos que movimentam — taxas de juros baixos e simplicidade operacional, constitui-se no principal instrumento dos financiamentos. Através da referida Resolução os bancos comerciais autorizados a negociar com câmbio passaram a dispor de uma faixa especial de desconto “extralimite”. No início, essa faixa havia sido fixada em 10 por cento do teto normal. Posteriormente, foi sendo aumentada, sucessivamente, para 20, 30, 40 e, finalmente, 50 por cento, de acordo com a Resolução nº 182 do Banco Central.

Cabe assinalar ainda as facilidades concedidas pelo governo, através dos incentivos, visando a promoção de vendas e pesquisas em torno da conquista de novos mercados no exterior. Sem ônus à empresa vendedora. Para esse fim, a Resolução 68 do Concox concede financiamento especial. As despesas financeiras, a critério do Concox, são as seguintes.

Estudos de mercado no exterior, remessas de amostras, impressão, transporte e distribuição no exterior, de materiais de propaganda e divulgação, divulgação de propaganda em órgãos especializados no exterior. Participação em feiras, exposições e certames afins, inclusive o transporte do material e custeio dos stands. Abertura e instalação de escritórios, depósitos ou similares.

É concedido prazo de um ano para pagamento, a juros de 15 por cento anuais.

Os incentivos fiscais às exportações abrangem: isenção do imposto de renda da pessoa jurídica (empresa), e do lucro da exportação. Imunidade no ICM, não incidência, operações isentas. No âmbito das leis comerciais, isenção do pagamento do Finsocial e dedução do PIS no faturamento. Isenção total do IPI e ganho de incentivos sobre manufaturados.

As operações especiais de venda interna são equiparadas a exportação, gozando também dos benefícios, quando se enquadram em regime de “drawback” — importação ou exportação; Biflex — Programa de Benefícios Fiscais à Exportação; Ciex — Comissão de Incentivos à Exportação, operações de fabricantes com “trading companies”; exportação por empresas prestadoras de serviços, entre outros. Como se vê, o país vive praticamente em função da necessidade de exportar. Como dizia Delfim Neto, ao tempo em que era o todo poderoso ministro do Planejamento, “exportar é que importa. . .” Na atualidade, continuamos com esse objetivo.

ALHO

Resultados dos ensaios

Jorge E. Zambra
Francisco Salla

A cultura do alho da Região Pioneira da Cotrijuí vem se tornando uma alternativa de cultivo por aqueles produtores preocupados em desenvolver uma agricultura diversificada.

No Centro de Treinamento da Cotrijuí estão sendo desenvolvidos vários trabalhos de pesquisa no sentido de identificar cultivares de alho adaptadas às condições de ambiente desta região. A obtenção de cultivares com alto potencial de rendimento de bulbos aliada a eficiente comercialização do produto, daria suporte para que uma área maior de alho fosse cultivada na região de atuação da Cotrijuí. Só no CTC já foram avaliados 14 genótipos de diferentes procedências, todos eles com a finalidade de identificar as que mais se adaptam às nossas condições climáticas.

AS 14 LINHAGENS

A partir dos resultados da avaliação de genótipos de alho durante o ano de 1986, foram selecionadas 14 linhagens e/ou cultivares que apresentaram as características agrônomicas desejadas. Este material selecionado integra o programa de competição de cultivares introduzidas na região.

Durante o período agrícola de 1987, o Centro de Treinamento da Cotrijuí conduziu um ensaio composto por 14 genótipos. Os tratamentos foram arranjados em delineamento experimental de blocos ao acaso, todos eles com cinco repetições. As parcelas foram constituídas por quatro fileiras de 3 metros de comprimento, com espaçamento de 0,25 metros, sendo a área útil formada por duas fileiras centrais. Cada fileira foi composta por 30 plantas espaçadas de 0,10 metros na linha.

O ensaio foi instalado em solo da unidade de mapeamento Santo Ângelo, onde a análise do solo revelou textura argilosa, com pH 5,5; 9,5 ppm (parte por milhão) de fósforo; 170 ppm de potássio e 2,8 por cento de matéria orgânica. O preparo do solo constou de lavração e gradagem. A adubação utilizada foi composto orgânico na base de 10 toneladas por hectare, complementada por 500 quilos por hectare de fertilizante químico fórmula 6-26-16, aplicados na fileira de plantio. Aos 80 dias após o plantio foram aplicados 50 quilos por hectare de Nitrogênio em cobertura.

O plantio foi realizado em 25 de abril do ano passado. Os bulbos foram tratados com fungicida e inseticida contra ácaros, nematódos e podridão branca, no momento do plantio.

AS DETERMINAÇÕES

Durante o período de avaliação destas cultivares, foram realizadas as seguintes determinações:

• **Plantas por m²** — durante a colheita foi feita a contagem do número de plantas da parcela e transformada em plantas por metro quadrado;

• **Maturação** — quantos dias, após a germinação, 90 por cento das plantas atingiram o estágio de maturação — 3 a 4 folhas verdes.

• **Peso do bulbo** — peso médio do bulbo após a toaleta, determinado em gramas;

• **Classificação e padronização** — determinados conforme os padrões de classificação do Ministério da Agricultura. Considerando o diâmetro, os bulbos foram divididos em cinco classes e transformados em percentagem. **Florão** — bulbos com diâmetro mínimo de 55 milímetros; **graúdo** — bulbos com diâmetros de 45 milímetros a 55 milímetros; **médio** — quando apresentaram bulbos com diâmetros de 35 milímetros a 45 milímetros; **pequenos** — bulbos com diâmetro de 25 a 35 milímetros e **miúdos** com bulbo de 15 a 25 milímetros.

RESULTADOS

Os dados obtidos no ensaio de alho revelaram variações para todos os caracteres avaliados. A tabela abaixo contém os resultados dos cinco caracteres observados, referentes ao desempenho dos genótipos. A média de rendimento de bulbos foi de 5.830 quilos por hectare. As cultivares Seleção Gigante 20 — 9.700 quilos por hectare; Seleção Gigante 10 — 9.172 quilos por hectare e Centenário — 8.978 quilos por hectare —, apresentaram rendimento de bulbos superiores a média do ensaio, acrescida de um desvio padrão.

No conjunto das observações feitas, a Seleção Gigante 20, a Seleção Gigante 10 e a Centenário, foram as que apresentaram melhor desempenho, além de excelentes rendimentos de bulbos — superior a 8.900 quilos por hectare; peso de bulbo — superior a 22 gramas; maior precocidade, associado a uma maior percentagem de graúdo e floração na classificação e padronização.

Jorge Zambra é técnico do CTC e Francisco Salla é engenheiro agrônomo Supervisor de Oleicultura do Departamento Agrotécnico da Cotrijuí na região.

CARACTERÍSTICAS AGRÔNOMICAS E RENDIMENTOS DE BULBO (KG/HA) DO ENSAIO DE ALHO. CENTRO DE TREINAMENTO DA COTRIJUI — AGOSTO PESTANA — 1987

Tratamentos	Plantas m ²	Mat. (dias)	Classificação/padronização (%)				Peso bulbo (grama)	Rendimento bulbo (kg/ha)	
			miúdo	pequeno	médio	graúdo			
01 Sel. Gigante 20	40	161	0	1	22	68	9	24 S	9.700 S
02 Sel. Gigante 10	38	161	0	2	30	57	11	24 S	9.172 S
03 Centenário	40	146 I	0	3	25	62	10	22 S	8.978 S
04 Lavínia	39	168	0	4	31	61	4	20	7.640
05 Dourado	40	168	0	5	40	54	1	18	7.183
06 Portela I	37	192	0	5	48	45	2	17	6.167
07 Sel. Caçapava	39	192	0	6	50	42	2	14	5.570
08 Roxo Pestana	38	192	0	11	51	37	1	14	5.188
09 Cará	40	146 I	0	9	66	24	1	13	5.015
10 Portela II	36	192	0	5	61	33	1	14	4.998
11 Gauchinho	37	146 I	0	10	68	22	0	12	4.569
12 Peruano	37	192	—	—	—	—	—	10 I	3.686
13 Caçador 20	31	192	1	30	59	10	0	8 I	2.344 I
14 Cultéria	15 I	192	—	—	—	—	—	9 I	1.403 I
Média (X)	36	174	—	—	—	—	—	16	5.830
Desvio padrão (S)	7	20	—	—	—	—	—	5	2.497

S — superior por adição de um desvio padrão (S) em relação a média geral (X). I — inferior por subtração de um desvio padrão (S) em relação a média geral (X).

Os preços da soja no mercado internacional voltaram a surpreender, principalmente pelo fato de que não foram motivados pela demanda. As causas do mercado altista: o clima, os baixos estoques norte-americanos e a especulação.



Desde outubro do ano passado, o mercado internacional da soja vinha apresentando uma tendência altista

Argemiro Lufs Brum
Montpellier - França

Os preços da soja no mercado internacional voltaram a surpreender! Após as elevações acontecidas em novembro passado, motivada pela especulação em função do "crak" financeiro mundial e pelas compras da União Soviética, as cotações do "complexo soja" em Chicago voltaram a subir significativamente a partir do final de abril passado.

As duas fases de alta do mercado internacional possuem um surpreendente ponto comum: não é a demanda européia, principal região importadora de soja no mundo, que ativa o mercado.

Assim, os motivos são outros e este artigo objetiva exatamente analisá-los!

1 - O MERCADO EXTERNO:
UM COMPORTAMENTO ALTISTA
DIVIDIDO EM DUAS ETAPAS

Nós observamos hoje que desde outubro passado o mercado internacional da soja solidificou uma tendência altista. A qual se acentuou significativamente no final de abril passado. Entretanto, este comportamento não foi idêntico para os três produtos que compõem o chamado "complexo soja": grão, farelo e óleo.

Assim, se verificarmos o gráfico nº 1, percebemos que as cotações do grão de soja em Chicago se elevaram de forma quase constante a partir

do início de novembro. Entretanto, divididas em duas fases: a primeira entre novembro e dezembro, e a segunda a partir de meados de março passado.

Já o gráfico nº 2, relativo às cotações do farelo de soja em Chicago, nos mostra que após uma forte elevação entre novembro e dezembro, estas cotações caíram fortemente entre dezembro e meados de fevereiro passado. A partir de então acontece uma retomada das cotações que irá se acentuar a partir do início do mês de maio.

Enfim, o óleo de soja vê suas cotações aumentarem entre outubro e o final de janeiro passado (gráfico nº 3). Após, elas se estabilizam, e mesmo caem, até o final de março. A partir de então elas seguem o caminho geral de forte elevação.

Temos duas etapas de altas importantes até o momento (salientamos que este artigo foi escrito no dia 8 de junho passado). No centro destas altas, um motivo comum: uma forte especulação.

Assim, como já comentamos em artigo anterior, as altas das cotações em Chicago, acontecidas em uma primeira etapa (novembro e dezembro de 1987), foram motivadas por uma forte especulação em função da crise financeira que se abateu sobre as bolsas de valores mundiais no dia 19 de outubro passado, e por importantes compras em grãos e farelos feitas pela

União Soviética.

Passado este primeiro momento, o mercado estabilizou e mesmo caiu no que tange ao farelo. Uma reação normal, pois de um lado a demanda praticamente não existia, na medida em que a URSS já tinha comprado e a Europa se retrai cada vez mais, e por outro lado, as notícias de uma colheita na América do Sul faziam arrefecer os ânimos dos especuladores. A crise financeira, apesar de importante, não teve as consequências previstas, pelo menos por enquanto, e os especuladores voltaram a investir mais em ações do que em matérias-primas.

A falta de demanda era tão significativa que os preços do farelo caíram US\$ 47,00/tonelada curta (907 quilos, isto é, 21 por cento em Chicago entre o início de dezembro e o início de fevereiro passados.

Entretanto, a partir de meados de março as cotações voltaram a se elevar. E nesta segunda etapa, três motivos estiveram no centro dos fatos: o clima, os estoques norte-americanos, e mais uma vez a especulação.

Conforme tínhamos alertado em nosso artigo de março passado, um dos pontos principais que poderia impedir que a previsão de queda nas cota-

ções acontecesse, seria o clima. Pois bem, em meados de março o mercado tomou consciência de que o Sul do Brasil, mais precisamente o Rio Grande do Sul, enfrentava uma forte seca. As previsões de colheita brasileira, que até então se situavam entre 19 e 20 milhões de toneladas começaram a ser recalculadas. E rapidamente a notícia de uma redução de 1,5 milhão de toneladas circulou. O Brasil poderia mesmo colher "apenas" 17 a 18 milhões de toneladas.

Esta notícia se aliou a uma outra, proveniente dos Estados Unidos, a qual dava conta de uma redução importante nos estoques finais de soja daquele país.

Não bastou mais nada para os especuladores, na Bolsa de Chicago, voltarem a investir em soja e puxarem o mercado para cima. Enquanto isso a demanda de farelo, sobretudo a demanda européia, recuava. Temos aí, então, um típico quadro de alta de preços motivada por reações da oferta. Em outras palavras, a ameaça de uma forte redução na oferta assustou o mercado.

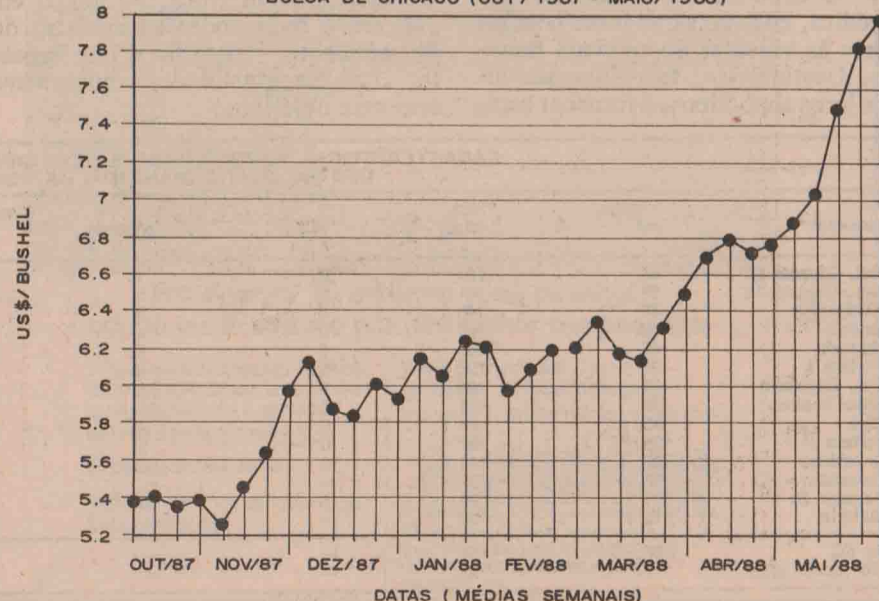
Esta situação, sustentada por uma razoável demanda existente no lado do óleo de soja, foi confrontada desde o início de maio com uma notí-

TABELA Nº 1 - VARIAÇÃO DAS COTAÇÕES INTERNACIONAIS DAS PRINCIPAIS MATÉRIAS-PRIMAS NEGOCIADAS EM BOLSAS DE MERCADORIAS (de 05 de janeiro a 03 de junho de 1988) (em porcentagem)

Produto	Local	Unidade	Varição
Cacau	Nova-York	US\$/Tonelada	- 16%
Café	Londres	Libra/Tonelada	- 32%
Açúcar	Paris	Franco/Tonelada	+ 32%
Soja (farelo)	Chicago	US\$/T. Curta	+ 31%
Alumínio	Londres	Libra/Tonelada	+ 95%
Cobre	Londres	Libra/Tonelada	+ 35%
Níquel	Londres	US\$/Tonelada	+ 275%

Fonte: O autor com base em dados publicados pelo jornal "Le Monde", Paris.

QUADRO 1
COTAÇÕES DO GRÃO DE SOJA
BOLSA DE CHICAGO (OUT/1987 - MAIO/1988)



A influência dos especuladores

cia complementar pelo lado da oferta: o clima seco nos Estados Unidos (mais uma vez o clima), impedia o plantio normal da safra naquele país. Isso significaria uma possível quebra na produção norte-americana reduzindo ainda mais a oferta total mundial. Este "mercado do clima" continua até hoje (8 de junho) a agitar o mercado. Aliás, é bom salientar que ele estará presente, visto os problemas de oferta e a agitação dos especuladores, até outubro próximo, época da colheita norte-americana.

Mas ele não é o único motivo, apesar de aparecer como principal. Um outro motivo, ainda durante o mês de maio, foi a confirmação de redução nos estoques finais dos Estados Unidos. O USDA (Departamento de Agricultura dos EUA) anunciou no dia 11 de maio uma previsão de que os estoques de soja daquele país, no dia 1º de setembro próximo, estariam em 7,4 milhões de toneladas contra 7,9 milhões previsto em abril. Além disso, ele anunciou igualmente que os estoques finais para o ano seguinte (safra 1988/1989) ficariam, em 1º de setembro de 1989, em apenas 3,9 milhões de toneladas. Números considerados insuficientes pelo mercado.

Enfim, um terceiro motivo foi a confirmação de que as elevações nas cotações da soja fazem parte de um

processo mais global. Na verdade, quase a totalidade das matérias primas negociadas em Bolsas de Mercadorias vêm tendo suas cotações em constante alta no mercado internacional depois de janeiro passado. Um reflexo evidente de que, na falta de uma segurança maior por parte da economia mundial, os investidores e especuladores se voltam para as matérias-primas. A tabela nº 1 mostra bem esta evolução.

O fato é que, pelo lado da soja, a soma destas informações pelo lado da oferta (baixos estoques e seca) mobilizou ainda mais os especuladores. Particularmente, acreditamos que muito além do que realmente o mercado, entendido aqui como a relação entre a oferta e a demanda de produto físico, deixa a entender. Em outras palavras, a especulação em Chicago faz os preços subirem para além do que realmente o mercado físico aponta.

2 - A ESPECULAÇÃO ULTRAPASSA A REALIDADE DO MERCADO FÍSICO

Quais são as bases que nos permitem sustentar tal raciocínio?

Em primeiro lugar, a oferta mundial de soja sofrerá sem dúvida com as secas da América do Sul e dos Estados Unidos. Entretanto, é preciso alertar para o fato que, na América

do Sul a safra foi praticamente recorde. O Brasil, apesar da seca localizada, deverá colher em torno de 18 milhões de toneladas, enquanto a Argentina bateu um novo recorde (entre 10 e 11 milhões de toneladas segundo as atuais informações). Isto somado, a produção do Paraguai e do Uruguai deverá permitir uma colheita total ao redor de 30 milhões de toneladas na América do Sul, mais da metade do total produzido atualmente nos Estados Unidos.

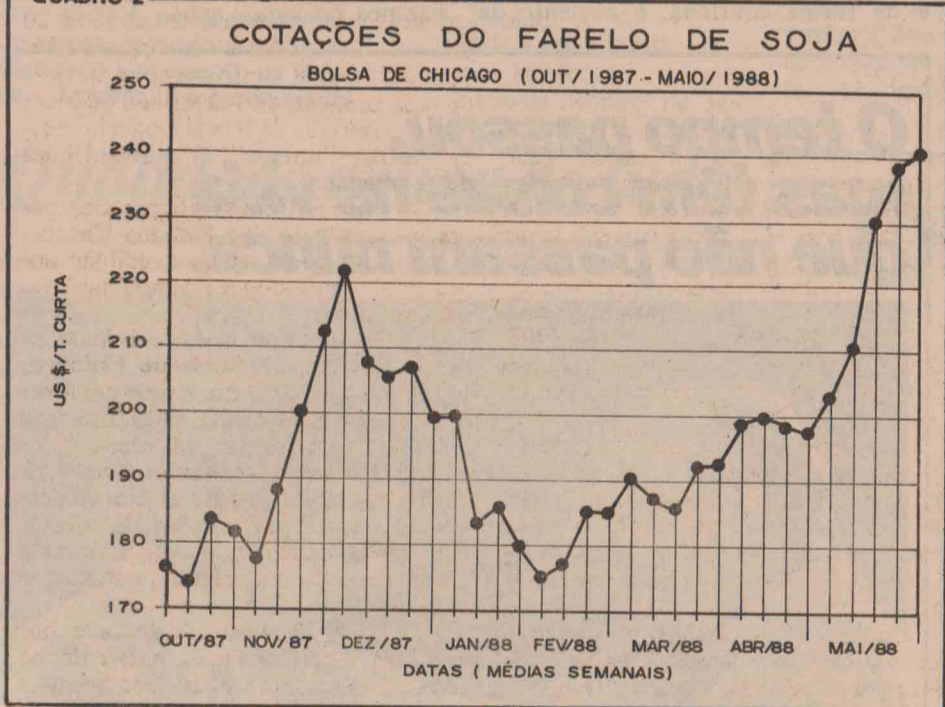
Em segundo lugar, é certo que os estoques finais norte-americanos são baixos. Mas eles ainda precisam ser confirmados. Por enquanto, o mercado de Chicago vive a hora da especulação. E sobre isto, voltamos a lembrar o que já falamos em outras oportunidades. Este ano é ano eleitoral nos EUA. No dia 4 de novembro próximo será eleito um novo presidente da República. Ora, o produtor norte-americano ainda tem um relativo peso político naquele país. Basta ver que a vitória dos democratas nas últimas eleições para o Congresso se deu em cima de discursos protecionistas em favor da agricultura. Assim, com os baixos preços existentes em Chicago, a situação não seria, mais uma vez, favorável ao grupo republicano de onde é originário o atual presidente Reagan.

Assim, as notícias de clima podem ser um bom e "inocente" mecanismo para fazer subir os preços. Já houve precedentes neste sentido no passado.

Em terceiro lugar, a demanda mundial, e principalmente a europeia, não está aquecida. Pelo contrário, a Comunidade Econômica Européia (CEE) reduziu em 15 por cento suas importações de farelo de soja em 1987. Por outro lado, os soviéticos estão comprando, porém, nada de extraordinário de forma a justificar as altas cotações em Chicago.

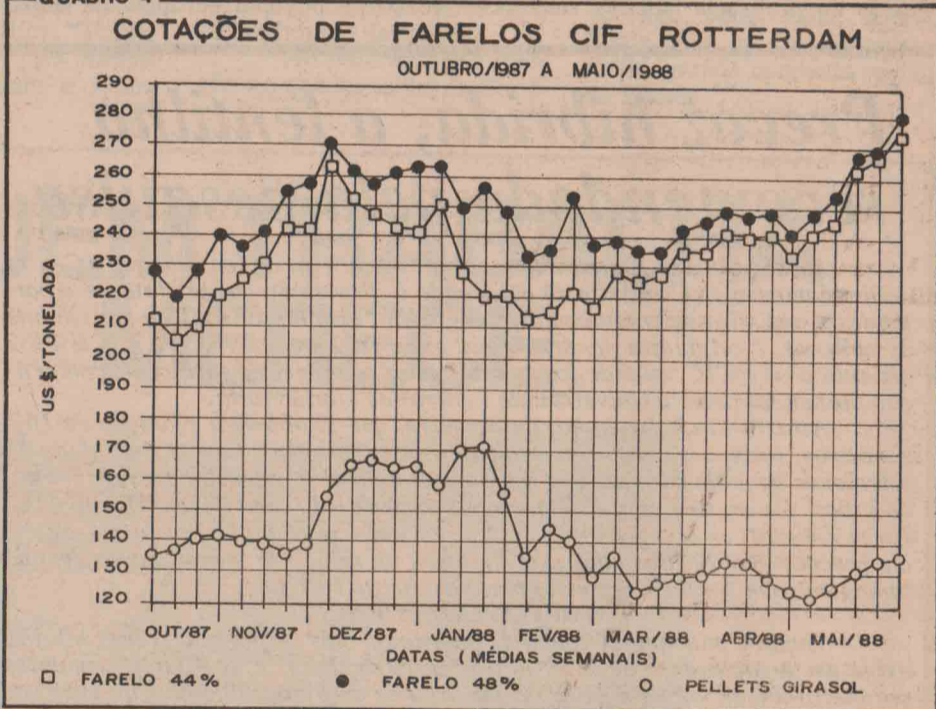
Se olharmos os gráficos de nº 4, 5 e 6, verificamos que os preços CIF Rotterdam-Holanda (base dos preços, quando da chegada do produto na CEE), não acompanham a mesma amplitude que Chicago. Em outras palavras, quando Chicago apresentou aumentos de 18, 22 e 13 por cento respectivamente para o grão, farelo e óleo de soja no mês de maio, os preços pagos pelos europeus, pelos mesmos produtos, aumentaram, na mesma ordem, de somente 11, 16, e 16,5 por cento. Verificamos que, com exceção do óleo de soja, o grão e o farelo aumentaram bem menos do que em Chicago. Isto significa dizer que os importadores não estão conseguindo repassar inteiramente as cotações de Chicago aos consumidores europeus.

QUADRO 2

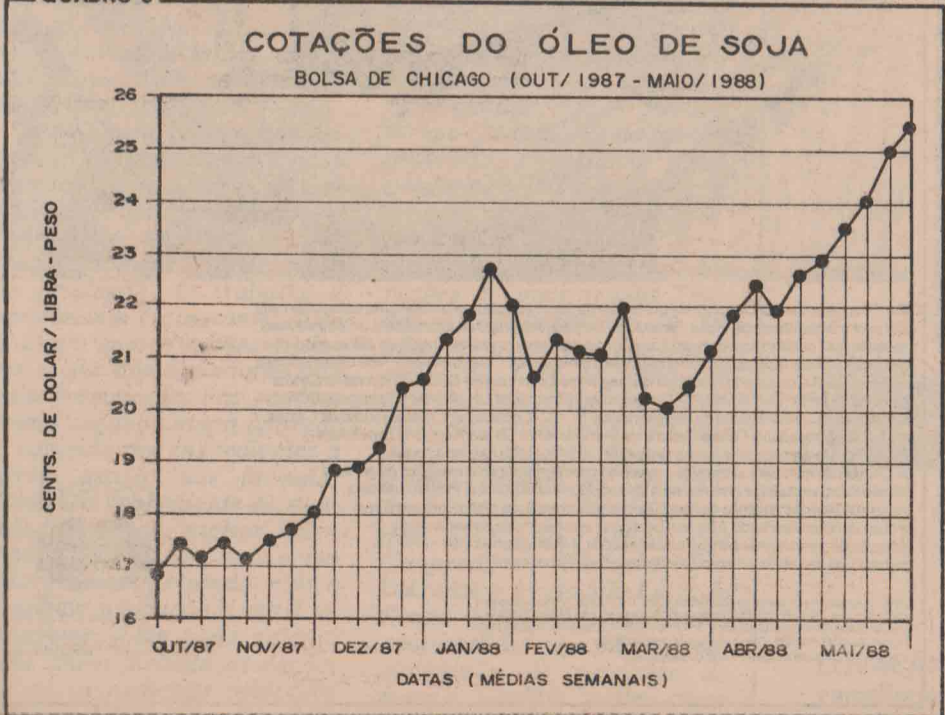


Gráficos: Luiz Carlos Peres

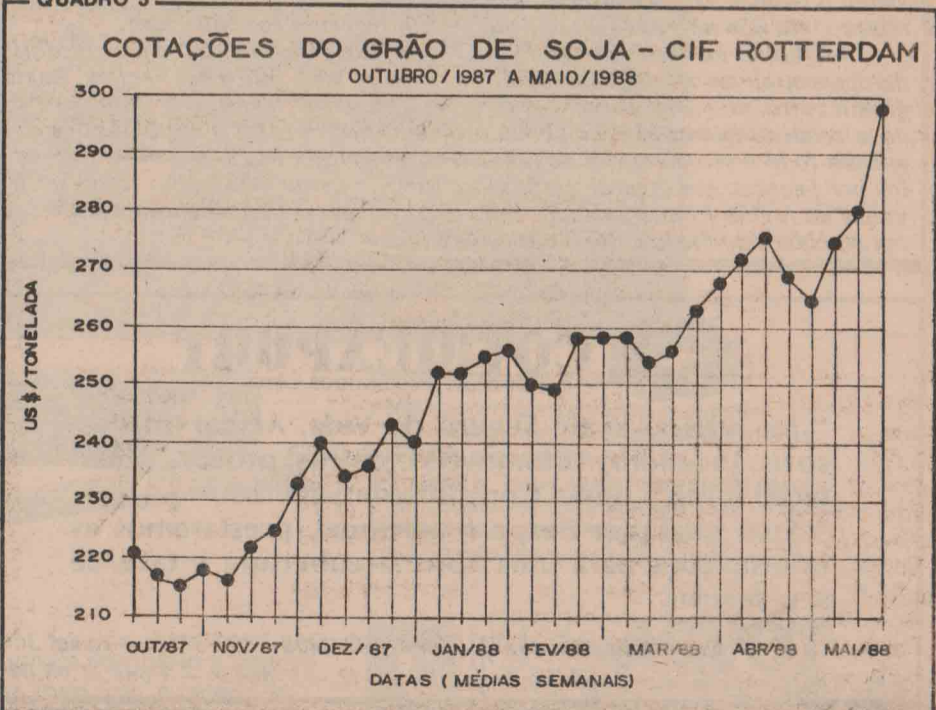
QUADRO 4



QUADRO 3



QUADRO 5



Estoques americanos são baixos

Um sinal evidente de que não há demanda para os preços que aí estão. Pelos nossos cálculos, Chicago está 30 a 40 por cento acima do que realmente a demanda européia pode aceitar e absorver.

Em quarto lugar, é evidente que os europeus ainda não podem abandonar completamente a soja. Isto significa dizer que se os preços continuarem elevados eles serão obrigados a garantirem um certo volume de importações. No entanto, a falta de demanda dos derivados, farelo e óleo, obrigou algumas indústrias importantes na CEE (Gand e Antuérpia, na Bélgica), a fecharem suas portas momentaneamente. Se num primeiro momento isto ajudou a aquecer o mercado, a médio prazo significa menos importação de grãos de soja.

Ao mesmo tempo, os produtos concorrentes da soja ocupam um lugar cada vez mais importante no mercado a cada movimento de alta desta oleaginosa. O caso da colza, do girasol e da ervilha proteaginosas, em relação ao farelo de soja é exemplar. Mas é sobretudo na área dos óleos que a situação se complica rapidamente. O óleo de palma (que aumentou em apenas 8,5 por cento seus preços em maio) tira literalmente o mercado do óleo de soja nos países do Oriente Médio, Norte da África e da Ásia. Neste último caso a situação é tão séria que os EUA estão subvencionando, graças ao programa BICEP, suas ex-

portações de óleo de soja. Em função disto, o Brasil, até maio, tinha conseguido exportar apenas 92 mil toneladas de óleo de soja contra 334 mil toneladas no mesmo período em 1987. Uma situação que nós havíamos prevenido já em 1985, quando de nossas palestras de julho.

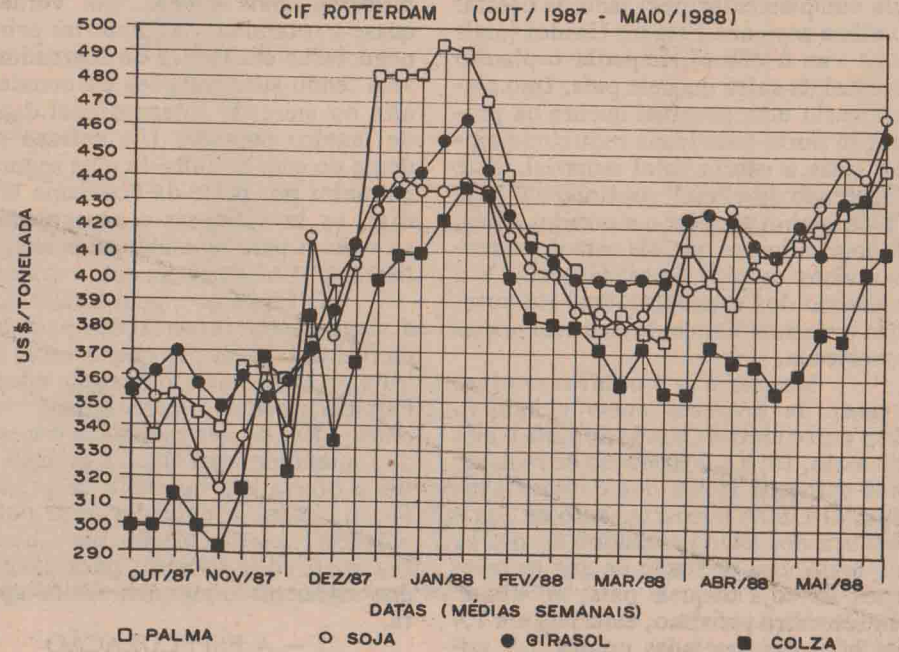
Em função destes pontos, acreditamos que a médio prazo o mercado deverá ser corrigido e deverá baixar para níveis mais realistas. O problema é de saber quando isto ocorrerá. Pelo sim e pelo não, a única certeza que se tem é que quanto mais os preços subirem maior poderá ser a queda.

Atualmente, para o Brasil, o importante é aproveitar das altas ocorridas. Se as chuvas voltarem de forma regular nos Estados Unidos, veremos possivelmente uma queda nas cotações em Chicago, a fim de que o mercado a termo reencontre a realidade da demanda. Isto poderá significar uma queda gradual de 30 por cento, o que levaria as cotações entre US\$ 6,00 e US\$ 6,50/bushel, possivelmente para o ano que vem.

Evidentemente, esta possibilidade dependerá, como sempre e principalmente nesse momento, do comportamento do clima.

Entretanto, qualquer que seja a situação, o fato é que as fortes e inesperadas altas da soja neste ano reforçou a posição européia de substi-

QUADRO 6
COTAÇÕES DOS ÓLEOS VEGETAIS
CIF ROTTERDAM (OUT/1987 - MAIO/1988)



tuir esta oleaginosa na composição das rações para animais. Segundo os consumidores franceses, as atuais altas deverão provocar novas quedas nas compras de soja, as quais, em cinco anos, poderão ser da ordem de 30 por cento. Em outras palavras, se o mercado interno não se aquecer realmente e de forma contínua, o aumento da

produção vai se chocar com uma retração da demanda que forçará um equilíbrio dos atuais níveis comercializados.

Moral da história: a legítima euforia de curto prazo não deve esconder, entretanto, este grave problema que possivelmente teremos para resolver nos próximos anos.

Precoz híbrida, a lentilha recomendada pela pesquisa

Precoz híbrida. Este é o nome da nova cultivar da lentilha que o Centro de Treinamento da Cotrijuí está colocando à disposição dos produtores, a partir deste ano. Considerada como grão graúdo, esta lentilha muito semelhante às chilenas, é originária da Argentina, onde foi lançada em 1967. Em 1982 ela veio para o CTC, quando foram realizados os primeiros ensaios de competição juntamente com a Universidade Federal de Santa Maria.

Através desse programa de pesquisa, que já obteve a evolução de 167 genótipos, iniciou-se então, a avaliação das linhagens, com a finalidade de selecionar as mais adaptadas a região e as de maior potencial em rendimento de grãos. De acordo com o técnico responsável pela área de lentilha no CTC, Jorge Zambra, os experimentos desses seis anos de trabalho revelaram um ciclo precoce de 122 dias para esta cultivar, ou seja, bem menor que as demais linhagens, que possuem um ciclo aproximado de 180 dias.

TRATOS CULTURAIS

*Tendo a sua melhor época de plantio do mês de julho, a precoz híbrida exige um espaçamento de 0,25 metros entre as linhas e de 40 a 50 sementes por metro linear, o que equivale a um volume de 80 a 100 quilos do grão por hectare. A lentilha também não dispensa a adubação, que deve ser feita segundo a análise de solo, além da inoculação com *Rhizobium*, pois, como leguminosa, ela não necessita da aplicação de nitrogênio por cobertura.*

Quanto ao seu desempenho, neste período experimental, a precoz híbrida apresentou um rendimento médio em grão de 655 quilos por hectare. Nesta última safra, no entanto, como o clima foi bastante favorável a cultura, devido a pequena quantidade de chuva após o florescimento, a cultivar pode expressar todo o seu potencial de rendimento, quando atingiu um mil e 200 quilos por hectare, em área de multiplicação de semente. Neste ano foram cultivados na região Pioneira da Cotrijuí, 105 hectares da lentilha, o que propiciou um recebimento bruto de 60 toneladas.

COTRIEXPORT
CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

* Na realização de Seguro de Vida, Acidentes Pessoais, Incêndio, Automóveis e outros, procure orientação junto a nossa Corretora de Seguros.

* Sem qualquer despesa adicional, prestaremos as informações para uma correta cobertura e taxa de seu seguro.

EM IJUÍ — Rua das Chácaras, 1513 — fones 332-2400 e 332-3765 — ramal 364
EM PORTO ALEGRE — Av. Júlio de castilhos, 342 — 5º andar — Fone 21.08.09

O tempo passou, mas têm coisas na vida que não passam nunca.



Em 30 anos, a Cotrijuí cresceu e mudou a vida de quem acreditou no trabalho, no esforço de cada um para o crescimento de todos. Partindo de um pequeno grupo de agricultores, a Cotrijuí e suas subsidiárias* contam hoje com uma completa estrutura de comercialização de safras, modernas unidades armazenadoras, um terminal graneleiro marítimo** e uma eficiente rede de transportes no RS e MS. A Cotrijuí ainda participa das seguintes Cooperativas: CCGL - Cooperativa Central Gaúcha de Leite; VALURUGUAI - Cooperativa Industrial de Lãs do Vale do Uruguai; CCGH - Cooperativa Central Gaúcha de Hortigranjeiros; CCGC - Cooperativa Central Gaúcha de Cames e CCGTel - Cooperativa Central Gaúcha de Telefonia Rural. Os associados se beneficiam de orientação agropecuária permanente, além de assistência médica e social. A Cotrijuí mantém lojas, armazéns e supermercados para suprir seus sócios de gêneros alimentícios, vestuário e insumos para lavoura. E, ainda, frigorífico, indústria de óleo, indústria de ração, engenho de arroz. Tudo isto é parte de um patrimônio que é seu, e que continua crescendo. Mas tem uma coisa que não muda nunca: a nossa emoção de ver que cada conquista, cada vitória, é fruto da união e do trabalho, da harmonia e da produtividade de cada um de nós.

IFPA - Instituto Riograndense de Febre Altosa Ltda. COTRIDATA - Processamentos de Dados Ltda. TRANSCOOPER - Serviços de Transportes Ltda. COTRIEXPORT - Cia. de Comércio Internacional Ltda. COTRISEGUROS - Corretora de Seguros Ltda. HOSPITAL BOM PASTOR - Com três unidades hospitalares. Capacidade instalada estática = 1.400.000 toneladas.

COTRIJUI
30 ANOS

A UNIÃO FAZ A FORÇA
QUE NEM O TEMPO DESFAZ.

Mais um produto Cotrijuí

Cotrijuí lança no mercado regional um novo produto destinado ao gado bovino, aves e suínos

Um nome de origem indígena e que significa alimento, foi escolhido pela Cotrijuí para marcar o seu mais recente produto: a ração Tembiú. O novo produto, destinado ao gado de corte, gado de leite, aves e suínos, foi lançado no dia 22 de junho, no auditório da sede administrativa da Cotrijuí em Ijuí na presença da direção da cooperativa, autoridades municipais, conselheiros, representantes, associados e fornecedores. Paralelo ao lançamento das rações e concentrados Tembiú, uma mostra dos produtos Cotrijuí que já têm garantido seu espaço no mercado regional e que hoje já somam 200.



A mostra dos produtos Cotrijuí que hoje já chegam a 200

mais um passo na direção da verticalização da política interna da Cotrijuí, hoje voltada para a diversificação da produção na região. "Este produto não será o primeiro e nem o último a ser lançado pela Cotrijuí", disse Frantz ressaltando que ele vem representar a criatividade e a crença no desenvolvimento do município e até do Estado.

UMA GRANDE MARCA

Clóvis Rorato de Je-

sus, diretor de Comercialização e Operações da Cotrijuí na região, falou da nova marca e justificou a escolha do nome Tembiú, dizendo que a cooperativa foi buscar uma palavra de origem indígena, relacionada com o nome Ijuí. Citou o exemplo dos indígenas que viveram na região, de comportamento e organização social bastante democrática. "Foram os indígenas que, pela primeira vez, imprimiram a forma



Walter Frantz (acima) e Clóvis de Jesus (abaixo), na abertura do lançamento do novo produto

cooperativa, tanto pela forma de decisão coletiva como pela organização do seu trabalho", disse. Na certeza de que a Tembiú será uma grande marca, Clóvis de Jesus reforçou o trabalho da equipe de pessoas e de técnicos que, além do compromisso com o quadro social da cooperativa, estão, também, comprometidos com os produtores da região.

Ao parabenizar a direção e o quadro social da Cotri-

juí pelo lançamento deste novo produto, o prefeito de Ijuí, Wanderley Burmann destacou que a ração Tembiú vem se encaixar na proposta que a Cotrijuí vem pregando nestes anos em cima da diversificação de culturas, "tendo como preocupação a ampliação da produção". Disse que a Cotrijuí não pode parar agora, "pois tem um compromisso muito grande com esta região do Estado".

Qualidade acima de tudo

O sucesso de uma fábrica de rações está diretamente relacionado com a rentabilidade dos criadores que utilizam seus produtos no trato dos animais da propriedade. Só que esse sucesso, segundo o responsável técnico pela Fábrica de Rações Cotrijuí, o engenheiro agrônomo João Klohn, também está relacionado com a execução de um bom programa de controle de qualidade, responsável, inclusive, pela garantia de um espaço no mercado consumidor. E é seguindo essa linha de raciocínio, que a Cotrijuí passa a colocar no mercado regional, à disposição de todos os criadores de aves, suínos e gado, o seu mais novo produto: rações e concentrados Tembiú.

O controle da qualidade das rações e concentrados Tembiú é feito através da formulação, todo computadorizado, que também garante uma racionalização de custo de produção. O trabalho é permanente e constante, dividido em quatro partes distintas e que começa exatamente pela formulação das rações. Numa segunda etapa aparece o controle dos ingredientes a serem usados nas formulações. Um ingrediente de qualidade inferior, explica João, pode comprometer toda a ração e aumentar ainda mais o custo de produção a nível de produtor. "De nada adianta uma ótima fórmula de ração, se os ingredientes utilizados na sua fabricação forem de má qualidade ou de especifica-

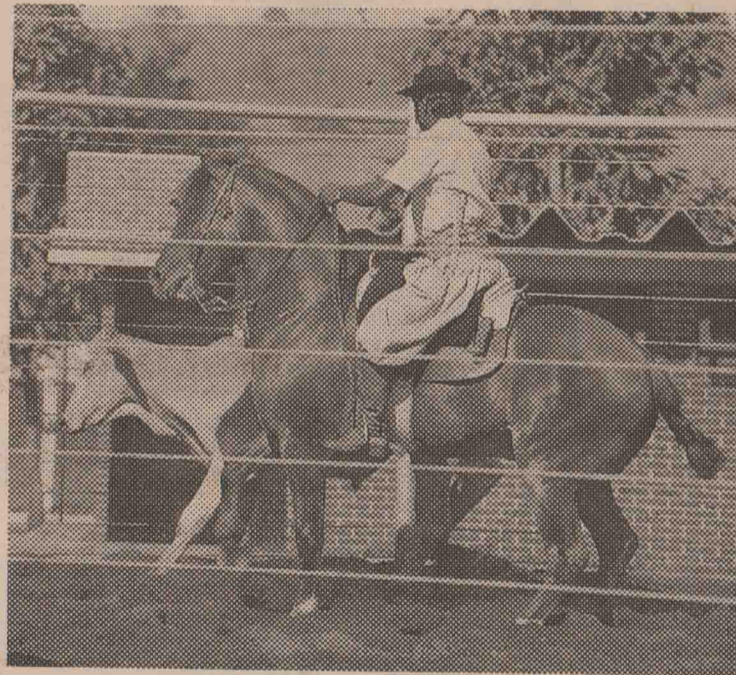
ção inferior a utilizada no cálculo da fórmula.

A etapa seguinte trata do controle da qualidade durante a produção das rações, com cuidados na moagem dos ingredientes — milho, sorgo, farelo de soja — para que seja feita na granulometria correta. Também é observada a pesagem dos ingredientes — que não podem estar empelotados —, o tempo de mistura, adequação ao tipo de misturados e a embalagem. Por fim, o controle de qualidade do produto final. Nesta fase, explica o João Klohn, é preciso fazer um controle visual do produto, observando o cheiro do mesmo, a cor e a homogeneidade. Após esta vistoria, é coletada amostra desta ração e encaminhada para o laboratório para análises do teor de proteínas, umidade, fibra, gordura, cálcio e fósforo.

APRESENTAÇÃO

Na apresentação das rações e concentrados Tembiú às cooperativas da região, a presença da Cotrimaio, de Três de Maio; da Cotrijuc, de Júlio de Castilhos; da Cotricampo, de Campo Novo; Rodeio Bonito, de Rodeio Bonito; da Candeia, de Santa Rosa; da Cooperoque, de Cerro Largo e das Cooperativas Tritricolas São Luizense e Mista São Luiz, de Santa Rosa. Algumas destas cooperativas já estão comercializando os produtos da marca Tembiú, assim como diversos fornecedores da região.

QUEM TRABALHA MERECE.



Benefícios usando EQVALAN

- Mata os principais parasitas que podem reduzir a capacidade de trabalho do animal.
- Propicia maior agilidade.
- Controla a "ferida de verão" e a "cauda de rato"
- Para obter melhores resultados trate seus animais pelo menos uma vez na estação chuvosa e outra na seca.

EQVALAN é o mais completo e seguro vermifugo para todo tipo e categoria de cavalos.

MSD-AGVET
MERCK SHARP & DOHME
Farmacêutica e Veterinária Ltda.

VC - 16/88

(B) A - EQV - 16/88

Woolmark: a qualidade da lã

Há cerca de quatro anos um vocabulário inglês começou a fazer parte da linguagem do brasileiro, senão do cotidiano do cidadão comum, ao menos de parcela ponderável de empresários que lidam com um produto de linha nobre do mundo animal, que é a lã. A palavra é "woolmark". É um certificado de garantia dos produtos fabricados com a pura lã virgem.

Quem licencia o uso da marca e fiscaliza as indústrias para que cumpram, na íntegra, com as exigências de qualidade da lã virgem no Brasil, é a Fecolã — Federação das Cooperativas de Lã do Brasil, cuja sede está em Porto Alegre. Atualmente, um grupo de sete indústrias do setor está licenciado pela Fecolã para trabalhar com o selo "woolmark", que já é reconhecido por mais de 400 milhões de consumidores em todo o mundo.

As indústrias brasileiras são, a Santista, Paramount Lansul, Tapetes Neva, Tabacow, Villa Romana, Artefina e Lanificio Record. Novos licenciados estão sendo estudados pela Fecolã e Secretariado Internacional da Lã, organismo que se encarrega da fiscalização dos produtos e controle de qualidade em todos os países membros do SIL.

O Secretariado Internacional da Lã foi fundado em 1937 pelos principais produtores laníferos da Austrália, Nova Zelândia e África do Sul. Anos depois, em 1970, contou com a adesão do Uruguai e bem posteriormente, em 1984, com a adesão do Brasil. O SIL tem sua sede em Londres, e seu principal centro de atividades é em Ikley. Conta com escritórios em 34 países que correspondem aos mais importantes mercados de lã. O SIL não compra nem vende lã, limita-se a fiscalizar produtos.

POSIÇÃO DO RS NO MERCADO NACIONAL

O coordenador de comercialização da Fecolã, Álvaro Lima da Silva, disse que o Rio Grande do Sul produz o equivalente a 98 por cento da lã brasileira. Cerca de 25 milhões de quilos. Desse total, aproximadamente 95 por cento são exportados em forma de lã bruta e em tops. Segundo o técnico, o perfil brasileiro mostra que apenas 9,6 por cento de nossas exportações, em valor, e em 4,8 por cento em quantidade, são de produtos manufaturados finais.

A verdade é que a situação do setor lanífero brasileiro representa muito pouco em termos internacio-

nais. Mas Álvaro Lima da Silva julga que apesar de nossa pequena participação em termos de quantidade, estamos dando largas passadas desde que entramos a participar da SIL.

ESTAMOS EVOLUINDO TAMBÉM EM QUALIDADE

O diretor técnico da Fecolã, veterinário Vidal Faria Ferreira, considera que estamos caminhando muito bem em termos de melhoramento de nosso criatório ovino. Mas adverte que é preciso continuar trabalhando, pois qualquer paralisação resulta sempre em atraso significativo de anos, para a retomada. Lamenta que tenhamos nos despreocupados da ovinocultura no início da década de 70 — quando chegamos a produzir cerca de 40 milhões de quilos de lã — tendo ficado reduzidos aos 25 milhões de quilos de hoje. O técnico entende que precisamos ter em boa mira a ovinocultura, pois só em nosso estado ela envolve um milhão de pessoas.

Ele louvou a atuação da Cotrijuí também na ovinocultura, que além de dar todo o apoio ao setor em Dom Pedrito, que é tradicional criador da espécie, vem estimulando o criatório e expandindo a fronteira da lã para a re-



A produção gaúcha de lã anda ao redor dos 25 milhões de quilos

gião noroeste do estado. Referiu-se, especificamente, ao município de Jóia, que já ostenta uma invejável população ovina.

AS MARAVILHAS FEITAS COM LÃ

Wanderney Klain, representante do Secretariado da Lã no Brasil, do departamento de vendas da Fecolã, está impressionado com "as verdadeiras maravilhas" que as indústrias do setor da lã estão produzindo. Para ele, a era dos tapetes persa já acabou. Assegura que todo o interessado que observar os mais recentes lançamentos de produtos elaborados a partir da pura lã brasileira, "vai se apaixonar por eles".

Disse ter a impressão que em poucos anos as decorações interiores serão quase que totalmente feitas com têxteis naturais de lã. E isso até por questão de segurança, pois conforme é sabido, a lã não entra em combustão, como ocorre com todos os têxteis de fibras artificiais, ressaltou Wanderney Klain.

Carne, o outro lado da ovelha

Tudo o que a lã tem dado ao produtor em termos de retorno da produção, pode ser invertido proporcionalmente quando se fala na carne, um produto que até hoje não conseguiu sair das estâncias e parar na mesa do consumidor. As razões deste quase inexistente consumo são várias, mas a principal, sem dúvida, é a ausência de uma oferta contínua da carne, dentro de um padrão de qualidade exigido pelo consumidor. Por outro lado, o próprio preço da lã, que anda em níveis bastante compensadores, acaba gerando uma competição entre os criadores interessados no animal vivo e os que se dedicam ao ovino tipo carne.

Entretanto, a recuperação do mercado da carne ovina não é descartada por alguns especialistas do setor, que prevêem alguma mudança, quando ocorrer um estímulo de parte de todas as entidades ligadas a produção, de ovinocultores e dos frigoríficos. Luiz Fernando Ryff, por exemplo, que é coordenador da área de comercialização da Cotriexport, diz que a carne ovina já provou ser um produto alternativo, quando a carne bovina sumiu dos açougues, durante o Plano Cruzado. Neste ano, lembra Ryff, somente na rede de supermercados da Cotrijuí, foi comercializado, em dois meses, uma quantidade de carne ovina, que tradicionalmente é vendida em cinco anos.

POTENCIAL INAPROVEITADO

Certo de que o potencial de consumo existe, Ryff, no entanto, não deixa de salientar a falta de um esforço conjunto por parte de todos os setores ligados a produção, que impede a manutenção deste mercado.

"A ovelha continua sendo trabalhada na ociosidade da planta frigorífica da carne bovina", acentua Ryff, explicando que o abate de ovinos está

hoje concentrado apenas nos frigoríficos de inspeção estadual, com um preço sempre correndo abaixo das demais carnes, e mantendo apenas uma pequena oferta das partes mais nobres do animal.

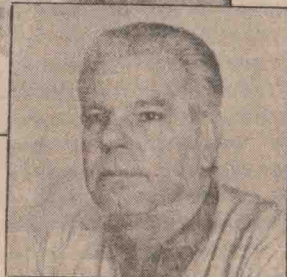
O outro canal de comercialização, que poderiam ser as vendas externas, não passam de fantasias de mercado, diz o especialista da Cotriexport. Todos os anos, conta ele, a subsidiária da Cotrijuí, recebe propostas de compra do bovino em pé, principalmente da Arábia Saudita, que são descartadas, por causa das dificuldades de transporte. As maiores chances de ampliar o pouco que se tem continua sendo, segundo Ryff, a estruturação do mercado interno.

Lembrando alguns programas particulares, como o do "borregão", que foi lançado pela Regional da Cotrijuí em Dom Pedrito, há anos atrás, Ryff defende a busca de qualidade aliada a uma boa campanha de publicidade para incentivar o consumidor. "Não se pode colocar carne de descarte no balcão, é preciso oferecer um borrego sadio", afirma ele, comentando, ao mesmo tempo, os projetos da Cotriexport, neste setor. Comercializando um volume constante para alguns restaurantes de Porto Alegre e São Paulo, a Cooperativa, segundo Ryff, já pensa em colocar todos os cortes da carcaça, em embalagens do tipo Tenrês.

"É preciso trabalhar", insiste Ryff, dizendo que algumas iniciativas individuais ajudam a abrir o mercado, mas dificilmente vão manter ou ampliar o consumo. "Fazer mercado é fácil, difícil é recuperar", diz ele, concluindo que "enquanto a carne de ovelha não sair do espeto para ir para a panela, não teremos aumentos de consumo substanciais".



Tipi: ovelha fatiada. João Carlos Timmers (ao lado)



Um primeiro passo

Uma tentativa de abrir e manter o mercado de carne ovina. Assim o produtor João Carlos Timmers, proprietário da Tipi Carnes, em Porto Alegre, define a loja especializada no comércio a varejo de carne de ovelha. Criada em dezembro do ano passado, a Tipi Carnes tem ainda como sócios proprietários, Carlos Rivaci Sperotto, Regis Lopes Salles e Carlos Eduardo Sperotto, que, como Timmers, também são criadores de ovinos, especializados nas raças Hampshire Down e Texel, mas voltados principalmente para a comercialização de reprodutores.

Trabalhando com um grande recebimento de animais, a Tipi Carnes é também a primeira casa gaúcha a comercializar carne ovina selecionada. Para manter o padrão de qualidade, segundo Timmers, eles só recebem ovinos com cruzamento Ile de France e Suffolk, adquiridos em todo o Estado e abatidos na castilhense, em Júlio de Castilhos. Esta exigência em relação a raça dos animais permite, segundo Timmers, a oferta de uma carne com baixo percentual de gordura, geralmente exigida pelo consumidor, numa proporção de aproximadamente dois mil quilos por mês.

APELOS

Do pemil ao osso buco e o salsichão, toda a carcaça comercializada pela Tipi Carnes é embalada inteira e fatiada, ou ainda em maiores quantidades, em caixas Tenrês. Mas, trabalho de "marketing", não pára por aí. Junto aos balcões refrigerados, o consumidor também pode ver um grande número de temperos comuns ou mais sofisticados, que podem ser encontrados em algumas das inúmeras receitas que a loja distribui ao comprador. Sem interesse de se expandir para outras regiões, por enquanto, Timmers explica que a loja é apenas um passo inicial de abrir o mercado. A expansão, no entanto, para daqui a dois anos, não está fora de cogitação.

A nossa "gêmea" na França

Dirigentes de cooperativas francesas vieram conhecer algumas cooperativas brasileiras. Em outubro as cooperativas brasileiras retribuem a visita às gêmeas na França.

Conhecer algumas das cooperativas brasileiras, foi, em síntese, a razão principal que trouxe ao Brasil 27 dirigentes de cooperativas francesas. No Brasil, onde chegaram no dia 20, eles se dividiram em 18 grupos diferentes, visitando ao mesmo tempo, quatro cooperativas gaúchas, quatro paulistas, quatro catarinenses, cinco paranaenses e uma mineira, todas elas consideradas pelos visitantes como cooperativas "gêmeas" pelas suas semelhanças com as cooperativas que estavam representando.

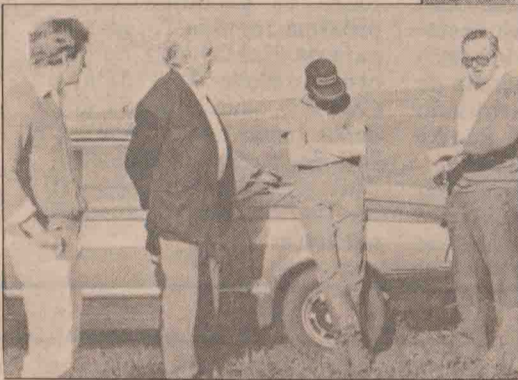
A vinda dos representantes das cooperativas francesas foi promovida pelo governo brasileiro com o apoio da OCB, Senacop e Federação das Cooperativas Francesas. Um encontro realizado no Rio de Janeiro e que contou com a presença do Ministro Íris Rezende, encerrou a visita dos franceses ao Brasil. Em outubro, os dirigentes das cooperativas visitadas deverão conhecer as suas irmãs gêmeas na França. Este "namoro" entre as cooperativas francesas e brasileiras, deverá resultar na assinatura de

um convênio de intercâmbio de negócios, troca de informações e de experiências, tanto na área cultural como técnica.

COTRIJUI: GÊMEA DA LA CANA

Até o Rio Grande do Sul vieram seis franceses. Eles visitaram a Cotrijuí em Ijuí, Dom Pedrito e Rio Grande; a Cooperativa de Languirú; a Cotrigo de Getúlio Vargas e a Cicade de Bagé. A Cotrijuí, considerada por suas características como irmã gêmea da La Cana — Centrale de Coopérative de Productions Animales —, recebeu, durante cinco dias, a visita de seus dirigentes: Marc Ravaud e Médard Lebot.

Em Ijuí, onde chegaram no dia 20 e permaneceram durante todo o dia 21, Ravaud e Lebot foram recebidos pelo diretor-presidente Oswaldo Meotti, pelo vice-presidente Celso Sperotto e pelo diretor superintendente Walter Frantz. Além de conhecerem a estrutura organizacional da empresa, eles visitaram o centro administrativo e o parque industrial, local



... as lavouras de Nelvir Zardin



A visita de Ravaud e Lebot ao CTC



... e a propriedade de Stanislaw Przybytowicz, onde conheceram a criação de peixes consorciada com suínos

lizado no interior de Augusto Pestana e as propriedades dos associados Nelvir Zardin e Stanislaw Przybytowicz.

No dia 22 eles visitaram a Cooperativa Central Gaúcha de Carnes, em Júlio de Castilhos e a Regional de Dom Pedrito, onde foram recebidos pelo vice-presidente Oscar Vicente e Silva e seus assessores. À noite foram recepcionados com um churrasco na sede da Afucotri e, no dia seguinte, visitaram o Terminal Graneleiro da Cotrijuí em Rio Grande.

MUITAS SEMELHANÇAS

Os dois cooperativistas franceses ficaram impressio-

nados com as semelhanças encontradas entre a Cotrijuí e a La Cana, uma cooperativa fundada em 1932, localizada a oeste da França e de mais de 20 mil associados. Ela recebe, transforma e comercializa 16 produtos entregues pelo seu quadro social. O leite é um dos principais produtos e a La Cana chega a receber 400 milhões de litros por ano. As propriedades rurais da região são pequenas, apresentando no máximo 30 hectares.

A única diferença que existe entre as duas cooperativas, segundo Médard Lebot, que é também assessor da Fe-

deração das Cooperativas da França é que a La Cana trabalha apenas com produtos agrícolas. "Não temos hospitais e nem supermercados e lojas", disse ele, garantindo, no entanto que, pelo que pode sentir durante a visita, os problemas vividos pelos agricultores da região são os mesmos dos agricultores associados da La Cana. Ambos são cooperativistas e vivem da produção da sua terra. E tanto para os associados da La Cana como para os associados da Cotrijuí, o cooperativismo é, antes de tudo, uma escolha cultural".

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTO AUGUSTO

BALANÇO FINANCEIRO/1987 RECEITAS

Contrib. sindical.....	48.407,32
Mensalidades/anuidades.....	494.640,00
Carteiras sociais.....	9.910,00
Taxa assist. dentária.....	104.224,00
Serviços de escritório.....	43.320,00
Juros recebidos.....	445.234,02
Convênios Iapas/ Inamps.....	186.890,32
Total das receitas.....	1.332.625,66

DESPESAS

Diárias a diretoria.....	121.808,00
Ordenados func. escrit.....	269.686,33
Honorários do contador.....	34.059,20
Despesas c/ veículo.....	67.432,30
Material de expediente.....	4.877,48
Alimentação.....	13.376,67
Material de limpeza.....	2.399,94
Condução e transporte.....	8.306,49
Luz, água, gás.....	8.271,87
Telefone e Correio.....	5.063,13
Seguros obrig. carro.....	159,30
Consertos e reparos máq.....	5.629,06
Impostos e taxas.....	640,00
INPS, FGTS, PIS e S/Fam.....	96.188,15
Mensalidade a FETAG.....	7.936,56
Propaganda e publicidade.....	10.548,00
Assin. jornais e revistas.....	3.910,00
Juros e com. bancárias.....	103,55
Honorários médicos.....	119.459,10
Assist. dentária.....	178.808,04
Mensal. Assoc. Sind. Ijuí.....	25.269,12
Congressos e conferências.....	1.200,00
Total de despesas.....	985.132,29
Sobras do exercício.....	347.493,37
Soma total.....	1.332.625,66

BALANÇO PATRIMONIAL/1987 ATIVO

IMOBILIÁRIO	
Bens imóveis (terreno sede).....	183,03
Mobiliário e instalações.....	20.676,46
Biblioteca (livros).....	258,06
Veículo.....	6.550,53

DISPONÍVEL	
Saldo em caixa.....	8.015,27
Depósitos bancários B. Brasil.....	36.005,95
Poupança na Caixa Federal.....	446.635,86
Total do Ativo.....	518.325,16

PASSIVO	
INEXIGÍVEL*	
Patrimônio líquido.....	518.082,66
EXIGÍVEL	
Imposto de Renda ret. fonte.....	242,50
Total do Passivo.....	518.325,16

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço. Santo Augusto, 31/12/87

Valcir L. Gonzatto — Presidente
Lino A. Depiere — Tesoureiro
Mário Zambenedetti — Contador-CRC/RS 22514

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal somos de parecer favorável a aprovação do presente Balanço, uma vez que conferimos mensalmente os documentos de receita e despesas, demonstrando a real situação econômica financeira da entidade.

Santo Augusto, 31 de dezembro de 1987

Eguelberto R. Bertoldo João O. Shindler Milton Andriquetto
Conselheiro Conselho Conselho

Ivomec
O PRODUTO PARA
O TEMPO DAS "VACAS MAGRAS"
E "VACAS GORDAS"
POR QUE?

NO TEMPO DAS VACAS MAGRAS (OUTONO/INVERNO), todo o seu gado sofre pelo clima, pastos ruins e alta infestação de vermes, principalmente os imaturos e em estágio inibido. Por isso você precisa de IVOMEC. Pela sua eficácia, você pode ajudar a manter a produtividade e o lucro.

NO TEMPO DAS VACAS GORDAS (PRIMAVERA/VERÃO), ocorre alta infestação tanto nos animais como nas pastagens. Nesta época você também precisa de IVOMEC. Ele é o mais eficaz contra os vermes adultos, imaturos e em desenvolvimento inibido e atua por mais tempo. Assim você pode ajudar a aumentar a produtividade e o lucro, e reduzir a contaminação do pasto.

* *Ostertagia spp., Cooperia spp., D. viviparus*

Use em todo o seu gado

Ivomec
Injetável para Bovinos

com ele
você pode
LUCRAR MAIS

MSD AGVET
MERCK SHARP & DOHME
Química e Farmacêutica Ltda

* Não usar durante a lactação quando o leite for para consumo humano.

Encontro entre cooperativas

O encontro foi promovido pela Ocems, no município de Naviraí. Participaram comunicadores e educadores de cooperativas, para troca de informações e elaboração de um programa de reciclagem.

A Organização das Cooperativas do Mato Grosso do Sul (OCEMS), através de seu Departamento de Educação e Capacitação, promoveu no dia 26 de maio em Naviraí, um encontro entre comunicadores e educadores de cooperativas do Sul do Estado, para troca de informações e elaborar um programa de reciclagem. Durante a reunião, que teve como anfitriãs a Copasul e Coopernavi, os técnicos expuseram suas experiências na área. O Assessor de Comunicação, Educação e Treinamento da Cotrijuf, Geraldo Schorn, relatou o trabalho desenvolvido junto ao Conselho de Representantes da Regional do Mato Grosso do Sul, e o Assessor de Cooperativismo da Copagrif, Achiles Krieger, falou sobre Comitês Educativos.

Os participantes do encontro consideraram de fundamental importância uma reciclagem do pessoal ligado ao assunto e definiram encontros mensais para abordagem de aspectos específicos e também de interesse geral. A primeira destas reuniões ficou marcada para o dia 28 de julho, na Cotrijuf de Dourados, quando será abordado o tema "Doutrina e Filosofia Cooperativista". Os técnicos concluíram que é urgente e necessário a organização do quadro social das cooperativas sul-matogrossenses e que reuniões como a ocorrida em Naviraí vão contribuir para uma participação mais efetiva do associado na vida da sua cooperativa.

O II ENCONTRO DE CONSELHEIROS FISCAIS

No dia 27, a OCEMS realizou no mesmo local o II Encontro de Conselheiros Fiscais das Cooperativas do Cone Sul do Estado. A abertura oficial do evento foi feita pelo presidente da entidade, Rui Barbosa Ferreira e os trabalhos foram coordenados por José Dutra, conselheiro da Copasul.

A programação desenvolvida durante o evento constou do relato de cada conselheiro fiscal sobre o seu trabalho, a experiência do Coordenador de Apoio Social da Secretaria de Agricultura e Pecuária, Flodoaldo Alves de Alencar junto ao Conselho Fiscal da Central de Leite, a exposição do assunto "O que, e como fiscalizar" feita pelo Coordenador de Educação e Capacitação do OCEMS, Roque Bender, além de trabalhos de análise sobre os pontos positivos e negativos no ato de fiscalizar.

Participaram do encontro as anfitriãs Coopernavi e Copasul de Naviraí, a Coovale de Fátima do Sul, a Copavil de Nova Andradina, a Coopagra de Nova Londrina

e a Copagrif de Marechal Cândido Rondon. A Cotrijuf esteve representada por Frederico Stefanello, do Conselho de Administração, substituindo o Conselheiro Fiscal Realdo Cervi que estava viajando.

O II Encontro de Conselheiros Fiscais do Cone Sul foi considerado excelente por

todos os participantes, e a próxima reunião foi marcada para os dias 20 e 21 de outubro em Nova Andradina, na Copavil, quando serão abordados temas como "Análise e Interpretação de Balancetes", "Integração entre Cooperativas" e "Noções e Análises Financeiras".



Conselheiros fiscais discutiram temas comuns em Naviraí

Prestação de contas:

Colheitas de Trigo:		
Média de 11 Anos (1973 a 1984)	902,0	kg/ha
1985	1.598,0	kg/ha
1986	1.440,0	kg/ha
1987	1.785,0	kg/ha

Esses números revelam a eficiência de TILT aliada à força do triticultor e à tecnologia desenvolvida pela Pesquisa Brasileira. TILT trabalha lado a lado com você desde sua chegada em 1984, viabilizando o potencial produtivo das melhores variedades de trigo. Parabéns triticultor. Vamos continuar juntos nessa luta, mostrando que sucesso prolongado não é mera coincidência.

TILT®

Sua produtividade, nosso maior sucesso.



CIBA-GEIGY
DIVISÃO AGRÍCOLA

CALENDÁRIO

Milho e feijão irrigado

A irrigação de lavouras, principalmente nesta região de atuação da Cotrijuí, sempre foi um assunto que ficou em segundo plano, até porque a maioria das lavouras de milho e feijão são pequenas e o produtor não via muita vantagem em investir no sistema. Mas a lição da seca, deixando no chão toda a produção de milho e feijão, está exigindo uma mudança até de postura por parte do produtor, no sentido de poder enfrentar essas adversidades climáticas. A própria Cotrijuí, já a partir desta próxima safra de verão, pretende implantar alguns pequenos projetos de irrigação entre seu quadro social, buscando, desta forma, alcançar melhores rendimentos.

Essa idéia antiga da Cotrijuí de investir na irrigação de pequenas lavouras ganhou reforço neste final de mês quando, a convite da cooperativa, veio a Ijuí para fazer uma palestra, o engenheiro agrônomo da Emater de Porto Alegre e também coordenador do Programa de Irrigação do Rio Grande do Sul, Luís Antônio Valente.

A palestra foi dirigida ao pessoal técnico da Cotrijuí, oportunidade em que puderam aprofundar seus conhecimentos sobre os mais diversos métodos de irrigação usados no Estado. Mas foram justamente os métodos mais simples que chamaram a atenção dos técnicos, já que não necessitam de grandes investimentos e possibilitam o aumento de produtividade nas lavouras.

O objetivo da Cotrijuí, explicou João Miguel de Souza, engenheiro agrônomo e gerente da Área de Produção Vegetal na região, é o de adotar o sistema de irrigação através de sulcos em pequenas áreas de milho e feijão, aproveitando os rios e açudes com a utilização da gravidade. "Teríamos o mínimo de investimento, mas com um retorno em termos de produtividade bastante significativo", diz o João Miguel garantindo, por outro lado, que o próprio departamento técnico da Cotrijuí vai procurar se especializar no assunto, através de treinamento, para melhor orientar os produtores interessados.

Batata-semente de Pelotas

Este é um ano de pouca batatinha inglesa. E não é para menos tão pouca produção. Primeiro foi a estiagem prolongada que atrasou o plantio da cultura, depois foram as geadas fortes do mês de maio que levaram as lavouras destinadas a multiplicação de sementes. Para suprir essa deficiência que tem tudo a ver com as condições climáticas adversas, sem deixar o produtor de batatinha na mão, a Cotrijuí, via Departamento Agrotécnico e supervisão de Olericultura, firmou um acordo de comercialização de semente de batatinha com um produtor de Pelotas. A lavoura desse produtor que tem o compromisso de fornecer sementes para a Cotrijuí, recebe acompanhamento constante da Embrapa de Pelotas, garantindo, portanto, uma boa sanidade inclusive, com testes de viroses. "O sucesso de uma lavoura de batatinha, alerta o supervisor da área de olericultura da Cotrijuí na região, o engenheiro agrônomo Francisco Salla, depende do uso de semente de qualidade. "Sementes não certificadas e de origem

desconhecida são fontes de transmissão de doenças".

Com a aquisição desta produção de sementes de Pelotas, a Cotrijuí vai ter condições de, já nesta safra de primavera-verão, colocar à disposição do seu quadro social as sementes necessárias para a implantação de suas lavouras.

Curso de citricultura

A Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul vai promover, nesta segunda quinzena de julho, um curso sobre citricultura. Na coordenação do curso, que terá a duração de uma semana, o professor Otto Carlos Koller que também vai contar com a colaboração de professores da Faculdade de Agronomia e Pesquisadores da Estação Experimental de Taquari. No programa a ser desenvolvido durante o curso, temas como poda e raleio de frutos; sistema de manejo de solos; nutrição, pragas e seu controle; moléstias de vírus; moléstias fúngicas, bacterianas; colheita, transporte, sistema de comercialização e aspectos sociais e econômicos da citricultura no mundo, no Brasil e no Estado, entre outros assuntos. Informações poderão ser obtidas na Av. Bento Gonçalves, 7712 ou pelo telefone (0512) 36.5011.



No estande da Cotrijuí, produtos com a marca da cooperativa

Cotrijuí na XXI Expomara

O município de Maracaju sediou de 4 a 12 de junho a XXI Exposição Agropecuária e Industrial (Expomara) realizada no Parque Libório Ferreira de Souza. A feira contou com a participação de produtores locais e de outras cidades como Campo Grande, Ponta Porã e Dourados e hoje é considerada uma das feiras de maior importância no contexto estadual. As principais atrações foram os rodeios realizados e leilões de animais, além dos produtos agrícolas expostos em alguns dos 100 estandes montados no parque.

A organização do evento esteve a cargo do Sindicato Rural de Maracaju e Henrique Holandês, seu presidente, afirmou que a XXI Expomara alcançou um sucesso absoluto em volume de negócios. As vendas superaram todas as expectativas e ultrapassaram a casa dos 200 milhões de cruzados, segundo informações do presidente do Sindicato Rural. Isto é um reflexo do bom ano agrícola, continua Henrique Holandês, pois nesta safra o agricultor sul-matogrossense obteve uma boa produtividade com sua lavoura de soja, a principal cultura da região, e também preços excelentes para vender sua produção.

A COTRIJUI NA XXI EXPOMARA

Representada pela Unidade de Maracaju, a Cotrijuí estava presente na exposição com um estande e em anexo um restaurante organizado pela Afucotri (um dos mais movimentados durante a feira). Na barraca estavam expostos os produtos com a marca da cooperativa como o arroz, feijão, farinhas, vacinas e sais minerais. Além destes produtos, havia uma grande mostra de sementes de culturas utilizadas na agricultura local e mudas de árvores frutíferas e ornamentais.

Área de pousio reduz em Ajuricaba

Eloy Pettenon *

Agora que já encerrou o período recomendado para a semeadura das principais culturas de inverno, é possível trazer algumas informações relacionadas com as áreas ocupadas por estas culturas. Também podemos analisar o comportamento dos produtores relacionado ao aspecto de utilização para cobertura do solo e alimentação do rebanho bovino na unidade de Ajuricaba.

Ao observarmos os dados do ano de 1987, referentes aos cultivos de inverno, constatamos que existiam cerca de 50 por cento da área em pousio. Mas neste ano, a área deixada em pousio caiu para 28 por cento. Isso vem demonstrar um acréscimo significativo em utilização de culturas visando a alimentação bovina, além do aspecto de cobertura do solo para posterior implantação de sistema de plantio por cultivo mínimo e ou plantio direto.

A cultura do trigo, devido aos bons resultados obtidos nas últimas safras, está tendo um acréscimo de 20 por cento em sua área de cultivo, em comparação com a lavoura da safra passada. A lavoura está totalizando, só em Ajuricaba, neste inverno, 15 mil hectares. Infelizmente, outras espécies como a cevada, o linho e a colza, estão tendo suas áreas reduzidas. A colza, por exemplo, que na safra anterior chegou a ocupar 140 hectares de lavoura, está ocupando neste ano pouco

mais de 50 hectares. Como causa desta drástica redução aparecem os problemas fitossanitários — doenças — apresentados durante todo o ciclo, ocasionando baixas produtividades.

As espécies destinadas a alimentação do rebanho bovino, cobertura de solo e adubação verde, estão tendo significativos aumentos em suas áreas de cultivo. Contribui para esse aumento de área a grande bacia leiteira existente no município. Também somam pontos a necessidade, cada vez maior, de controlar a erosão dos solos, medido nestas últimas safras de verão, onde se constata a relação direta com este aspecto e as produtividades alcançadas.

Já as espécies forrageiras estarão ocupando cerca de 14 mil hectares apenas no município de Ajuricaba, destacando-se a aveia preta, o azevém e a ervilhaca. Uma grande parte da área destinada a alimentação animal está sendo utilizada com consórcio de aveia/azevém/ervilhaca, demonstrando, desta forma, uma tomada de consciência do produtor que a cada dia procura buscar um maior valor nutritivo das forrageiras fornecidas aos animais.

Neste ano o departamento técnico da unidade de Ajuricaba conseguiu um avanço expressivo na implantação de área de capim elefante em consórcio com trevo vesiculoso e trevo Yuchi. O que se quer com estes consórcios é buscar uma

interação entre estas espécies, onde o trevo tem a finalidade principal de fornecer Nitrogênio ao capim elefante, além de exercer um ótimo controle da erosão nestas áreas onde está implantado.

Com relação ao campo nativo — potreiro —, foi iniciado um trabalho de recuperação, procurando buscar um melhoramento e também, introduzindo novas espécies com a finalidade de se obter maiores produtividades no mesmo. Foram feitos plantios diretos em determinadas áreas, fornecendo adubação à base de NPK e introduzindo forrageiras como a aveia preta, azevém, ervilhaca e trevo Yuchi. Os agricultores de Ajuricaba aceitaram muito bem este trabalho, criando-se, com isso, uma grande expectativa para os próximos anos.

A cooperativa, através das várias culturas alternativas que vem colocando à disposição de seu quadro social, está proporcionando que estes tenham, no período de inverno, condições ideais para produzirem alimentação barata para seu rebanho, seja através de pastagens ou de armazenamento — silagem —. Cabe ao produtor buscar um sincronismo dentro da sua propriedade e proporcionar um fortalecimento em mais uma linha de produção.

* O Eloy Pettenon é agrônomo e chefe do departamento agrotécnico da Unidade de Ajuricaba — Cotrijuí.

Os prejuízos da colheita

Deixaram de circular na região, com a estiagem que castigou as lavouras de verão, Cz\$ 8,8 bilhões

Quem plantou soja, milho, feijão, arroz e sorgo neste verão, sabe muito bem onde anda apertando o sapato e, nem mesmo a reação altista no preço da soja, está servindo para aliviar a dor, pois produção que é bom, não existe. Que o digam os gaúchos que, nesta safra passada amargaram um prejuízo de um bilhão de dólares com a seca que deixou parte das lavouras no chão. Só a soja que ocupou em todo o Estado 3.430.954 hectares de lavoura, teve um prejuízo de 600 milhões de dólares. A lavoura de milho, que já vinha sofrendo as agruras do desestímulo da política agrícola governamental, ganhou pouco mais de 1.600.300 hectares de lavoura e uma quebra média na produtividade de 30 por cento. Os prejuízos com o milho somam 200 milhões de dólares. Entre a soja e o milho, o Rio Grande do Sul está deixando de colher 3 milhões e 600 mil toneladas de produto, segundo os cálculos levantados pela Fecotrijo no início do mês de junho.

As regiões Noroeste, Missões, Alto Uruguai, Planalto Médio, entre outras, foram a que mais sofreram com a falta de chuvas. Nestas regiões, muito pouco se colheu. A estiagem começou em fins de novembro, atrapalhando o plantio das variedades de soja de ciclo precoce e estendendo-se até meados de março. As pequenas chuvas que caíram em janeiro, só serviram para aumentar os prejuízos.

OS PREJUÍZOS DA REGIÃO

Mas em quanto pararam os prejuízos das lavouras da região por causa da seca? Quantificar em números exatos é muito difícil, alerta o diretor de Comercialização e Operações da Cotrijuf na Pioneira, Clóvis Rorato de Jesus. Mas ele dá uma idéia geral do que se deixou de colher na região, fazendo um comparativo com o recebimento da Cotrijuf na região, em sua área de atuação.

Com associados e atuando nos municípios de Jóia, Augusto Pestana, Ijuí, Ajuricaba, Chiapetta, Santo Augusto, Coronel Bicaco, Miraguaí e Tenente Portela, a Cotrijuf está acostumada a receber, em anos de safra normal, em torno de 300 mil toneladas de soja. Mas nesta safra, o recebimento ficou pela metade: 158 mil toneladas do produto "superando, inclusive, explica Clóvis de Jesus, a nossa estimativa de recebimento, refeita com o prolongamento da estiagem". Esse dado mostra que, apenas na área de atuação da cooperativa, nesta região, os produtores deixaram na lavoura 142 mil toneladas de soja.

Essas 142 mil toneladas de soja que não foram colhidas, representam, segundo o diretor de Comercialização e Operações, 36,5 milhões de dólares que deixaram de circular na região. Ou ainda, considerando um preço médio de Cz\$ 3 mil o saco, os produtores perderam 7,1 bilhões de cruzados com a soja. É claro que neste caso está sendo considerado um valor bruto. Supõe-se que as despesas de transporte, por exemplo, fiquem na região mesmo. A quebra no recebimento da cooperativa, considerando a estimativa inicial de 300 mil toneladas, foi de 47 por cento. O movimento da soja na Cotrijuf, em todo o caso, deverá fechar ao redor de 11 bilhões de cruzados, "graças a alta dos preços no mercado internacional que aliviou um pouco a situação do produtor, mas afetou o bolso do consumidor que teve de assumir a elevação nos preços das rações e óleo de soja", observa o diretor.

50 POR CENTO DE QUEBRA

A soja ocupou, na área de atuação da Cotrijuf, 307.500 mil hectares de lavoura, com uma estimativa inicial de produção ao redor das 529 toneladas. Mas com a falta de chuvas na época de implantação da lavoura e depois

no período de desenvolvimento das plantas, o rendimento caiu pela metade, fechando, no final da colheita, em 935 quilos por hectare. A quebra na produtividade foi de 50 por cento.

Algumas regiões como Tenente Portela, Coronel Bicaco, Santo Augusto e parte de Chiapetta, não tiveram os mesmos problemas da região sul, da área de atuação da cooperativa. Os rendimentos destas lavouras foram bem melhores, fechando em 1.300 quilos por hectare. "Inclusive, informa o Léo Goi, diretor do Departamento Agrotécnico da Cotrijuf na região, em algumas micro-regiões chegamos a alcançar 1.500 quilos por hectare. Uma que outra lavoura, localizada nesta região norte, apresentou excelente desempenho, alcançando até 1.800 quilos por hectare. "Foram justamente as variedades de ciclo precoce, explica o Léo, que apresentaram problemas nestas regiões".

Mas na área de atuação da cooperativa, conhecida como região sul, formada pelos municípios de Jóia, Augusto Pestana, Ijuí e parte de Ajuricaba — a seca castigou mesmo. Algumas lavouras apresentaram rendimento zero e nem chegaram a ser colhidas. A quebra na produtividade, nesta região, chegou a 60 por cento.

MILHO: 90 POR CENTO

Mas as maiores quebras, no entanto, foram apresentadas pelas lavouras de milho: 60 por cento na média geral. Mas na região sul, quem colheu milho deve andar dando pulos de alegria até agora, pois a quebra de produção ficou em 90 por cento. Com 50.500 hectares de lavoura, a previsão de recebimento da cooperativa era para 14.600 toneladas do produto. Entraram apenas 5 mil toneladas, com uma quebra no recebimento de 65,75 por cento. O prejuízo que os produtores tiveram com a produção de milho — com o que



Metade da produção de soja ficou na lavoura

deixou de ser colhido —, segundo Clóvis de Jesus, chega a 1,7 bilhão de cruzados.

Das lavouras de feijão — tanto da safra normal como da safrinha — pouca coisa sobrou. "Nestas duas lavouras, garante o diretor Agrotécnico, a frustração foi quase total. Só colheu alguma coisa, aquele produtor que plantou um pouco de girassol. Por ser uma planta mais do cedo, ela não chegou a ser tão castigada pela estiagem e fechou numa média de 1.300 quilos por hectare.

LEITE: 15 POR CENTO DE QUEBRA

A produção de leite da região atravessou três momentos críticos neste ano. Primeiro, a falta de chuvas arrasou com os pastos de verão. Mais tarde, ainda por falta de umidade, o produtor não conseguiu implantar as forrageiras de inverno e, num terceiro momento, as geadas do mês de maio levaram as reservas como a cana e o capim elefante. "Os prejuízos, alerta o Léo Goi, só não foram piores porque grande parte dos produtores já estão estruturados com reservas de silagem e feno. Os prejuízos no leite, que apresentou uma quebra de 15 por cento em função dos reflexos da seca, podem chegar a 15 milhões de cruzados.

A maior área de forrageiras

As estimativas de que as lavouras de inverno da região deveriam crescer neste ano estão se confirmando. Só na área de atuação da Cotrijuf, Região Pioneira, foram plantados 214 mil hectares, com um aumento de 17 por cento da área sobre a que vinha sendo prevista no início deste ano, que era de pouco mais de 183 mil hectares. O trigo, a cultura de maior importância, ganhou, sozinho, 126 mil hectares, a segunda maior lavoura desde os 166 mil hectares cultivados em 1982. O aumento na área de trigo, em relação a lavoura plantada em 87 foi de 23,35 por cento, ocupando 58,88 por cento da área total cultivada com culturas de inverno. Esse aumento de área já vinha sendo esperado e está relacionado com a liberação, por parte do governo, financiamentos de custeio para aqueles produtores que não vinham plantando com crédito oficial e que tiveram prejuízos com a seca na safra de verão.

As demais culturas, tirando apenas o alho e a triticultura, apresentaram redução de área. A colza está ocupando a menor área — 740 hectares —, desde que chegou à região e

passou a ser incentivada como uma excelente alternativa de inverno. O que motivou tantos desestímulos foram as condições climáticas adversas ocorridas no ano passado e que prejudicou o desempenho da cultura. A lavoura de alho chegou a 251 hectares — no ano passado ela não passou de 143 — e a de triticultura pulou de 142 para 550 hectares, com um aumento de área de 287 por cento.

AS FORRAGEIRAS

As forrageiras — ervilhaca, aveia preta, azevém, trevos, alfafa e sincho — estão surpreendendo, alcançando a maior área de todos os anos 83.060. Essa ascensão das forrageiras começou a partir desta década, ganhando destaque em 85,

quando ocuparam 33.600 hectares. O azevém foi plantado em 26.400 hectares e a aveia preta em 52 mil. O aumento da área de aveia preta, em relação a lavoura cultivada no ano passado, foi de 51,60 por cento.

Cultura	Área	Est. rend. (Kg/ha)
Trigo	126.000	1.512
Aveia	1.840	1.593
Colza	740	819
Cevada	1.070	1.383
Linhaça	370	897
Alho	251	2.833
Lentilha	123	653
Triticale	550	1.644

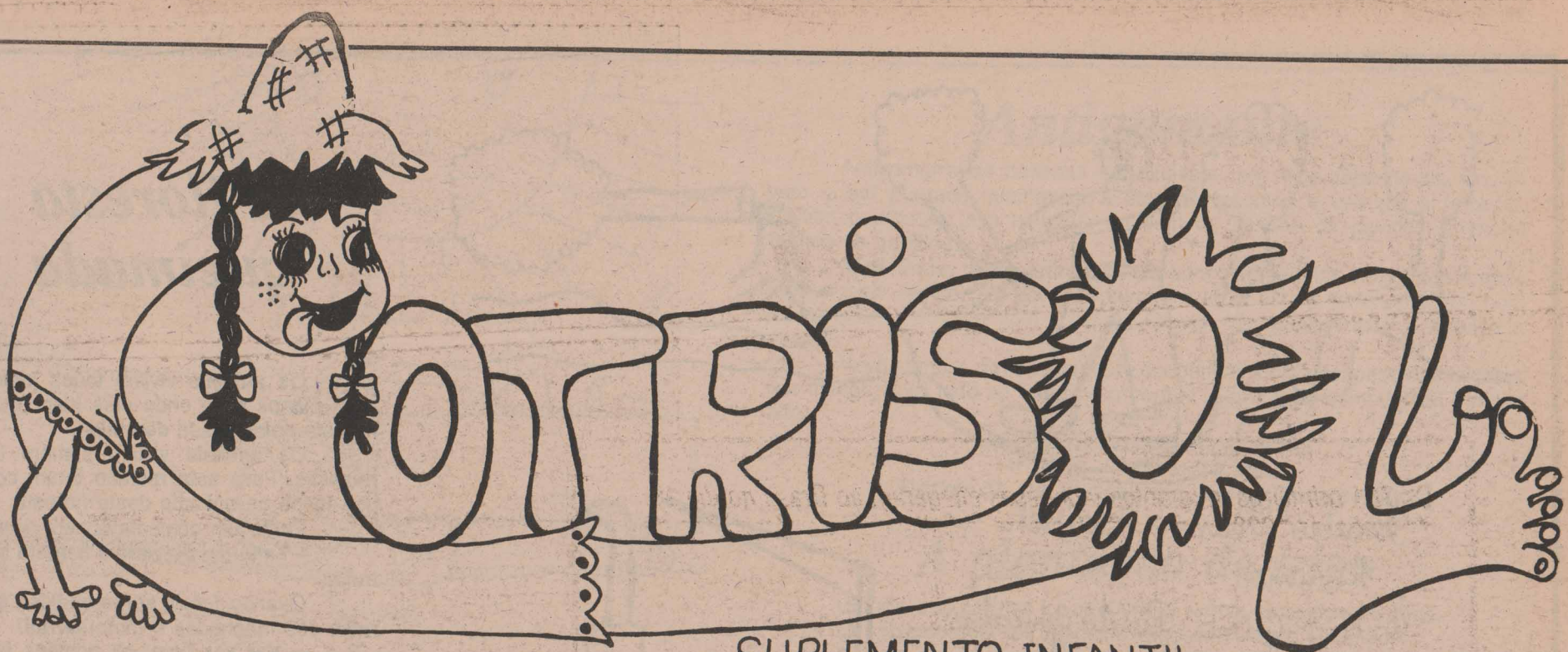
Cultura	Semente			Pastagem		
	87 (ha)	88 (ha)	Variação (%)	87 (ha)	88 (ha)	Variação
Ervilhaca	235	455	93,62	4.700	4.220	(10,21)
Azevém	975	1.870	91,79	29.200	26.400	(9,59)
Aveia Preta	730	2.800	61,85	34.300	52.000	51,60
Trevo	14	17	21,43	159	205	28,93
Alfafa	24	5	(79,17)	160	210	31,25
Sincho	50	64	28	98	25	(74,49)
TOTAL	3.028	5.211	72,09	68.617	83.060	21,04

Mais soja

Na safra de 1987/88 o município de Dom Pedrito cultivou cerca de 13 mil hectares com soja. Na próxima safra a previsão é que a área deverá aumentar. O vice-presidente da Regional, Oscar Vicente Silva, prevê que o espaço a ser cultivado deverá dobrar, situando-se em torno de 26 mil hectares.

Tradicional produtor de arroz, o município de Dom Pedrito despertou há poucos anos para as culturas diversificadas. Faz uma década que o município começou a cultivar seus campos de encosta com soja, trigo e milho, época em que a Cotrijuf apareceu em Dom Pedrito e passou a pregar a necessidade da diversificação.

Aos poucos a comunidade vai se conscientizando da necessidade de diversificar, mas a maioria dos que optam pela agricultura é constituída por elementos de fora do município, que plantam, em sua maioria, em terras arrendadas.



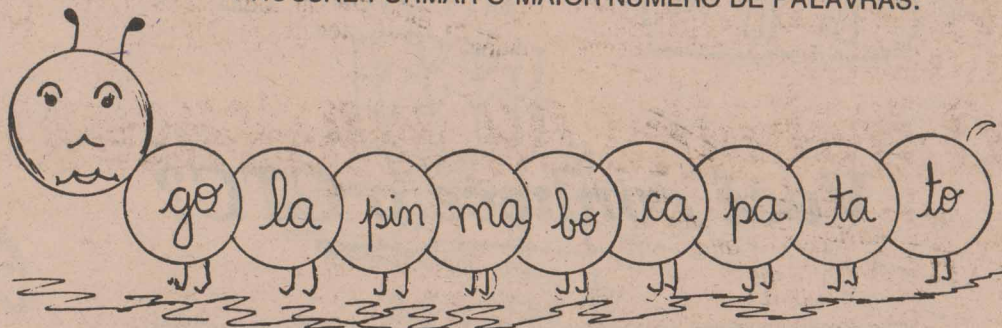
SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUÍ

Elaboração: Mariluz dos Santos da Silva
Datilografia: Derci Fátima Mariani.

Passatempo

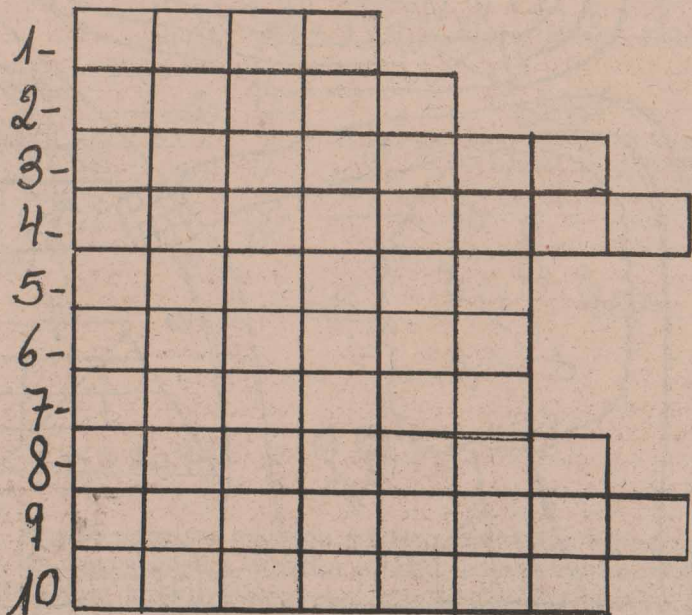
USANDO AS DIFERENTES SÍLABAS QUE A CENTOPÉIA ESTÁ CARREGANDO, PROCURE FORMAR O MAIOR NÚMERO DE PALAVRAS:



(Sugestão: Berenice Padilha Secco)

CRUZADINHA

- 1 - Vendemos seu leite.
- 2 - Usamos a banha, o couro, etc. . .
- 3 - Produz ovos, penas, carne.
- 4 - Cuida da casa.
- 5 - Fomece carne e lã.
- 6 - Animal com 8 patas, peçonhento.
- 7 - Sua picada é dolorida mas fomece mel gostoso.
- 8 - É nocivo quando ataca o gado e transmite raiva.
- 9 - Maior ave.
- 10 - A menor lavradora.



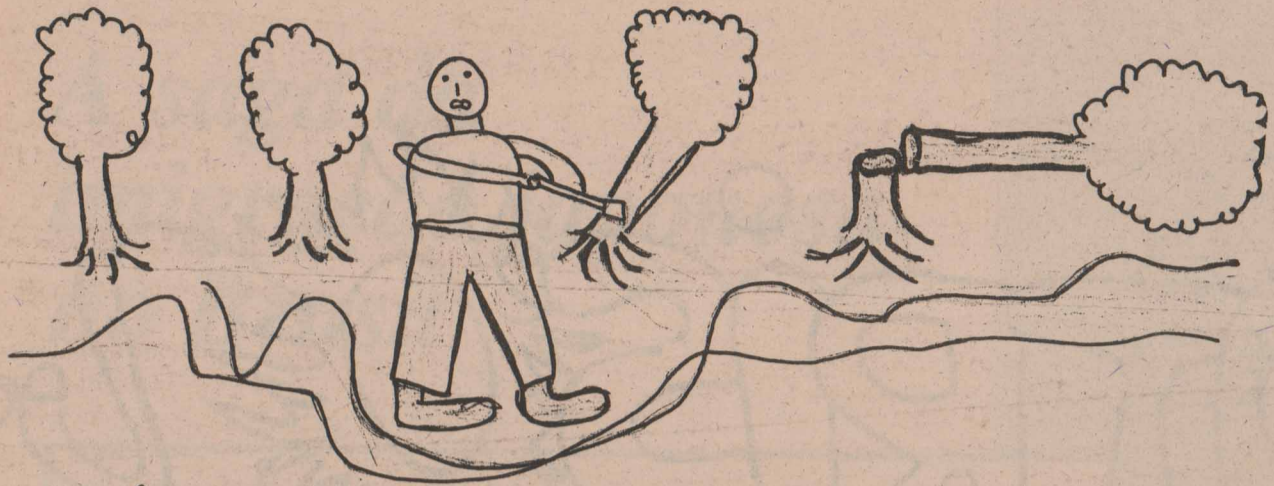
(Sugestões enviada por:
Elsandra Maria Schmitt
E.M. Santíssima Trindade
Augusto Pestana).

DESCUBRA O SECREDO:

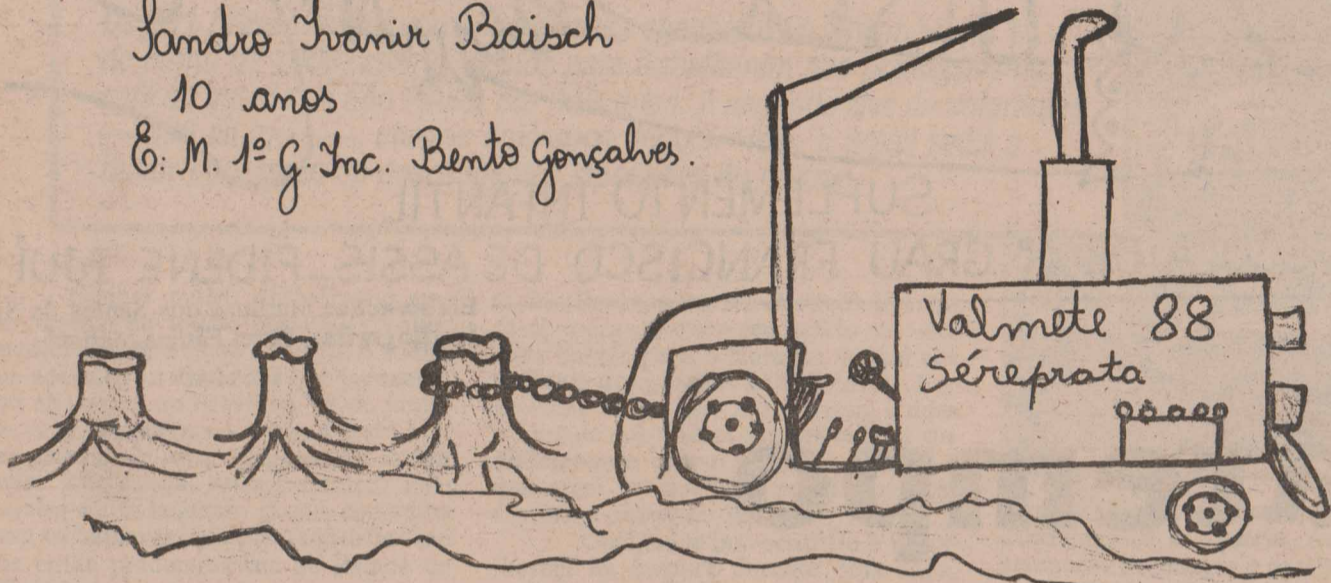
Substituindo os símbolos pelas palavras
você vai descobrir o que dizem as frases:

(sugestão: Marcelo Dionísio Bernadi)

animais	chuva	plantou	para	mas	a
Esauri	soja	muito	útil	os	l
plantas	colheu	pouco	seu	as	l
⊙	⊙	⊙	⊙	⊙	⊙
⊙	⊙	⊙	⊙	⊙	⊙



Jandro Ivanir Baisch
10 anos
E. M. 1º G. Inc. Bento Gonçalves.



A floresta queimada

Os animais viviam todos juntos. Faziam planos para onde eles iriam, quando a floresta deles fosse destruída.

Os animais viviam sempre fazendo reuniões. Para esta reunião foram convocados todos os animais desta floresta.

Então um comentava com o outro:

— Falta um dia para a floresta ser destruída.

Quando foram surpreendidos pelo barulho dos machados e moto-serras.

— Vai ser hoje, os homens já estão vindo aí. Foi aquela correria, todos correndo para cá e para lá.

Os homens derrubaram as árvores por causa da lenha e madeira para fazer tábuas. Todos os animais foram para as outras florestas.

E então ali onde era floresta, hoje não é mais. Hoje, ali é roça nova, cheia de tocos de árvores e todos queimados.

Joel Schneider — 11 anos
E. M. de 1º Grau Inc. Castro Alves
— 5ª série — Augusto Pestana

Você conhece o CTC?

Eu moro e estudo no Centro de Treinamento da Cotrijuf (CTC).

No CTC tem muitas coisas bonitas e interessantes. Vou contar para vocês!

Tem muitas galinhas e galos cariós que vivem no aviário. Eles se alimentam com ração, água e pasto natural. Há também uma chocadeira para descascar os ovos das galinhas.

Nos piquetes tem vacas, bois e cavalos, que se alimentam de pasto natural e plantado, como: aveia, azevém e capim elefante e outros.

Há também uma criação de peixes e marrecos muito bonitos. Tem mais de 10 tipos de peixes.

No CTC tem uma criação de suínos que vivem soltos nos piquetes e quando chove se abrigam nos chiqueiros.

Também tem criação de abelhas. Elas nos dão mel e cera. Elas retiram o néctar das flores, das árvores que tem no CTC para fabricarem o mel.

Às vezes nos matos e na grama encontramos cobra.

Venham conhecer o CTC, que vocês aprenderão e conhecerão muitas coisas novas.

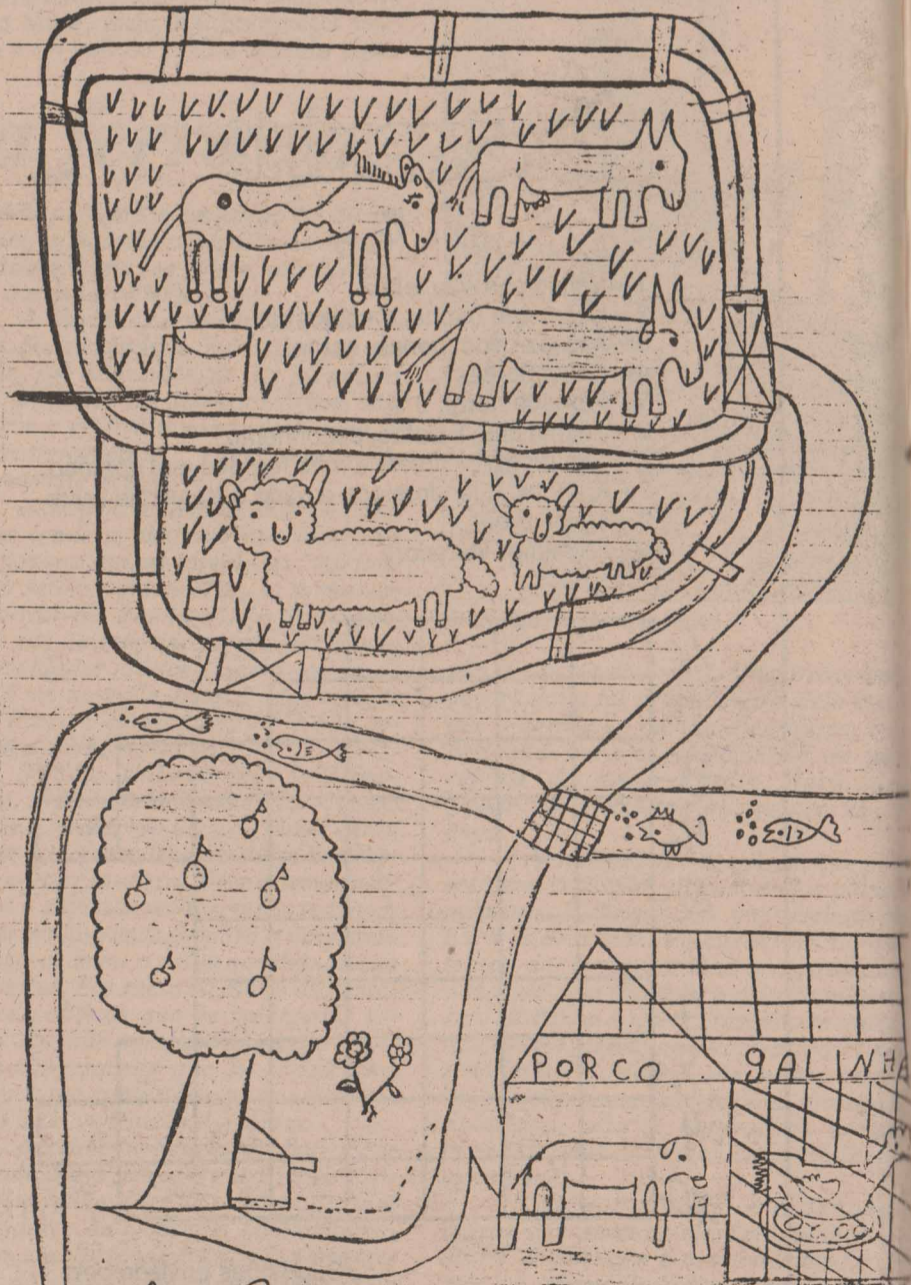
Também tem criação de ovelhas. Elas nos fornecem a carne e nos dão a lã.

Gilnei Pacheco — 4ª série
Escola Othelo Rosa — Augusto Pestana

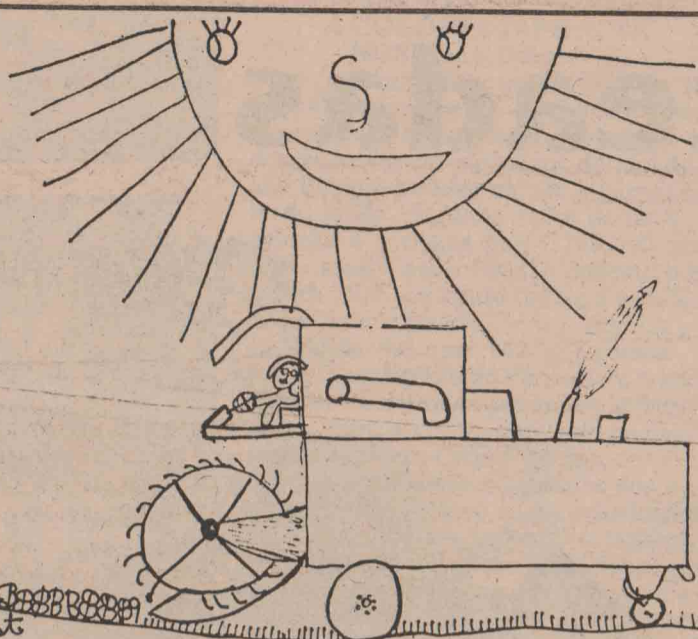
No CTC tem porcos, galinhas, vacas, peixes, abelhas. Também tem um pomar cheio de frutas como: pêssigo, laranjas, bergamotas, caquis, nozes, maçãs, marmelo, figo, llimão galego, ameixa branca e outras.

Muitas vezes as escolas trazem seus alunos para visitarem o CTC, principalmente as crianças que moram na cidade e que não conhecem a beleza que existe no meio rural.

Márcio Tribbe — 2ª série
Escola Othelo Rosa — Augusto Pestana



Gilnei Pacheco
Escola Othelo Rosa — Augusto Pestana



A colheita.

Giovane Haupt
E. M. 1º G. Inc. Humberto de Campos.

O solo

A terra é formada de camadas. Nela encontramos solo, água, rochas, humus, etc.

As pedras que conhecemos são pedaços de rochas.

Tu sabes como é formado o solo?

O solo é formado de partes muito pequenas de rochas.

O solo pode ser arenoso, "humoso" e argiloso.

No solo é plantado e depois colhido.

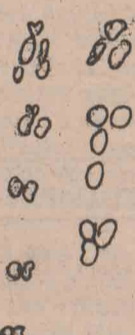
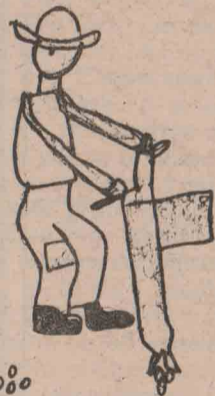
Devemos adubar o solo para depois ser plantado, com isso teremos boas colheitas.

Renato Rogério Correia dos Santos

3ª série - Idade: 11 anos

E. M. de 1º Grau Inc. Bento Gonçalves

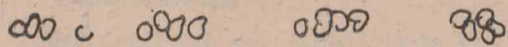
Bom Princípio - Augusto Pestana



Renato R. C. Santos

11 anos

E. M. 1º Grau I. Bento Gonçalves.



O solo deve ser adubado, irrigado, drenado e bem arado.
O desmatamento provoca erosão, porque os colonos derrubaram as matas para fazer lavouras, para plantar soja, milho, trigo, etc.
Hoje, todos encontram dificuldades para viver, as águas estão poluídas, quase não tem mais peixes, porque as enchurradas levaram os venenos para os rios. Se existisse mais mato isto não ia acontecer, e o ar seria bem mais puro.

Santo Ivanir Baisch - 4ª série - Idade: 10 anos

Escola M. de 1º Grau Inc. Bento Gonçalves

Bom Princípio - Augusto Pestana

Antigamente

Antigamente as pessoas trabalhavam com mais dificuldades. Lavavam a boi e arado, plantavam a bico de máquina e colhiam a foicinha. Batiam o produto com manguá, ou com os cascos de cavalos. Primeiro faziam os sarfilhos.

Mais tarde, começaram a trilhar com a trilhadeira. Hoje, tudo é mais fácil e mais rápido. As pessoas lavram a terra com o trator, plantam com plantadeira e colhem com a ceifa. Quase não existe mais o serviço a muque.

Vovô sempre diz: antigamente era bem melhor, a despesa das famílias era menor. Hoje tudo se torna caro porque o preço do combustível é muito alto.

Edinéia Terezinha Ruppenthal

4ª série - Idade: 10 anos

Escola M. de 1º Grau Inc. Bento Gonçalves

A plantação de trigo

Um dia seu Elemar foi na Cotrijuf retirar sementes de trigo.

Um vizinho dele foi buscar o trigo de trator e carretão.

E num dia de tarde choveu. No outro dia fez sol e o seu Elemar foi pedir para o vizinho se podia plantar o trigo. Ele plantou.

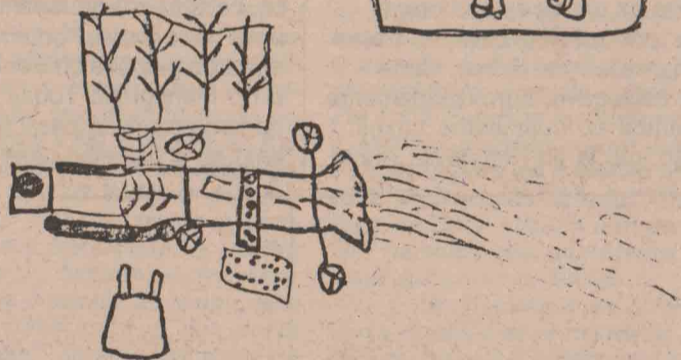
O trigo nasceu, cresceu e estava verde. Um dia, seu Elemar foi olhar o trigo. Ele estava bom para colher e colheu 480 sacos. O camioneiro levou 20 sacos de trigo para o moinho e o resto ele vendeu para a Cotrijuf.

Vilmar Samberty - 4ª série

E. M. de 1º Grau Inc. Humberto de Campos



Edinéia T. Ruppenthal
E. M. 1º G. Inc. Bento Gonçalves



A seca

A seca deste ano foi grande, ficando sem chover várias semanas. Isso prejudicou muito as culturas de verão, como: soja, milho, feijão e outros.

Com a seca faltou até água em certas cidades, prejudicando as pessoas.

Também os produtores foram muito afetados com a seca, muitos até foram à falência, pois pensaram que as culturas de verão iam dar bem.

Por causa da seca muitos produtores plantaram a soja já em fevereiro, outros nem plantaram.

A seca foi quase total no Rio Grande do Sul, atingindo quase todos os municípios.

Mas, quando choveu tudo renovou, até a grama que estava seca, renovou, e tudo voltou ao seu normal. Mas a soja deu muito mal, alguns agricultores colheram só a metade do que tinham colhido o ano passado.

Marlise Fritz - 8ª série

Escola Miguel Couto - Rosário

Os animais

A professora foi ao pátio com os alunos mostrar alguns animais: cachorro, galinha, patos, vacas, pintinhos, formiga e uma aranha.

O cachorro é amigo do homem.

A galinha cria os pintinhos e nos fornece a carne e os ovos.

O gato é amigo das pessoas.

A vaca cria leiteiro, nos dá o leite e a carne.

Os pintinhos são novos criadores.

A formiga e a aranha são inimigos do homem.

Sandra Schneider

2ª série - Escola E. de 1º Grau Inc. Dr. Pestana
Rincão dos Müller - Augusto Pestana

Carroceadas

Texto: Ivone Terezinha Martins
Adaptação: Mariluz dos Santos da Silva

Você sabe o que é uma carroceada? Pois muito bem, vou lhe explicar. Antigamente a vida era muito difícil. Não existiam a facilidade e o conforto dos dias de hoje. As famílias eram numerosas e para sustentá-las, as pessoas trabalhavam muito. Abriam picadas para fazer suas roças, onde plantavam sementes diversas: feijão, milho, arroz. Também cultivavam mandioca, batata, abóbora. Os produtos colhidos e os animais que criavam, serviam para a subsistência da família.

Porém, nem tudo podia ser feito em casa. E para conseguir dinheiro para comprar o que não era feito em casa, as pessoas se utilizavam de diversos recursos.

Seu João, por exemplo, para conseguir dinheiro para o sustento completo de sua família se utilizava da carroceada. Esse trabalho não era nada fácil. Para conseguir uma carroça cheia de lenha em feixe, seu João começava pela derrubada de árvores. Em seguida, com um serrote, fazia tocos. Com o machado cortava os tocos em lascas. Depois, juntava quatro lascas e formava um feixe. Feito esta parte do trabalho, seu João carregava as carroças que eram puxadas por bois ou cavalos. Estas eram chamadas de fleiras. Cada carroça carregava, aproximadamente, quatrocentos ou quinhentos feixes. Seu João partia do Rincão da Ponte,

Foto cedida pelo Museu Antropológico Diretor Pestana/Ijuí



Os carroceiros fazem parte da história da região

interior de Ijuí, geralmente ao meio-dia. Percorria vários quilômetros em direção a Cruz Alta. Durante a viagem, os carroceiros paravam em galpões para descansar. Podiam escolher entre os galpões do Benito, do Horácio e do Meneghini. Todas as pousadas tinham poteiros para soltar os animais e borralho para fazer comida,

além de lugar para dormir, é claro. À noite, os carroceiros se juntavam ao redor do fogo para contar causos e tomar chimarrão. No dia seguinte, bem cedo, entravam na cidade quitandando a lenha, tanto nas casas como nas ruas. Depois de todos os feixes vendidos, seu João, como os demais carroceiros, iam ao bolicho

comprar as mercadorias de maior necessidade como: café, açúcar, sal, querosene e outras que não eram produzidas em casa. Feitos todos os negócios, retornavam para casa, para recomeçar a derrubar árvores, serrar, lascar. . . Nos quadrinhos abaixo, ilustrar a historinha sobre as carroceadas.

Derrubava as árvores.	Serrava a lenha.	Cortava em lascas.	Formava feixes.
Carregava a carroça.	Percorria vários kms.	Vendia a lenha.	Comprava produtos.